GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GDF

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXII Nº 200 QUARTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1998 PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	1
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	9
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	16
SECRETARIA DE OBRAS	16
SECRETARIA DE TRANSPORTES	17
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	17
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	19
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	19
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	20
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	20
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	20

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO	21
SECRETARIA DE GOVERNO	22
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	22
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	22
SECRETARIA DE SAÚDE	26
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	29
SECRETARIA DE TRANSPORTES	29
SECRETARIA DE AGRICULTURA	29
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	29
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	30
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	30
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	30
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	31
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	31
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	31
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	31
SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE	31
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	32
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	32
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	32

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO	33
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	34
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	36
SECRETARIA DE SAÚDE	36
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	36
SECRETARIA DE OBRAS	36
SECRETARIA DE TRANSPORTES	37
SECRETARIA DE AGRICULTURA	38
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	38
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	38
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	38
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	38
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	39
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	39
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	40
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	40
INEDITORIAIS	40
ÍNDICE	40

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 19.655, DE 1º DE OUTUBRO DE 1998

ANEXO IV (*)

COTAS DESTINADAS A OUTRAS DESPESAS CORRENTES À CONTA DE RECEITA INTERNA. FPE, FPM, IRRF

R$ 1,00

CÓDIGO	ÓRGÃO/ENTIDADE		OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
01901	FUNDO DE ASSISTÊNCIA DA CÂMARA LEGISLATIVA		150.000	150.000	150.000	450.000
10101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR		7.000	7.000	7.000	21.000
11101	SECRETARIA DE GOVERNO	(3)	140.000	140.000	140.000	420.000
11103	REGIÃO ADMINISTRATIVA I - BRASÍLIA	(1)	347.700	347.700	347.700	1.043.100
11104	REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA	(1)	200.000	200.000	200.000	600.000
11105	REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA	(1)	240.000	240.000	240.000	720.000
11106	REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA	(1)	82.900	82.900	82.900	248.700
11107	REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO	(1)	130.000	130.000	130.000	390.000
11108	REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA	(1)	98.000	98.000	98.000	294.000
11109	REGIÃO ADMINISTRATIVA VII - PARANOA	(1)	58.000	58.000	58.000	174.000
11110	REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE	(1)	64.000	64.000	64.000	192.000
11111	REGIÃO ADMINISTRATIVA IX - CEILÂNDIA	(1)	220.000	220.000	220.000	660.000
11112	REGIÃO ADMINISTRATIVA X - GUARÁ	(1)	130.000	130.000	130.000	390.000
11113	REGIÃO ADMINISTRATIVA XI - CRUZEIRO	(1)	58.400	58.400	58.400	175.200
11114	REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA	(1)	90.000	90.000	90.000	270.000
11115	REGIÃO ADMINISTRATIVA XIII - SANTA MARIA	(1)	70.000	70.000	70.000	210.000
11116	REGIÃO ADMINISTRATIVA XIV - SÃO SEBASTIÃO	(1)	69.000	69.000	69.000	207.000
11117	REGIÃO ADMINISTRATIVA XV - RECANTO DAS EMAS	(1)	80.000	80.000	80.000	240.000
11118	REGIÃO ADMINISTRATIVA XVI - LAGO SUL	(1)	72.800	72.800	72.800	218.400
11119	REGIÃO ADMINISTRATIVA XVII - RIACHO FUNDO	(1)	80.000	80.000	80.000	240.000
11120	REGIÃO ADMINISTRATIVA XVIII - LAGO NORTE	(1)	59.000	59.000	59.000	177.000
11121	REGIÃO ADMINISTRATIVA XIX - CANDANGOLÂNDIA	(1)	69.000	69.000	69.000	207.000
12101	PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL		66.000	66.000	66.000	198.000
13101	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	(4)	3.100.000	3.100.000	3.100.000	9.300.000
13103	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS		27.000	27.000	27.000	81.000
14101	SECRETARIA DE AGRICULTURA		12.300	12.300	12.300	36.900
14201	FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL		85.000	85.000	85.000	255.000
14203	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL		103.000	103.000	103.000	309.000
15101	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		78.000	78.000	78.000	234.000
16101	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE		40.000	40.000	40.000	120.000
16103	ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL		13.000	13.000	13.000	39.000
16104	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO		200.000	200.000	200.000	600.000
16201	FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL		650.000	300.000	300.000	1.250.000
17101	SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL		90.000	90.000	90.000	270.000
17201	FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL		1.900.000	1.570.000	1.630.000	5.100.000
18201	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL		3.000	3.000	3.000	9.000
18901	FUNDEVAM - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	(5)	3.400.000	3.400.000	3.400.000	10.200.000
18901	FUNDEVAM - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL		1.407.000	1.407.000	1.407.000	4.221.000
19101	SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	(2)	8.865.000	10.410.000	15.439.000	34.714.000
20101	SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO		30.000	30.000	30.000	90.000
21101	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA		67.000	67.000	67.000	201.000
21104	INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL		17.000	17.000	17.000	51.000
21106	JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA		8.000	8.000	8.000	24.000
21201	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL		230.000	230.000	230.000	690.000
21202	INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL		55.000	55.000	55.000	165.000
21203	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA		3.000.000	3.000.000	3.000.000	9.000.000
21204	FUNDAÇÃO POLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA		30.000	30.000	30.000	90.000
22101	SECRETARIA DE OBRAS		20.000	20.000	20.000	60.000
22201	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL		500.000	500.000	500.000	1.500.000
23901	FSDF - SECRETARIA DE SAÚDE		70.000	70.000	70.000	210.000
23901	FSDF - INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL		80.000	80.000	80.000	240.000
23901	FSDF - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL		3.400.000	3.400.000	3.400.000	10.200.000
23901	FSDF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO		6.000	6.000	6.000	18.000
25101	SECRETARIA DE TRABALHO EMPREGO E RENDA		440.000	40.000	40.000	520.000
26101	SECRETARIA DE TRANSPORTES		20.000	20.000	20.000	60.000
26202	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL		400.000	170.000	170.000	740.000
26203	DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS		1.500.000	1.500.000	1.500.000	4.500.000
26204	COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL		700.000	700.000	700.000	2.100.000
27101	SECRETARIA DE TURISMO E JUVENTUDE		90.000	90.000	90.000	270.000
28101	SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO		5.000	5.000	5.000	15.000
28202	INSTIT. DE PLANEJ. TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL		24.000	24.000	24.000	72.000
28203	INSTIT. DE DESENV. HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL		200.000	200.000	200.000	600.000
	TOTAL		33.447.100	33.682.100	38.771.100	105.900.300

(1) INCLUI ILUMINAÇÃO PÚBLICA E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS DO DF
(2) INCLUI JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA E PASEP
(3) INCLUI MANUTENÇÃO DA RESIDÊNCIA OFICIAL DO GOVERNADOR
(4) INCLUI VIGILÂNCIA E LIMPEZA
(5) INCLUI BOLSA-ESCOLA

CRISTOVAM BUARQUE

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 188, de 1º-10-98, pág. 2

DECRETO Nº 19.692, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Acrescenta ao artigo 131, do Regimento da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979, os itens XXII, XXIII e XXIV.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, **D E C R E T A :**

Art. 1.º Fica acrescido ao art. 131 do Regimento da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979, os itens XXII, XXIII e XXIV, com a seguinte redação:

"XXII - elogiar integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal, que demonstrarem dedicação exemplar ou excepcional no cumprimento do dever;

XXIII - conceder diplomação a pessoas que venham a prestar relevantes serviços aos órgãos do sistema de segurança pública do Distrito Federal;

XXIV - publicar e determinar a publicação, em Boletim de Serviço, de elogios e diplomação."

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de Outubro de 1998
110.º da República e 39.º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETO Nº 19.693, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Autoriza os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal a estabelecer horário de trabalho diferenciado e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, incisos VII, X e XXVI da Lei Orgânica do Distrito Federal, e

considerando a urgente necessidade de racionalização do uso do espaço viário para viabilizar maior fluidez do tráfego urbano na Capital Federal;

considerando a importância dos deslocamentos no trajeto residência-trabalho no total de percursos realizados diariamente;

considerando os estudos promovidos pelos Grupos de Trabalho criados através do Decreto nº 18.992, de 2 de janeiro de 1998 e do Decreto nº 18.515, de 11 de agosto de 1997, demonstrando corresponder a 19% a participação dos servidores públicos locais nesse tipo de percurso;

considerando a relevância da implantação de medidas de natureza operacional, nas quais se enquadra o reescalonamento de horários de trabalho, para a solução de problemas viários, decreta:

Art. 1º Ficam os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal autorizados a estabelecer horário de trabalho diverso do fixado pelo Decreto nº 12.995, de 28 de janeiro de 1991, para os seus servidores, desde que observada a carga horária semanal inerente aos respectivos cargos.

Parágrafo único. A implementação de horário diferenciado com fulcro neste Decreto deverá ser precedida de proposta justificada do respectivo órgão interessado, a ser encaminhada à apreciação da Secretaria de Transportes, e posterior deliberação do Secretário de Administração do Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de Outubro de 1998.
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETO Nº 19.694, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 66.750,00 (sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "a", e inciso II, da Lei nº 1.814, de 07 de janeiro de 1998, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 056.000.508/98, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Fundação de Amparo do Trabalhador Preso crédito suplementar, no valor de R$ 66.750,00 (sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta reais), para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos I e II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas nos Anexos III e IV.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário

Brasília, 20 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
220202/22202 24202 **FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO**				58.750
06.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000579 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.36	220	40.000	
				40.000
15.081.0486.2191 RESSOCIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO PRESO				
Ref: 000908 0001 RESSOCIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO PRESO	34.90.39	220	18.750	
				18.750
00892/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	58.750

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
220202/22202 24202 **FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO**				8.000
06.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000579 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.36	220	8.000	
				8.000
00901/3 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	8.000

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
220202/22202 24202 **FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO**				58.750
06.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000579 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	45.90.52	220	40.000	
				40.000
15.081.0486.2191 RESSOCIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO PRESO				
Ref: 000908 0001 RESSOCIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO PRESO	45.90.52	220	18.750	
				18.750
00892/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	58.750

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GDF

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília-DF.
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312
Impressão: IMPRENSA NACIONAL

CRISTOVAM BUARQUE
Governador
ARLETE SAMPAIO
Vice-Governadora
LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA
Secretário de Comunicação Social
EDSON SAMPAIO DE SOUZA
Divisão de Divulgação

ANEXO IV

CRÉDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
220202/22202 24202 **FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO**				8.000
06.007.0021.8505 PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
Ref: 000580 0001 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.39	220	8.000	
				8.000
00901/4 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	8.000

DECRETO Nº 19.695, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º, inciso II, da Lei n.º 1.814, de 07 de janeiro de 1998, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n.º: 112.007526/98, decreta:
Art. 1º Fica aberto à Companhia Urbanizadora da Nova Capital crédito suplementar, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.
Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I,

CRÉDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190201/19201 22201 **COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL**				90.000
10.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000577 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.39	220	90.000	
				90.000
00880/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	90.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190201/19201 22201 **COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL**				90.000
10.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000577 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	45.90.52	220	90.000	
				90.000
00880/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	90.000

DECRETO Nº 19.696, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 19.534,00 (dezenove mil, quinhentos e trinta e quatro reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 1.814, de 07 de janeiro de 1998, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 072.000135/98, decreta:
Art. 1º Fica aberto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural crédito suplementar, no valor de R$ 19.534,00 (dezenove mil, quinhentos e trinta e quatro reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.
Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
210203/21203 14203 **EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**				19.534
04.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000723 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.39	100	19.534	
				19.534
00889/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	19.534

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
210203/21203 14203 **EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**				19.534
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 000725 0001 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	34.90.39	100	19.534	
				19.534
00889/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	19.534

DECRETO Nº 19.697, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 461.000,00 (quatrocentos e sessenta e um mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "b" da Lei nº 1.814, de 07 de janeiro de 1998, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta o processo nº 170.000.325/98, decreta:
Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda crédito suplementar, no valor de R$ 461.000,00 (quatrocentos e sessenta e um mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo II.
Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação proveniente do saldo de aplicação financeira dos recursos do Convênio nº 008/96, firmado entre o MTB/SEFOR/SETER-DF.
Art. 3º Em função do disposto no artigo anterior, a receita do Distrito Federal fica acrescida no valor constante do Anexo I.
Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

Brasília, 20 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
00000 RECEITA DO TESOURO	1325.00.00	121	461.000	461.000
00897/1 * As transferências não constam do Total			TOTAL	461.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
300101/00001 25101 **SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA**				461.000
14.078.0470.2044 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR				
Ref: 002319 0005 CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM DE MÃO-DE-OBRA	34.90.39	121	461.000	
				461.000
00897/1 - 200032 * As transferências não constam do Total			TOTAL	461.000

DECRETO Nº 19.698, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso II, da Lei nº 1.814, de 07 de janeiro de 1998, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta o processo nº 030.008.177/98, decreta:
Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Administração crédito suplementar, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.
Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
140101/00001 13101 **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**				18.000
03.007.0021.2061 COORDENAÇAO E MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES INTERNOS				
Ref: 000280 0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES INTERNOS	45.90.52	100	18.000	
				18.000
00904/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	18.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
140101/00001 13101 **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**				18.000
03.007.0021.2061 COORDENAÇAO E MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES INTERNOS				
Ref: 000280 0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES INTERNOS	34.90.30	100	18.000	
				18.000
00904/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	18.000

DECRETO Nº 19.669, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "a" da Lei nº 1.814, de 07 de janeiro de 1998, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta o processo nº 030.008.177/98, decreta:
Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Administração crédito suplementar, no valor de R$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.
Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília
CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
140101/00001 13101 **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**				119.000
03.007.0021.2060 ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO				
Ref: 000279 0001 ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO	34.90.30	100	50.000	
				50.000
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000271 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.39	100	69.000	
				69.000
00898/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	119.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
140101/00001 13101 **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**				119.000
03.007.0021.2061 COORDENAÇAO E MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES INTERNOS				
Ref: 000280 0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES INTERNOS	34.90.30	100	119.000	
				119.000
00898/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	119.000

DECRETO Nº 19.700, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Aprova Planilha de Parâmetros Urbanísticos relativa ao Setor de Mansões de Taguatinga - SMT, da Região Administrativa de Taguatinga – RA III.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:
Art.1º Fica aprovada a Planilha de Parâmetros Urbanísticos – PUR 104/98, relativa ao Setor de Mansões de Taguatinga - SMT, da Região Administrativa de Taguatinga - RA III.
Parágrafo Único. A Planilha de Parâmetros Urbanísticos – PUR 104/98 é parte integrante deste Decreto, na forma do Anexo.
Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO

PROCESSOS: 142.000.922/95
DECISÕES/ATOS:
DECRETOS:
PUBLICAÇÃO:

I – LOCALIZAÇÃO

Setor de Mansões Taguatinga – SMT

II – PLANTAS DE PARCELAMENTO

CSSM PR 3/1 a PR 9/1

III – PARÂMETROS URBANÍSTICOS BÁSICOS

Os parâmetros urbanísticos básicos, referentes ao SMT estão definidos na Lei Complementar nº 90, de 11 de março 1998, que aprova o Plano Diretor Local de Taguatinga - PDL/Taguatinga - publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF de 12.03.98, em especial o Título III – do Controle do Uso e da Ocupação do Solo e os anexos da lei.

IV – PARÂMETROS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS E COMPLEMENTARES

A presente PUR define os parâmetros urbanísticos referentes ao aproveitamento condominial do espaço, por unidades autônomas, previsto na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e aplicáveis ao SMT, proporcionando a opção por uma das seguintes modalidades:

Tipo 1 - a instituição do condomínio vinculado à edificação, na forma do art. 1º e outros, que ora passamos a denominar **condomínio edilício**;

Tipo 2 - a instituição do condomínio em terrenos ainda não edificados, com base no art. 8º e outros, denominado no Distrito Federal de **condomínio urbanístico**.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – IPDF – GDF
R.T. CECILIA CREA – 4215+/D - DF

PLANILHA DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS

PUR – 104/98

CST – CIDADE DE TAGUATINGA – RA III
SETOR DE MANSÕES TAGUATINGA - SMT

FOLHA: 01/10	PROJETO: CECILIA	REVISÃO: OSIANA	VISTO: DIURB	APROVO: IPDF/DF
DATA: JUL/98				

IV.1 – CONCEITOS BÁSICOS

a) condomínio edilício corresponde ao sistema condominial onde se vincula a construção e a comercialização das unidades autônomas, **à aprovação dos projeto(s) arquitetônico(s)** da(s) edificação(*ões*), existente(*s*) em um mesmo lote, ocorrendo então, na maioria das vezes, a **incorporação imobiliária**.

b) condomínio urbanístico corresponde ao sistema condominial onde se prevê a utilização de um lote único para a **construção de casas térreas ou assobradadas para fins residenciais,** onde o proprietário de cada uma das unidades residenciais possui não só a propriedade de uma unidade autônoma, mas, também, uma co-propriedade, através da titularidade de frações ideais do terreno global e das coisas comuns, em total obediência à legislação vigente, vinculando-se a construção e a comercialização das unidades autônomas à aprovação prévia do **plano de ocupação do lote e a instituição do condomínio**;

c) entende-se por unidade autônoma:

c1) em **condomínio urbanístico**, as áreas constituídas por casas térreas ou assobradadas, bem como de área reservada para utilização exclusiva dos proprietários das unidades autônomas (*condôminos*) dessas casas, tais como jardins, quintais, ex *vi* do art. 8º, letra "a", da Lei nº 4.591/64;

c2) em **condomínio edilício**, as áreas reservadas para utilização exclusiva dos condôminos da edificação, sejam no interior do edifício, sejam dentro do lote.

d) partes comuns ou **áreas de uso comum**, correspondem, **tanto para condomínio urbanístico quanto para o condomínio edilício**, às partes do lote constituídas por parcelas que não sejam de utilização exclusiva de uma ou outra unidade autônoma mas, sim, para uso comum dos condôminos (*Ex.: zeladoria, circulação, equipamentos comuns de lazer e serviços, etc*).

e) fração ideal do terreno de cada condômino, nas duas formas de condomínio, resulta uma porção inseparável, correspondente a um percentual da área do terreno que constitui a soma da área da respectiva unidade autônoma, e das partes comuns, sendo que essa fração ideal sobre o terreno, deve ser expressa de forma decimal ou ordinária, e sempre proporcional à area da unidade autônoma (*Art. 1º § 2º da referida Lei*);

f) Plano de Ocupação corresponde a uma planta de situação do lote onde estão definidos graficamente os limites das unidades autônomas, os acessos às mesmas, as vias de circulação e as áreas de uso comum, além das demais informações necessárias à perfeita compreensão da proposta.

g) vias de circulação - correspondem às áreas que constituem passagens, calçadas e acessos viários comuns para as vias públicas e/ou para as partes comuns utilizadas por todos os proprietários.

IV.2 - FORMAS DE UTILIZAÇÃO

Os lotes do Setor de Mansões Taguatinga – SMT – poderão ter utilização sob o **regime jurídico de condomínio,** conforme especificado a seguir:

a) Sob a forma de condomínio urbanístico:

a1) nos lotes de Uso Residencial Exclusivo – RE.

a2) nos lotes de Maior Restrição – L0 e lotes de Média Restrição – L1, quando utilizados apenas para uso residencial.

b) Sob a forma de condomínio edilício:

Nos lotes de Maior Restrição - LO e nos lotes de Média Restrição - L1, quando utilizados para uso não-residencial ou uso misto.

IV.3 – QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS, FRAÇÃO IDEAL E PERCENTUAIS PARA CONSTRUÇÃO

a) A quantidade máxima de domicílios por lote do SMT é estabelecida no Anexo VII da Lei nº 90/98 (*PDL de Taguatinga*).

b) Em caso de implantação de condomínio urbanístico deverá ser observada a proporcionalidade entre o número de domicílios e as frações ideais conforme quadro a seguir:

QUADRO DE PROPORCIONALIDADE ENTRE Nº DE DOMICÍLIOS POR LOTE, PARTES COMUNS E UNIDADES AUTÔNOMAS

QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS POR LOTE	FRAÇÕES IDEAIS	
	PARTES COMUNS (PERCENTUAL MÍNIMO SOBRE A ÁREA DO LOTE)	UNIDADES AUTÔNOMAS (PERCENTUAL MÁXIMO SOBRE ÁREA DO LOTE)
6 (seis)	18%	82%
5 (cinco)	15%	85%
4 (quatro)	12%	88%
3 (três)	10%	90%
2 (dois)	10%	90%
1 (um)	0%	100%

c) A fração ideal de condomínio urbanístico não poderá ser inferior a:

c1) 400,00m² para cada unidade autônoma, em condomínio urbanístico, nos lotes onde é permitida a construção de até 6 (*seis*) residências unifamiliares;

c2) 700,00 m² para cada unidade autônoma, em condomínio urbanístico, onde é permitida a construção de até 2 (*duas*) residências unifamiliares.

d) Em cada unidade autônoma de condomínio urbanístico só será permitida a edificação de 1 (*uma*) residência unifamiliar.

e) Na área comum será permitida a edificação de uma única residência para zelador, conforme COE.

f) No caso de condomínio urbanístico a Convenção de Condomínio definirá os percentuais de construção por unidade autônoma e partes comuns, devendo respeitar os parâmetros urbanísticos básicos e específicos definidos para o lote.

g) Todas as edificações são computadas no coeficiente de aproveitamento do lote e das unidades autônomas, com exceção daquelas definidas no **art. 72** do PDL de Taguatinga.

IV.4 - AFASTAMENTOS OBRIGATÓRIOS ESPECÍFICOS

São proibidas quaisquer edificações nos afastamentos obrigatórios, tanto dos lotes quanto das unidades autônomas de condomínio urbanístico, com exceção daquelas previstas no inciso "c" deste ítem.

a)Quando condomínio edilício:

a1) Entre edificações em que pelo menos uma delas apresente vãos de aeração e/ou iluminação correspondentes a:

- no térreo, 1º e 2º pavimentos: 3 m (três metros);
- demais pavimentos: conforme a aplicação da seguinte fórmula:

af = 3,00 + 0,50 (n-1), onde:

af = afastamento mínimo
n = nº de pavimentos

a2) Das divisas dos lotes:

- quando voltados para a Rua 138 terão afastamento obrigatório de cinco metros.
- para os demais lotes: conforme definidos na Lei nº 90/98 - PDL/Taguatinga

b) Quando condomínio urbanístico:

b1) Das divisas dos lotes:

- quando voltados para a Rua 138 terão afastamento obrigatório de cinco metros.
- para os demais lotes: conforme definidos na Lei nº 90/98 - PDL/Taguatinga.

b2) Os afastamentos obrigatórios entre fachadas das edificações e as divisas das unidades autônomas corresponderão a:

- 1,50 m (um metro e cinqüenta centímetros) para o térreo, primeiro e segundo pavimentos;
- correspondente ao resultado da fórmula apresentada a seguir, para os demais pavimentos: **af = 1,5 + 0,25 (n-1)**, onde:

af = afastamento mínimo
n = número do pavimento

c)Flexibilidade para construções em afastamento obrigatório:

Em ambos os condomínios poderão ocorrer construções sobre a faixa de afastamentos obrigatório somente para os seguintes casos:

c1) Guarita: será permitida a edificação de guarita no afastamento frontal do condomínio, podendo, para efeito de composição arquitetônica do conjunto do portão de entrada, ser constituída de uma edificação de até 12,00 m² (doze metros quadrados) ou 2 (duas) edificações de até 8,00 m² (oito metros quadrados) cada uma, sendo sua(s) área(s) computada(s) no coeficiente de aproveitamento do lote. Quando existir cobertura ligando as guaritas, em pilares ou em balanço, a área dessa cobertura também será computada como área construída.

c2) Castelo d'água: será permitida a construção de torre ou castelo d'água, para atendimento ao condomínio, nas áreas de afastamento obrigatório, cuja altura deverá ser justificada pelo projeto de instalações hidráulicas ou exigências do Corpo de bombeiros.

c3) Churrasqueiras: será permitida a edificação de churrasqueira encostada nos limites da unidade autônoma, com área máxima conforme previsto no COE.

c4) Piscinas: as piscinas deverão manter o afastamento mínimo de 50 cm (cinquenta centímetros) da(s) divisa(s) do lote ou da divisa da unidade autônoma vizinha.

c5) Estacionamento de veículos: serão permitidas vagas para estacionamento de veículos nos afastamentos obrigatórios, somente quando descobertas.

IV.5 – ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS

a1) Quando **condomínio urbanístico** é obrigatória a implantação no lote de no mínimo 2 (*duas*) vagas para visitantes, situadas nas partes comuns, em local de fácil acesso para todos, além das vagas possivelmente existentes dentro dos limites das unidades autônomas.

a2) Quando **condomínio edilício**, de acordo com a Lei nº 90/98.

IV.6 – TRATAMENTO DAS DIVISAS

Tanto para condomínio urbanístico quanto para condomínio edilício será permitido o cercamento das divisas dos lotes, respeitados os seguintes condicionantes:

a) altura máxima – 2,20 m (dois metros e vinte centímetros);

b) divisas com logradouros públicos – com elementos que permitam transparência visual de, pelo menos, 70% (setenta por cento) da área cercada, em elevação;

c) divisas com lotes vizinhos – com qualquer elemento construtivo;

d) os elementos que compõem o portão de acesso ao lote poderão ter altura superior ao estabelecido no item "a".

IV.7 – ACESSOS

a) A definição da via por onde se dará o acesso ao lote obedecerá ao disposto no Art. 90 da Lei nº 90/98 - PDL/Taguatinga.

b) O acesso às unidades autônomas deverá ser feito pela parte comum de ambos os tipos de condomínio;

c) Nos casos de condomínios urbanísticos, e nos edilícios com mais de duas edificações, as caixas de vias internas (*leito carroçável mais calçadas*) não poderão ser inferiores a 9,00m (*nove metros*), sendo que, em existindo *cul-de-sac* (*espaço para manobra*), este deve ser dimensionado de modo a permitir manobras de caminhões de serviço, mesmo que de uso esporádico.

IV.8 - SUBSOLO(S)

Será permitida construção de subsolo(s) para os dois tipos de condomínio observando-se o seguinte:

- deverão ser respeitados os afastamentos obrigatórios e a taxa de permeabilidade do solo;
- a sua utilização ficará condicionada aos usos compatíveis com o uso da edificação;

IV.9 –A INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO URBANÍSTICO

IV.9.1 – Para a verificação do processo de **instituição de condomínio urbanístico,** será obrigatória a apresentação, na Administração Regional, do conjunto de documentos listados a seguir:

a) Documento de propriedade do imóvel, ou equivalente, devidamente registrado em Cartório de Registro de Imóveis;

b) Plano de Ocupação do condomínio, na escala mínima de 1:500, elaborado por profissional legalmente habilitado e registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, que deverá conter:

b.1) Definição das frações correspondentes às unidades autônomas com suas dimensões e cotas de amarração;

b.2) Definição das áreas destinadas às vias de circulação interna e áreas comuns;

b.3) Locação dos acidentes hidrográficos, sistema viário existente, o endereçamento das áreas adjacentes, bem como quaisquer outros elementos que tenham interferência no projeto;

c) Memorial Descritivo - MDE - contendo os dados básicos da propostas:

c.1) Critérios de organização espacial;

c.2) Quantidade de frações ideais;

c.3) Quadro resumo dos percentuais e áreas:

- privativas (*somatório das áreas das unidades autônomas*)
- de uso comum ou partes comuns (*discriminadas as áreas das vias, calçadas, estacionamentos de veículos, áreas edificadas, áreas de solo permeável e outras que se fizerem necessárias*);

c.4) Quadro síntese das áreas correspondentes a cada unidade autônoma, discriminando-se:

- a área máxima de construção permitida para cada unidade autônoma, considerando-se que o somatório das áreas máximas de construção de todas as unidades autônomas e das edificações das partes comuns não pode exceder a área máxima de construção permitida para todo o lote, aplicando-se o coeficiente de aproveitamento do mesmo (*estabelecido pela Lei nº 90/98 – PDL de Taguatinga*);

- a área mínima de solo permeável para cada unidade autônoma, quando for o caso, considerando-se que o somatório das áreas de solo permeável das unidades autônomas e das partes comuns deve respeitar a Taxa de Permeabilidade do solo.

IV.9.2 – Somente após a aprovação do Plano de Ocupação do lote, pela Administração Regional competente, a formalização legal da **instituição de condomínio urbanístico** poderá ser formalizado, por ato entre viventes ou por testamento, com inscrição obrigatória no competente Cartório de Registro de Imóveis, nele constando:

a) individualização de cada unidade autônoma, sua identificação e discriminação;

b) definição da fração ideal do terreno correspondendo a soma da área de cada unidade autônoma, mais o percentual da área total do terreno e coisas comuns.

IV.9.3 – Os proprietários promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários dos direitos pertinentes à aquisição de unidades autônomas, em **edificações a serem construídas, em construção ou já construídas**, elaborarão, por escrito, a **Convenção de Condomínio.**

IV.9.4 - Após a instituição do condomínio tornam-se de total responsabilidade do mesmo, a manutenção, a higiene e a segurança das partes comuns.

IV.10 – PADRÕES MÍNIMOS DE URBANIZAÇÃO

IV.10.1 – Os condomínios urbanísticos deverão obedecer ao **padrão mínimo de urbanização** descrito a seguir, o qual ficará sob as custas e responsabilidade do condomínio e será exigido para o Aceite da Administração Regional com referência à urbanização das áreas comuns.

a) Demarcação de todo sistema viário, inclusive calçadas e estacionamentos, conforme Plano de Ocupação aprovado;

b) Abertura de acesso único interno, estacionamentos e *cul de sac*, quando necessário, com encascalhamento, no mínimo, e respectivos marcos de nivelamento e alinhamento;

c) Declaração de Aceite das Concessionárias de Serviços Públicos referente aos serviços públicos de sua competência, tanto no que se refere às partes comuns, quanto à previsão de pontos para atendimento às unidades autônomas a serem construídas no local.

IV.10.2 – Subestação de Energia Elétrica ou Quadro de Medição: a definição do tipo de instalação se fará de acordo com a Norma Técnica de Distribuição – Fornecimento e Energia Elétrica às Unidades Consumidoras, NTD – 6.01 da CEB ou através de consulta prévia à referida concessionária.

a) No caso de subestação de energia elétrica, a mesma deverá estar locada em área das partes comuns do lote, distando até 25m (*vinte e cinco metros*) da testada do lote e até 5m (*cinco metros*) do respectivo acesso de veículos;

b) No caso de quadro de medição, o mesmo deverá estar locado em área das partes comuns do lote, distando até 5m (*cinco metros*) da testada do lote e também até 5m (*cinco metros*) do respectivo acesso de veículos.

IV.10.3 – Responsabilidade do Condomínio: é responsabilidade do condomínio o cumprimento de todos os preceitos legais previstos pela Lei nº 4.591/64, ressalvando-se que as normas internas devem ser regidas pela Convenção de Condomínio, registrada em Cartório competente.

IV.11 – APROVAÇÃO DE PROJETOS, EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E CARTA DE HABITE-SE

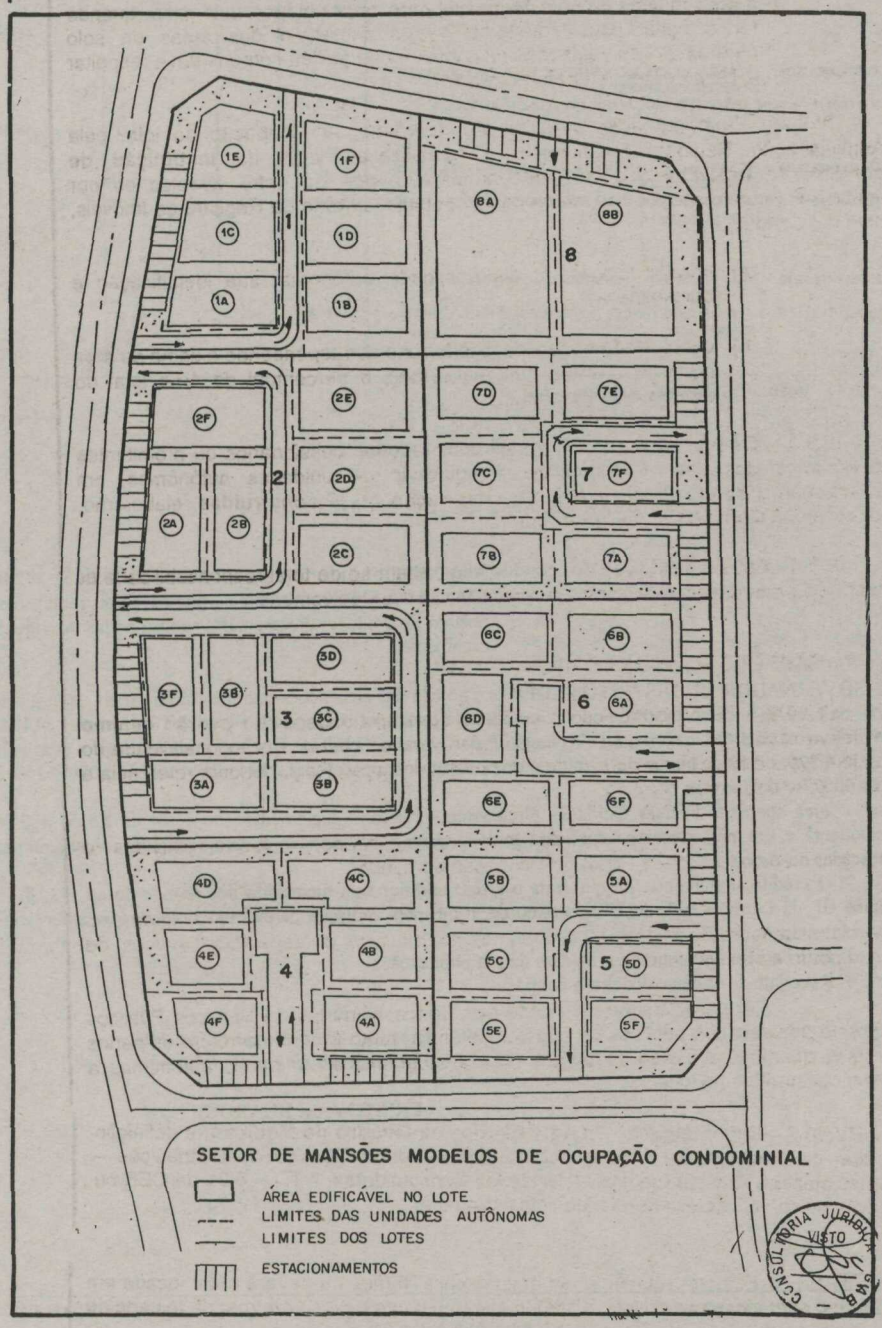
a) Somente após a instituição do condomínio urbanístico com a respectiva inscrição em Cartório competente e o cumprimento das demais exigências cabíveis, poderão ser **aprovados individualmente, os projetos arquitetônicos das edificações**, bem como **liberados os alvarás de construção;**

b) **A expedição da Carta de Habite-se em condomínio urbanístico** e em **edilício com mais de uma edificação** somente ocorrerá após a verificação, pela Administração Regional, da implantação do acesso viário e da demarcação das áreas destinadas às demais unidades autônomas e edificações previstas nas áreas comuns.

IV.12 – DISPOSIÇÕES GERAIS

IV.12 1 – Com referência às edificações, todos os assuntos não tratados na presente Planilha de Parâmetros Urbanísticos, deverão obedecer, no que couber, às disposições do Código de Edificações do DF.

IV.12.2 - Os condomínios constituidos sob o regime de co-propriedade (*Condomínio Romano*) poderão ajustar-se às modalidades condominiais dispostas no item IV, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos nesta PUR.



DECRETO Nº 19.702, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 7.247,00 (sete mil, duzentos e quarenta e sete reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 1.814, de 07 de janeiro de 1998, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 072.000113/98, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural crédito suplementar, no valor de R$ 7.247,00 (sete mil, duzentos e quarenta e sete reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, por superávit financeiro referente ao Convênio nº 007/98 – firmado entre a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER e a EMATER.

Art. 3º Em função do disposto no artigo anterior, a receita da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural fica acrescida na forma do Anexo I.

Art. 4º A despesa decorrente do presente Decreto será ajustada pela Unidade Orçamentária interessada ao valor da efetiva e correspondente arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
14203 EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	1990.05.01	232	7.247	
				7.247
00895/1 * As transferências não constam do Total			TOTAL	7.247

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
210203/21203 14203 **EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**				7.247
04.018.0111.2173 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL				
Ref: 000726 0001 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO DISTRITO FEDERAL	34.90.93	232	7.247	
				7.247
00895/1 - 200033 * As transferências não constam do Total			TOTAL	7.247

DECRETO Nº 19.703, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 1.814, de 07 de janeiro de 1998, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Câmara Legislativa do Distrito Federal, crédito suplementar, no valor de R$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
010101/00001 01101 **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**				2.560.000
01.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000037 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.30	100	20.000	
				20.000
01.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 000038 0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31.90.11	100	2.150.000	
	31.90.13	100	390.000	
				2.540.000
00902/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	2.560.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
010101/00001 01101 **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**				140.000
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 000039 0001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	31.90.01	100	140.000	
				140.000
00902/2 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	140.000

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
010101/00001 01101 **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**				550.000
01.002.0002.2008 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS AÇÕES DO PODER EXECUTIVO				

Ref: 000045	0001 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO GDF	34.90.14	100	2.000		
		34.90.35	100	8.000		
					10.000	
01.007.0021.2009	TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES					
Ref: 000043	0001 TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES	34.90.36	100	30.000		
		34.90.39	100	75.200		
					105.200	
01.007.0023.8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA					
Ref: 000040	0001 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.39	100	134.000		
					134.000	
01.007.0024.1005	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA					
Ref: 000044	0001 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE INFORMÁTICA	34.90.35	100	80.000		
		34.90.39	100	144.800		
					224.800	
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES					
Ref: 000041	0001 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	34.90.39	100	76.000		
					76.000	
130103/00001 19101	**SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**				2.150.000	
03.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 000008	0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31.90.11	100	2.150.000		
					2.150.000	
00902/3 - 200042	* As transferências não constam do Total			TOTAL		2.700.000

DECRETO Nº 19.704, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 372.958,00 (trezentos e setenta e dois mil, novecentos e cinqüenta e oito reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "a" da Lei nº 1.814, de 07 de janeiro de 1998, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta o processo nº 030.008.198/98, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Fundação do Serviço Social do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 372.958,00 (trezentos e setenta e dois mil, novecentos e cinqüenta e oito reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
180201/18201 17201 **FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL**				372.958
15.081.0483.2111 ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE EM PROTEÇÃO ESPECIAL				
Ref: 000516 0002 ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE PRIVADO DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR	34.90.30	100	150.000	
				150.000
15.081.0483.2142 ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO A CRIANÇA E ADOLESCENTE				
Ref: 000615 0001 APOIO E ORIENTAÇÃO SÓCIO EDUCATIVA	34.90.08	100	40.000	
				40.000
15.081.0483.2142 ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO A CRIANÇA E ADOLESCENTE				
Ref: 002078 0005 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO	34.50.39	100	20.000	
				20.000
15.081.0483.2143 ATENDIMENTO COM MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS				
Ref: 000619 0001 ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE INFRATOR	34.90.30	100	92.958	
	34.90.36	100	5.000	
				97.958
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 000383 0001 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	34.90.39	100	65.000	
				65.000
00908/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	372.958

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
180902/18902 17902 **FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**				372.958
15.081.0483.2025 APOIO E PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
Ref: 000108 0001 APOIO E PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	34.50.39	100	293.253	
	34.50.43	100	6.696	
				299.949
15.081.0485.2030 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Ref: 000118 0004 APOIO E PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO	34.50.39	100	20.533	
				20.533
15.081.0486.2030 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Ref: 000115 0001 APOIO E PROMOÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS, COMUNITÁRIAS E DE GERAÇÃO DE RENDA	34.50.39	100	5.033	
				5.033
15.081.0486.2030 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Ref: 000117 0003 APOIO E ASSISTÊNCIA AO DEFICIENTE FÍSICO, MENTAL E SENSORIAL	34.50.39	100	47.443	
				47.443
00908/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	372.958

DECRETO Nº 19.705, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 51.382,00 (cinqüenta e um mil. trezentos e oitenta e dois reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º. inciso I, alínea "a", da Lei nº 1.814, de 07 de janeiro de 1998, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta dos processos nºs 134.001644/98,136.000953/98 e 149.000776/98, decreta:

Art. 1º Fica aberto a diversas Unidades Orçamentárias crédito suplementar, no valor de R$ 51.382,00 (cinqüenta e um mil, trezentos e oitenta e dois reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190107/00001 11107 **REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO**				40.900
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000668 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.39	100	40.900	
				40.900
190110/00001 11110 **REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE**				5.300
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000362 0011 FUNCIONAMENTO DA PATRULHA MOTOMECANIZADA	34.90.39	120	5.300	
				5.300
190120/00001 11120 **REGIÃO ADMINISTRATIVA XVIII - LAGO NORTE**				5.182
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000293 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.39	120	5.182	
				5.182
00900/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	51.382

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190107/00001 11107 **REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO**				40.900
10.058.0323.8508 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000673 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.39	100	40.900	
				40.900
190110/00001 11110 **REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE**				5.300
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000361 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	45.90.52	120	5.300	
				5.300
190120/00001 11120 **REGIÃO ADMINISTRATIVA XVIII - LAGO NORTE**				5.182
10.058.0323.1069 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 000291 0001 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	45.90.51	120	5.182	
				5.182
00900/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	51.382

DECRETO Nº 19.706, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 65.863,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e três reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 1.814, de 07 de janeiro de 1998, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n.º 030.008.275/98, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 65.863,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e três reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília,20 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
160901/16901 18901 **FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.**				65.863
08.042.0188.2232 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL				
Ref: 002304 0001 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL	34.90.93	100	40.184	
	45.90.93	100	25.679	
				65.863
00896/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	65.863

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
160901/16901 18901 **FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.**				65.863
08.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002300 0041 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	34.90.30	100	65.863	
				65.863
00896/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	65.863

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 1.120, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das suas atribuições regimentais e que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I – Tornar sem efeito o ato constante nos itens 1º, 2º e 5º da Portaria 1.077, de 08/10/98, publicada no DODF nº 194, de 13/10/98, na página 03, que suplementa cota financeira disciplinada pelo Decreto 19.655 de 01/10/98, referente à Programação Financeira do Quarto Trimestre de 1998, em seu Anexo VI (Despesas de Capital à conta de Receita Interna), ficando, assim, cancelada a cota de R$ 345.905,00 para Administração Regional do Gama – RA II, R$ 724.710,00 para Administração Regional de Taguatinga – RA III e R$ 66.000,00 para Administração Regional de Samambaia – RA XII.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 1.121, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo VI do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998, mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Despesas de Capital à conta de Receitas Internas, FPE, FPM e IRRF – Fontes 100, 101, 102, 104,108, 110,respectivamente, como segue:

		R$
1)	Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia	299,00
2)	FSDF – Fundação Hospitalar do Distrito Federal	90.910,01
3)	Secretaria de Segurança Pública	119.735,62
4)	Administração Regional do Gama – RA II	297.905,00
5)	Administração Regional de Taguatinga – RA III	664.710,00
6)	Administração Regional de Samambaia – RA XII	66.000,00

I - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 1.122, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º inciso II, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo VI do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998, mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Despesas de Capital à conta de Transferências União, – Fontes 125, respectivamente, como segue:

		R$
1)	Região Administrativa de Paranóa – RA VII	20.000,00

E mediante cancelamento de cotas do mês de maio

		R$
2)	Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação	20.000,00

II - As alterações de que tratam os itens anteriores têm como base a Descentralização de Crédito Orçamentário, da Portaria Conjunta nº 15, de 30 de julho de 1998, do DEFER/RA VII – Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação e Administração Regional de Paranóa, DODF nº 145, de 03/08/98 - página 9 .

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 1.123, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º inciso II, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo VI do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998, mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Despesas de Capital à conta de Transferências União, – Fontes 125, respectivamente, como segue:

		R$
1)	Região Administrativa de Planaltina – RA VI	30.000,00

E mediante cancelamento de cotas do mês de maio

		R$
2)	Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação	30.000,00

II - As alterações de que tratam os itens anteriores têm como base a Descentralização de Crédito Orçamentário, da Portaria Conjunta nº 14, de 30 de julho de 1998, do DEFER/RA VI – Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação e Administração Regional de Planaltina, DODF nº 145, de 03/08/98 - página 9 .
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 1.124, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º inciso II, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo VI do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998, mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Despesas de Capital à conta de Transferências União, – Fontes 125, respectivamente, como segue:

		R$
1)	Região Administrativa de Brazlândia – RA IV	20.000,00

E mediante cancelamento de cotas do mês de maio

		R$
2)	Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação	20.000,00

II - As alterações de que tratam os itens anteriores têm como base a Descentralização de Crédito Orçamentário, da Portaria Conjunta nº 17, de 30 de julho de 1998, do DEFER/RA IV – Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação e Administração Regional de Brazlândia, DODF nº 145, de 03/08/98 - página 9 .
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 1.125, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º inciso II, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo VI do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998, mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Despesas de Capital à conta de Transferências União, – Fontes 125, respectivamente, como segue:

		R$
1)	Região Administrativa de Sobradinho – RA V	20.000,00

E mediante cancelamento de cotas do mês de maio

		R$
2)	Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação	20.000,00

II - As alterações de que tratam os itens anteriores têm como base a Descentralização de Crédito Orçamentário, da Portaria Conjunta nº 13, de 30 de julho de 1998, do DEFER/RA V – Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação e Administração Regional de Sobradinho, DODF nº 145, de 03/08/98 - página 9 .
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 1.126, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098 , de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo IV do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998 mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Outras Despesas Correntes à conta de Receitas Internas – Fonte 131, como segue:

		R$
1)	Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia	0,29

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 1.127, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098 , de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo VII do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998 mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Outras Despesas de Capital à conta de Transferências da União - Fonte - 132, como segue:

		R$
1)	Polícia Militar do Distrito Federal	42.774,51
2)	Secretaria de Segurança Pública	626.731,27

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 1.128, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo VI do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998, mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Despesas de Capital á conta de Receitas Internas – fonte 120, como segue:

		R$
1)	Instituto Habitacional do Distrito Federal - FUNDHAB	112.544,38
2)	Região Administrativa de Taguatinga – RA III	68.000,00
3)	Região Administrativa do Cruzeiro – RA XI	75.678,48
4)	Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII	460,48
5)	Região Administrativa de Santa Maria – RA XVII	2.345,07

I - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 1.129, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições regimentais e que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo IV do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998, mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Outras Despesas Correntes à Conta de Receitas Internas – Fonte 120, como segue:

		R$
1)	Secretaria de Turismo, Lazer e Juventude	7.133,00
2)	Polícia Militar do Distrito Federal	4.419,72

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA.

PORTARIA Nº 1.130, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo V do Decreto nº 19.380, de 01 de julho 1998 mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Outras Despesas Correntes à conta de Transferências da União – Fonte 130 , como segue:

		R$
1)	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso	70.000,00

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 1.131, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições regimentais e que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo IV do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998, mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Outras Despesas Correntes à conta de Receitas Internas, FPE, FPM e IRRF – Fontes 100, 101, 102, 104, 108, respectivamente, como segue:

		R$
1)	Secretaria de Fazenda e Planejamento	3.733.365,25
2)	Secretaria de Educação	65.862,17

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA.

PORTARIA Nº 1.132, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta dos processos nºs 196.000.257/98 e 195.000.192/98, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Fundação Pólo Ecológico de Brasília e do Jardim Botânico de Brasília, aprovado pela Portaria SEFP nº 04, de 12 de janeiro de 1998.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150106/00001 21106 JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA				68.000
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000414 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.30	100	68.000	
				68.000

150204/15204 **21204**	**FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA**				100.000
03.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002309	0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.39	100	45.000	
		34.90.39	220	55.000	
					100.000
00914/1 - 200080	* As transferências não constam do Total			TOTAL	168.000

ANEXO II

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150106/00001 **21106**	**JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA**				68.000
03.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000414	0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.39	100	68.000	
					68.000
150204/15204 **21204**	**FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA**				100.000
03.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002309	0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.30	100	45.000	
		34.90.30	220	55.000	
					100.000
00914/2 - 200081	* As transferências não constam do Total			TOTAL	168.000

PORTARIA Nº 1.133, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta o processo nº 030.008.289/98, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Administração, aprovado pela Portaria SEFP nº 04, de 12 de janeiro de 1998.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
140101/00001 **13101**	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**				20.000
03.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 000269	0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31.90.92	100	20.000	
					20.000
00915/1 - 200080	* As transferências não constam do Total			TOTAL	20.000

ANEXO II

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
140101/00001 **13101**	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**				20.000
03.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 000269	0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31.90.11	100	20.000	
					20.000
00915/2 - 200081	* As transferências não constam do Total			TOTAL	20.000

DESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº: 040.012.092/98
INTERESSADO: DIVINA GOMES TORRES E OUTROS
ASSUNTO: EXERCÍCIO ANTERIOR

A vistas das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94, de acordo com o estabelecido no item I, do Art. 38, combinado com o item II e IV, do Art. 39, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa no valor de R$ 120.969,50 (cento e vinte mil , novecentos e sessenta e nove reais e cinqüenta centavos), e determino a emissão de Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Programação de Desembolso, em favor de **DIVINA GOMES TORRES E OUTROS**, referente a Exercícios Anteriores.
Publique-se e encaminhe-se o processo ao Departamento de Administração Geral, para emissão da respectiva Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Programação de Desembolso, a conta da dotação do elemento 319092-Exercício Anterior da Atividade 8503.0001-Pagamento de Pensão Vitalícia desta Secretaria de Fazenda e Planejamento.

MARIO TINOCO DA SILVA

SUBSECRETARIA DA RECEITA

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 484-DAT/SUREC/SEFP, DE 7 DE OUTUBRO DE 1998

Isenção quanto ao IPTU e TLP para aposentados/pensionistas.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, fundamentado no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96, e considerando ainda o que consta dos processos abaixo relacionados, declara:
Isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Limpeza Pública - TLP, no exercício de 1998, os aposentados/pensionistas, abaixo relacionados, no tocante aos respectivos imóveis:
ADAUTA CHAVES DE OLIVEIRA – ST. SUL Q. 9 CJ. B LT. 12 – GAMA – DF(044.000535/98)
AGRIPINA ALVES DA SILVA – QNL 16 CJ. C LT. 14 – TAGUATINGA – DF(042.000655/98)
AMÉRICO THIMÓTEO DO CARMO – ST. NORTE Q. 1 CJ. F LT. 206 – GAMA – DF(044.000579/98)
DEUSELINA AIRES LEAL – SRIA QE 24 CJ. E LT. 22 – GUARÁ – DF(040.002976/98)
DIONÍSIA MENDES DA COSTA – QNN 4 CJ. I LT. 48 – CEILÂNDIA – DF(046.000806/98)
ERONDINA DE C. SILVA – SLR V. BURITIS QD. 5 CJ. H LT. 3 – PLANALTINA – DF(045.000206/98)
FRANCISCO DA COSTA XAVIER – QNN 26 CJ. C LT. 23 – CEILÂNDIA – DF(046.000690/98)
FRANCISCO SOARES DE OLIVEIRA – Q. 1311 BL. H APTº 305 – CRUZEIRO – DF(040.002828/98)
JOÃO EUSTÁQUIO DE BARROS – ST. SUL Q. 13 CJ. B LT. 12 – GAMA – DF(044.000576/98)
JOAQUIM BRAGA LIMA – QNP 30 CJ. H LT. 47 – CEILÂNDIA – DF(046.000597/98)
JOAQUIM CORRÊA DE BRITO – QNM 6 CJ. H LT. 39 – CEILÂNDIA – DF(046.000707/98)
JOSÉ GOMES DINO – QNO 1 CJ. E LT. 33 – CEILÂNDIA – DF(046.000735/98)
JOSÉ MARTINS BORGES – QNN 17 CJ. G LT. 36 – CEILÂNDIA – DF(046.000861/98)
LUIZA COSTA FARIAS – QNM 6 CJ. J LT. 26 – CEILÂNDIA – DF(046.000805/98)
MANOEL ISIDORO DE MOURA – QNP 15 CJ. D LT. 46 – CEILÂNDIA – DF(042.000767/98)
MANOEL PEREIRA LIMA – QNN 5 CJ. L LT. 34 – CEILÂNDIA – DF(046.000918/98)
MANUEL ANTÔNIO DA SILVA – QNP 32 CJ. V LT. 9 – CEILÂNDIA – DF(046.000989/98)
MARIA A. DE OLIVEIRA – SLR V. BURITIS QD. 4 CJ. C LT. 27 – PLANALTINA –DF(045.000110/98)
MARIA COSMO DE OLIVEIRA – QNO 19 CJ. 56 LT. 6 – CEILÂNDIA–DF(046.001207/98)
MARIA DA CONCEIÇÃO BESERRA – ST. OESTE Q. 32 LT. 70 – GAMA – DF(044.000486/98)
MARIA DAS DORES DA ROCHA – QNL 22 VIA LT. 4 LT. 9 – TAGUATINGA – DF(042.000382/98)
MARIA DE LOURDES DA SILVA – QNN 18 CJ. F LT. 36 – CEILÂNDIA – DF(045.000828/98)
MARIA DIVINA LIMA – QNN 3 CJ. J LT. 43 – CEILÂNDIA – DF(046.000709/98)
MARIA FLORINDA COELHO – ST. OESTE Q. 3 LT. 18 – GAMA – DF(044.000450/98)
MARIA PASSOS JUNIOR–SLR V. BURITIS QD. 2 CJ. E LT. 1–PLANALTINA-DF(045.000156/98)
MARIA ROSA DE JESUS – QNN 3 CJ. L LT. 3 – CEILÂNDIA – DF(046.001208/98)
MARIA SOARES DE AQUINO – ST. URB. QD. 2 CJ. D-3 LT. 20 – SOBRADINHO – DF(045.000268/98)
MARIA SATHLER DE CERQUEIRA – QNM 20 CJ. G LT. 35 – CEILÂNDIA – DF(046.000508/98)
ORCENIL SILVA FERREIRA DOS SANTOS – QNJ 23 LT. 23 – TAGUATINGA – DF(040.000510/98)
PEDRO E. DOS SANTOS – EXPANSÃO QD. 4 CJ. 10-B LT. 12–N. BANDEIRANTE–DF(047.000198/98)
Vale lembrar que o benefício deve ser reconhecido anualmente pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, mediante requerimento do interessado protocolado até o último dia útil do mês de janeiro (parágrafos 3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 16.100 de 29.11.94).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 485-DAT/SUREC/SEFP, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

Isenção quanto ao IPTU e TLP para aposentados/pensionistas.
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, fundamentado no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96, e considerando ainda o que consta dos processos abaixo relacionados, declara:
Isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Limpeza Pública - TLP, no exercício de 1998, os aposentados/pensionistas, abaixo relacionados, no tocante aos respectivos imóveis:

ALEXANDRE G. DE SOUZA – ST. URBANO Q: 2 CJ. B6 LT. 19 – SOBRADINHO – DF(045.000493/98)
ANTÔNIO DE FREITAS CORRÊA – QNP 14 CJ. N LT. 30 – CEILÂNDIA – DF(046.001086/98)
ANTÔNIO FERREIRA BORGES – QNP 9 CJ. H LT. 46 – CEILÂNDIA – DF(046.001089/98)
BASÍLIO DE OLIVEIRA PASSOS – ST. URB. QD. 9 CJ. F LT. 20 – SOBRADINHO – DF(045.000491/98)
CIPRIANO ELIAS – QNP 5 CJ. J LT. 19 – CEILÂNDIA – DF(046.000896/98)
DJALMA JOSÉ DA SILVA – QNN 2 CJ. B LT. 29 – CEILÂNDIA – DF(046.000429/98)
FAUSTO VIEIRA NUNES – QNP 32 CJ. T LT. 11 – CEILÂNDIA – DF(046.000872/98)
FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA – QNN 26 CJ. G LT. 2 – CEILÂNDIA – DF(046.001144/98)
FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS – QNP 26 CJ. C LT. 7 – CEILÂNDIA – DF(046.000692/98)
GERALDO M. DA CUNHA – SLR V. BURITIS QD. 2 CJ. J LT. 29 – PLANALTINA – DF(045.000414/98)
HONÓRIO FRANCISCO DA SILVA – ST. L ITAMARACÁ CJ. L LT. 5 – GAMA – DF(044.000638/98)
LINO JOSÉ DA SILVA – SHI QR. 608 CJ. 10 LT. 2 – SAMAMBAIA – DF(040.002566/98)
MANOEL CASCIANO FILHO – QNP 12 CJ. U LT. 30 – CEILÂNDIA – DF(046.000491/98)
MANOEL CORCINO DOS SANTOS – QR 2 CJ. F LT. 50 – CANDANGOLÂNDIA – DF(047.000048/98)
MANOEL GOMES DE SOUSA – QNM 26 CJ. F LT. 40 – CEILÂNDIA – DF(046.000793/98)
MANOEL MAMEDE ALVES – QNP 11 CJ. F LT. 32 – CEILÂNDIA – DF(046.000574/98)
MARGARIDA LUIZA DA CONCEIÇÃO – QNN 25 CJ. E LT. 30 – CEILÂNDIA – DF(046.001079/98)
MARIA DAS DORES DA SILVA – QNM 24 CJ. N LT. 29 – CEILÂNDIA – DF(046.000374/98)
MARIA DAS NEVES CARLOS – ST. SUL QD. 3 CJ. D LT. 3 – GAMA – DF(044.000238/98)
MARIA GONÇALVES DA SILVA – SRIA QE 32 CJ. Q LT. 8 – GUARÁ – DF(043.000308/98)
MARIA JOSÉ DE SOUSA – QNM 36 CJ. D LT. 44 – CEILÂNDIA – DF(042.000771/98)
MARIA ZILENICE DE MORAIS – SHCE/S QD. 305 BL. G APTº 103 – CRUZEIRO – DF(040.001793/98)
MARLICE MOREIRA MACHADO – QN. 1 CJ. 17 LT. 7 – BAIRRO TELEBRASÍLIA – DF(047.000159/98)
MAURA MATEUS RODRIGUES – QNM 20 CJ. H LT. 34 – CEILÂNDIA – DF(046.001072/98)
ONOFRE MOREIRA – QE EPTG QE 1 BL. B-10 APTº 301 – GUARÁ – DF(040.002827/98)
PEDRO PEREIRA DOS SANTOS – QNN 7 CJ. I LT. 38 – CEILÂNDIA – DF(046.001082/98)
ROSALVO PEREIRA DE SOUSA – ST. SUL QD. 11 CJ. D LT. 1 – GAMA – DF(044.000477/98)
SEBASTIÃO DA S. CARDOSO, AV CONT. RE BL 565 LT 8 - N BANDEIRANTE – DF(040.002794/98)
SEBASTIÃO VIEIRA DA SILVA – SRIA QI 6 CJ. V LT. 14 – GUARÁ – DF(043.000297/98)
TERESINHA TEIXEIRA RODRIGUES – QNM 19 CJ. F LT. 30 – CEILÂNDIA – DF(046.001076/98)
Vale lembrar que o benefício deve ser reconhecido anualmente pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, mediante requerimento do interessado protocolado até o último dia útil do mês de janeiro (parágrafos 3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 16.100 de 29.11.94).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 490-DAT/SUREC/SEFP, DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

Imunidade quanto ao IPVA para instituição de assistência social.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal combinado com o artigo 14 da Lei n.º 5.172-66-Codigo Tributário Nacional, e considerando o que consta do processo nº 040.006022/98, declara:
O INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE, CGC N.º 00.309.542/0001-40, imune quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente aos exercícios de 1997 e 1998, em relação aos veículos placas JER 7819, JFJ 6046, JES 6087, JEY 2546, JES 6077 e, referente ao exercício de 1998, em relação ao veículo placa JJC 7032, integrantes do seu patrimônio e utilizados em suas finalidades essenciais, lembrando que o benefício terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 4º do Decreto nº 16.099/94, modificado pelo Decreto nº 17.958/96).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 491-DAT/SUREC/SEFP, DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

Isenção quanto ao IPTU e TLP para aposentados/pensionistas.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, fundamentado no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96, e considerando ainda o que consta dos processos abaixo relacionados, declara:
Isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Limpeza Pública - TLP, no exercício de 1998, os aposentados/pensionistas, abaixo relacionados, no tocante aos respectivos imóveis:
ADÃO QUEIRÓS – QNM 25 CJ. B LT. 38 – CEILÂNDIA – DF(046.000755/98)
AGENOR PEIXOTO – ST. LESTE QD. 11 LT. 30 – GAMA – DF(044.000665/98)
ANTÔNIO DE FREITAS SILVA – QNM 8 CJ. D LT. 22 – CEILÂNDIA – DF(046.000750/98)
BONIFÁCIA VIEIRA DOS SANTOS – SRIA QI 3 CJ. V LT. 9 – GUARÁ – DF(047.000167/98)
ELENO PEREIRA DA SILVA – QN. 3 CJ. 5 LT. 46 – RIACHO FUNDO – DF(047.000208/98)
ELZA F. ARAGÃO – AV. CONT. RE BL. 485 LT. 12 – N. BANDEIRANTE – DF(047.000194/98)
EMÍLIA FLORENTINA DA SILVA – ST. SUL - QD. 15 CJ. D LT. 19 – GAMA – DF(044.000664/98)
FRANCISCO GARCIA DA SILVA – ST. SUL QD. 7 CJ. F LT. 5 – GAMA – DF(044.000746/98)
JOANA LOPES DE LIMA – ST. OESTE QD. 17 LT. 111 – GAMA – DF(044.000438/98)
JOÃO DAMASCENO GOMES – QNN 24 CJ. L LT. 34 – CEILÂNDIA – DF(040.002917/98)
JOÃO JOSÉ DA CONCEIÇÃO – ST. URB. QD. 3 CJ. H LT. 6 – SOBRADINHO – DF(045.000296/98)
JOSÉ BENTO DE SOUZA – QNN 3 CJ. J LT. 23 – CEILÂNDIA – DF(046.000875/98)
JOSÉ E. BARBOSA – SLR V. BURITIS QD. 3 CJ. F LT. 26 – PLANALTINA – DF(045.000478/98)
JOSÉ IZIDRO DE MOURA – AV. CONT. RE BL.965 LT. 11 – N. BANDEIRANTE – DF(040.002204/98)
JOSÉ JULIÃO DE GÓIS – ST. NORTE QD. 1 CJ. G LT. 423 – GAMA – DF(044.000285/98)
JOSÉ RODRIGUES DA CUNHA – ST. CENTRAL QD. 10 CJ. B LT. 13 – GAMA – DF(044.000301/98)
JOSÉ SATURNINO DE OLIVEIRA – QNN 3 CJ. N LT. 6 – CEILÂNDIA – DF(046.000554/98)
JOSÉ VALDIR DE SOUZA – QNM 23 CJ. G LT. 47 – CEILÂNDIA – DF(046.000097/98)
JULIETA SILVA – AV. CENTRAL RE BL. 1.085 LT. 2 – N. BANDEIRANTE – DF(047.000164/98)
MANOEL BATISTA MACIEL – QNM 10 CJ. C LT. 34 – CEILÂNDIA – DF(046.001017/98)
MANOEL CARDOZO DE MOURA – QNP 5 CJ. N LT. 4 – CEILÂNDIA – DF(042.000360/98)
MANUEL ALVES PORTELA – QNP 9 CJ. M LT. 6 – CEILÂNDIA – DF(046.001093/98)
MARIA ALVES DE SOUSA ARRAES – SRIA QI 14 CJ. F LT. 84 – GUARÁ – DF(043.000312/98)
MARIA COSTA DA SILVA – QNN 18 CJ. D LT. 13 – CEILÂNDIA – DF(046.000957/98)
MARIA DA PAZ COSTA – QNN 19 CJ.F LT. 33 – CEILÂNDIA – DF(046.000605/98)
MARIA JOSÉ DE SOUZA – QR. 5 CJ. D LT. 45 – CANDANGOLÂNDIA – DF(047.000163/98)
MARIA LOPES DUARTE – ST. OESTE QD. 14 LT. 38 – GAMA – DF(044.000628/98)
PEDRO ALVES DE CARVALHO – QR. 5 CJ. E LT. 80 – CANDANGOLÂNDIA – DF(047.000148/98)
RAIMUNDO FERNANDES DE CASTRO – ST. LESTE Q. 6 LT. 67 – GAMA – DF(044.000534/98)
RAIMUNDO OLÍMPIO BARBACENA – QNP 15 CJ. P LT. 11 – CEILÂNDIA – DF(046.001092/98)
SANTINO PEREIRA SOBRINHO – ST. NORTE QD. 2 CJ. C LT. 207 – GAMA – DF(044.000257/98)
ZILDA PEREIRA SOTERO – ST. LESTE QD. 25 LT. 64 – GAMA – DF(044.000436/98)
Vale lembrar que o benefício deve ser reconhecido anualmente pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, mediante requerimento do interessado protocolado até o último dia útil do mês de janeiro (parágrafos 3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 16.100 de 29.11.94).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 498-DAT/SUREC/SEFP, DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

Isenção do ITCD - Lei nº 1.343/96

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, DE 11.9.95, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei nº 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo nº 040.010630/98, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCD a transmissão do bem imóvel, localizado na QNN 18 CJ G LT 21 - CEILÂNDIA - DF, para EDVALDO ABADIA DO NASCIMENTO NEPOMUCENO, CPF N.º 699.806.671-68, e OUTRO, decorrente do falecimento de VICENTE D' ABADIA BISPO NEPOMUCENO, ocorrido em 15.05.97.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

PROCESSO Nº : 040.006022/98
INTERESSADO : INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE
ASSUNTO : IMUNIDADE/ IPVA

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11.9.95, decide:
Indeferir o pedido de reconhecimento de imunidade quanto ao IPVA, referente ao exercício de 1997, em relação ao veículo placa JJC 7032, em virtude de o mesmo não ser integrante do patrimônio da requerente na data da ocorrência do fato gerador do imposto (1º.1.97);
Indeferir o pedido de reconhecimento de imunidade quanto ao IPVA, referente ao exercício de 1998, em relação ao veículo placa JEO 3402, em virtude de o mesmo não ser integrante do patrimônio da requerente na data da ocorrência do fato gerador do imposto (1º.1.98).
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DE 16 DE OUTUBRO DE 1998

PROCESSO Nº : 040.004105/98
INTERESSADO : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS – AMAGIS – DF/ESCOLA DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO : IMUNIDADE QUANTO AO ISS

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11.9.95, decide:
Indeferir o pedido de reconhecimento de imunidade quanto ao Imposto Sobre Serviços - ISS por a requerente não se enquadrar como instituição de educação.
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do artigo 70 do Decreto nº 16.106/94.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

DESPACHOS

CONSULTA Nº : 75/98
PROCESSO Nº : 00040 001326/94
INTERESSADO : PNEUMÁTICOS MICHELIN LTDA.
INSCRIÇÃO : 0732897900130
RESUMO DA CONSULTA : APLICAÇÃO DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA NAS OPERAÇÕES QUE DESTINEM PRODUTOS A CONSUMIDORES FINAIS CONTRIBUINTES DO ICMS

Senhora Chefe.
PNEUMÁTICOS MICHELIN LTDA. consulta a respeito da substituição tributária nas operações com pneumáticos, câmaras de ar e protetores de borracha.
A consulente, fabricante e importadora de pneumáticos, câmaras e protetores, informa que está obrigada ao recolhimento de ICMS pelo regime de substituição tributária, tendo em vista as disposições do Convênio ICMS nº 85, de 10.09.93.
A interessada afirma que para calcular o imposto devido por substituição tributária vem seguindo o disposto no § 1º da Cláusula Terceira do Convênio ICMS 85/93.
Informa que, em relação às vendas destinadas ao ativo imobilizado ou ao consumo, o Convênio ICMS 121/93 determina que a base de cálculo corresponderá ao preço efetivamente praticado na operação, ou seja, não existe mais a aplicação da margem de lucro sobre a base de cálculo nas vendas a consumidores finais.
Firma entendimento no sentido de que as vendas a consumidores finais, contribuintes ou não do ICMS, não poderiam estar sujeitas à substituição tributária, pois o fato gerador presumido, ou seja, a venda posterior, não ocorrerá.
Entende que os Convênios ICMS 85/93 e 121/93, que determinaram uma base de cálculo mais benéfica para as operações com destino ao ativo imobilizado ou a consumo, não dispensaram a aplicação da substituição tributária nesses casos.
Solicita esclarecimento sobre qual o procedimento a ser adotado em relação aos consumidores finais, sejam eles contribuintes ou não do ICMS. Esclarece que os consumidores finais contribuintes do ICMS não têm por objetivo social a comercialização de pneumáticos, câmaras ou protetores, mas são transportadoras que pagam o ICMS referente às suas operações.
Expõe, no item 11 da Consulta, que encontra-se em uma situação atípica em suas vendas a consumidores em estados da federação em que a alíquota interna para pneus é de 17%. Explica que quando efetua vendas a não contribuintes nesses Estados, a alíquota da operação normal é aquela ordinariamente praticada em São Paulo, ou seja, 18%. Como as bases de cálculo são idênticas, em uma venda de CR$ 1.000,00 o imposto por substituição seria de MENOS CR$ 10,00.
Alega que, nesse caso, se for computado o valor do imposto negativo, o preço da mercadoria na nota fiscal seria reduzido em razão da substituição tributária, o que lhe parece ser incompatível
Diante do exposto, a consulente apresenta as seguintes questões:
"a) Deve a consulente aplicar a substituição tributária às vendas a consumidores finais contribuintes, conforme item 10 acima?
b) Deve a consulente aplicar a substituição tributária às vendas a consumidores finais não contribuintes, ou seja, pessoas físicas ou pessoas jurídicas sem inscrição estadual?
b1) Em caso de resposta positiva, como deverá proceder em relação às notas fiscais emitidas aos consumidores finais estabelecidos nesse Estado, considerando a situação explicada no item 11?
b2) Como deverá contabilizar o ICMS negativo, relativamente aos pagamentos devidos ao Estado."
Às fls. 27 a Divisão da Receita de Brasília anexou os dados cadastrais da consulente, informando não estar a referida empresa sob ação fiscal.
É o relatório.
De modo a facilitar a compreensão, responderemos aos itens da consulta na ordem em que foram apresentados.
a) Sim. A substituição tributária se aplica quando a operação se realizar entre contribuintes do ICMS. O mecanismo da substituição tributária tem por objetivo antecipar o recolhimento do imposto, de modo a reduzir o número de contribuintes e facilitar a fiscalização. Assim, apesar do contribuinte consumidor não promover a revenda dos produtos adquiridos, a parcela de imposto que lhe cabe deverá ser recolhida antecipadamente.
Tendo em vista que o contribuinte adquirente não irá promover a venda do bem, inexistindo portanto margem de lucro, o Convênio ICMS 121/93 dispõe que nas operações com destino a consumo do adquirente "a base de cálculo corresponderá ao preço efetivamente praticado na operação".
Assim, além do imposto devido pela operação própria, o substituto tributário deverá recolher a parcela que cabe ao contribuinte destinatário. No caso de venda para consumo ou ativo imobilizado do adquirente, esse montante significa o recolhimento antecipado do diferencial entre a alíquota interna do estado destinatário e a alíquota interestadual.
b) Não. A substituição tributária se aplica apenas quando a operação se realizar entre contribuintes do imposto, nos termos do art. 321 do Decreto nº 18.955/97 - Regulamento do ICMS:
"Art. 321. Nas operações que destinem bens e mercadorias relacionadas no Caderno I do Anexo IV a contribuinte localizado no Distrito Federal, fica atribuída ao remetente a responsabilidade pela retenção e recolhimento antecipados do imposto referente às operações subseqüentes, na qualidade de contribuinte substituto (Convênio ICMS 81/93)." (grifo nosso)
b1) b2) Questões prejudicadas, tendo em vista a resposta negativa do item b.
Não se aplicam os benefícios previstos no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, tendo em vista a natureza não controvertida da matéria.
É o parecer, que submetemos à apreciação.

Brasília, 16 de outubro de 1998.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consulta
Chefe
No uso da competência delegada a esta chefia pela OS nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consulta, desta Divisão.
Esclareço que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão de Receita de Brasília para conhecimento e as devidas anotações.
Brasília-DF., 16 de outubro de 1998.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº : 76/98
PROCESSO Nº : 048.003.047/98
INTERESSADO : DBA ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA
RESUMO DA CONSULTA: SOFTWARE – ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR - ISS - ALÍQUOTA

Senhora Chefe,
A empresa acima qualificada apresenta consulta indagando se aos serviços de manutenção e atualização de softwares elaborados sob encomenda aplica-se a alíquota de 0,5%, estabelecida no Decreto nº 16.128/94, alterado pelo Decreto nº 19.000 de 15/01/98.
A Divisão da Receita de Brasília realizou o preparo processual a que se refere o art. 48 do Decreto nº 16.106/94, às fls. 02/08.
É o relatório.
Informamos que esta matéria já foi objeto de análise por esta Administração nos autos do Processo nº 040.000.908/98, cujo parecer (Consulta nº 59/98) foi publicado no DODF nº 162 em 26/08/98.
Deixamos, pois, de analisar o mérito da presente consulta, remetendo-nos aos termos do parecer supra referido.
À consulente não se aplica o benefício da consulta previsto no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, por não se tratar de matéria de natureza controvertida.
É o parecer s.m.j..

Brasília, 16 de outubro de 1998.
VÂNIA DE NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra.

Brasília, 16 de outubro de 1998.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consultas
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consultas desta Divisão.
Esclareço que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita de Brasília, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 16 de outubro de 1998.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº : 77/98
PROCESSO Nº : 043.001.653/95
INTERESSADO : CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.
RESUMO DA CONSULTA: EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS--AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS DE PRODUTOR RURAL – REFORMULAÇÃO DA CONSULTA Nº 14/98

Senhora Chefe,
Trata-se de reformulação da Consulta nº 14/98 (Processo nº 043.001.653/95), publicada em 20/03/98 no DODF nº 54.
Em virtude da faculdade de revisão, a qualquer tempo, de decisão sobre matéria consultada, nos termos do parágrafo único do art. 54 do Decreto nº 16.106/94, o presente processo foi desarquivado (fls. 16 verso), para que se emane novo pronunciamento a respeito da matéria examinada, ensejando como conseqüência a revogação expressa da decisão anterior.
Passamos, pois, a analisar o objeto da consulta, que versa sobre qual o procedimento a ser adotado pela consulente, em relação aos documentos fiscais, quando da aquisição de mercadorias de produtor rural.
O Decreto nº 18.955/97, Regulamento do ICMS no Distrito Federal, a exemplo do Decreto nº 16.088/94, citado pela consulente na inicial de fls. 01, estabelece no art. 84, inc. II, que a emissão de Notas Fiscais modelos 1 e 1-A, entre outras hipóteses, deve se dar na:
"II - entrada de mercadoria:
a) nova ou usada remetida, a qualquer título, por produtor rural não equiparado a comerciante ou industrial, ou por pessoa física ou jurídica não obrigada à emissão de documentos fiscais;" (grifamos)
Acrescentam, ainda, os § § 3º e 4º do art. 84, que a Nota Fiscal de entrada ora analisada servirá para acompanhar o trânsito da mercadoria até o local do estabelecimento adquirente, quando este assumir o encargo de retirá-las ou transportá-las, o que não exclui a obrigatoriedade da emissão da Nota Fiscal de Produtor.
Mais adiante, o art. 91 do mesmo Decreto nº 18.955/97 assim dispõe:
"Art. 91. O estabelecimento de produtor agropecuário não equiparado a comerciante ou industrial emitirá Nota Fiscal de Produtor, modelo 4 (Ajuste SINIEF 9/97):
I – sempre que promoverem a saída de mercadorias;
II – na transmissão da propriedade de mercadorias;
III – sempre que, no estabelecimento, entrarem bens ou mercadorias, real ou simbolicamente, nas hipóteses do inciso II do art. 84;
IV – em outras hipóteses previstas na legislação.
§ 1º Fica dispensada a emissão da Nota Fiscal de Produtor no transporte manual de produto agropecuário ou seus derivados, excluída a condução de rebanho."
Sendo assim, quando a consulente adquirir mercadorias de produtor rural não equiparado a comerciante ou industrial, emitirá Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, em conformidade ao art. 84, inc. II, *"a"* do RICMS (Decreto nº 18.955/97), e o produtor rural emitirá a Nota Fiscal de Produtor, nos termos do art. 91 do mesmo Diploma Legal.
Por outro lado, quando adquirir mercadorias de produtor rural equiparado a comerciante ou industrial, apenas este emitirá Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A (art. 24, § 1º, inc. V c/c art. 25 do Decreto nº 18.955/97), que será suficiente para acobertar a operação .
À consulente aplica-se o benefício da consulta previsto no art. 44 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994.
É o parecer, s.m.j.

Brasília, 16 de outubro de 1998.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra, sugerindo a revogação expressa da Consulta nº 14/98 referente ao presente processo.

Brasília, 16 de outubro de 1998.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consulta
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia pela Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 54 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consulta desta Divisão, ficando expressamente REVOGADA a Consulta nº 14/98 publicada em 20 de março de 1998 no Diário Oficial do Distrito Federal nº 54.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita do SIA, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 16 de outubro de 1998.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº : 78/98
PROCESSO Nº : 043.000.471/98
INTERESSADO : COMPANHIA JAUENSE INDUSTRIAL
RESUMO DA CONSULTA : ICMS – REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO – FARINHA DE TRIGO PRÉ-MISTURADA

Senhora Chefe,
A empresa acima qualificada, estabelecimento industrial de alimentos, apresenta consulta sobre o ICMS incidente nas operações com farinha de trigo pré-misturada, denominada pré-mescla.
Informa que à Portaria SEFP nº 466 de 06/12/93, que trata da substituição tributária nas operações com farinha de trigo, foi acrescentada a farinha de trigo pré-misturada – "pré-mescla" pela Portaria nº 336 de 03/06/97.
Acrescenta, ainda, que a Portaria nº 114 de 25/02/97, que também alterou a Portaria nº 466/93, determinou redução para 41,17% da base de cálculo do ICMS para fins de substituição tributária nas operações com farinha de trigo.
Finalmente, indaga se as operações com "pré-mescla" estão incluídas tanto na redução da base de cálculo do ICMS prevista no item 11 do Caderno II do Anexo I ao Decreto nº 18.955/97, quanto na substituição tributária.
A Divisão da Receita do SIA procedeu ao preparo processual nos termos do art. 48 do Decreto nº 16.106/94, às fls. 10/14 .
É o relatório.
Inicialmente, informamos que o benefício da redução para 41,17% da base de cálculo do ICMS de que trata o item 11 do Caderno II do Anexo I ao Decreto nº 18.955/97 – RICMS – aplica-se às operações com farinha de trigo pré-misturada, conforme redação dada pelo Decreto nº 19.234 de 13/04/98.
Quanto ao regime de substituição tributária regulado pela Portaria SEFP nº 466 de 06/12/93, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária relativa às operações com farinha de trigo pré-misturada – "pré-mescla", também ficou reduzida para 41,17%, a partir de 29/04/97, de acordo com o disposto nas Portarias nºs 114, de 25/02/97 e 336, de 03/06/97, como citado pela consulente.
À consulente não se aplica o benefício da consulta, previsto no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, por não se tratar de matéria de natureza controvertida.
É o entendimento s.m.j.

Brasília, 16 de outubro de 1998.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra.

Brasília, 16 de outubro de 1998.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consulta
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consulta desta Divisão.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita do SIA, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 16 de outubro de 1998.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº : 79/98
PROCESSO Nº : 040.004.481/98
INTERESSADO : VERDE LAR
RESUMO DA CONSULTA : ICMS – COMERCIALIZAÇÃO DE ESTERCO - TRIBUTAÇÃO

Senhora Chefe,
A empresa acima qualificada formula consulta para saber qual o tratamento tributário dispensado na comercialização de esterco natural (de gado e aves), terra vegetal preta (estercada), pó de xaxim puro (resíduo) e pó de xaxim (misturado com esterco e terra).
Apresenta o seguinte questionamento:
1 – Como deve proceder quanto à documentação fiscal ao adquirir produtos em fazendas e de motoristas autônomos, que não têm nota fiscal?
2 – Na venda pode emitir Nota Fiscal com isenção do ICMS? Qual Decreto deve ser citado?
3 – Há diferença na venda por atacado direto a consumidor e a supermercados?
A Divisão da Receita do SIA realizou o preparo processual nos termos do art. 48 do Decreto nº 16.106/94, às fls. 02/12.
É o relatório.
Inicialmente, informamos que dos produtos citados pela consulente, apenas o esterco natural (de gado e aves) recebe tratamento tributário beneficiado, conforme Convênio ICMS nº 100/97. Senão, vejamos.
As saídas internas de esterco animal estão amparadas com isenção do ICMS, conforme item 88, Caderno I, Anexo I ao Decreto nº 18.955/97 – RICMS. E as saídas interestaduais têm base de cálculo reduzida para 40%, de acordo com o item 44, Caderno II, Anexo I ao mesmo RICMS.
Por determinação do Convênio ICMS nº 100/97, a concessão dos benefícios acima condiciona-se a que o contribuinte abata do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto dispensado, indicando expressamente no documento fiscal a respectiva dedução.
Após essa breve exposição, passamos a responder as questões da consulente na ordem em que foram apresentadas.
1 – O Decreto nº 18.955/97 – RICMS – determina no art. 84, inc. II, alínea "a", *"in verbis"*:
"Art. 84. As notas Fiscais modelos 1 e 1-A serão emitidas na hipótese de:
(...)
II – entrada de mercadoria:
a) nova ou usada remetida, a qualquer título, por produtor rural não equiparado a comerciante ou industrial, ou por pessoa física ou jurídica não obrigada à emissão de documentos fiscais;" (grifamos)
Sendo assim, ao adquirir produtos de pessoas não obrigadas à emissão de nota fiscal, a consulente emitirá Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A para acobertar a circulação e entrada das mercadorias em seu estabelecimento.
Observe-se, porém, que os motoristas autônomos que realizam a comercialização dos produtos estão obrigados a emitir documentos fiscais, nos termos do art. 12 c/c art. 78 do supra referido Decreto nº 18.955/97.
2 – Conforme inicialmente explicitado, dos produtos questionados pela consulente, apenas o esterco natural (gado/ave) está isento do ICMS nas operações internas, e nas interestaduais terá a base de cálculo reduzida para 40%.
Então, na saída do esterco para destinatário localizado no Distrito Federal, a consulente consignará na Nota Fiscal que o produto está isento de acordo com o Decreto nº 18.955/97 – Anexo I – Caderno I – item 88. Na venda para fora do Distrito Federal, indicará na Nota Fiscal que a operação está amparada por redução da base

de cálculo, conforme Decreto nº 18.955/97 – Anexo I – Caderno II – item 24.
Em ambos os casos deverá abater do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto dispensado, indicando expressamente na Nota Fiscal o valor deduzido.
Lembramos que sobre os outros produtos citados, há incidência do ICMS à alíquota de 17% nas operações internas e nas interestaduais para destinatário não contribuinte do imposto, e 12% nas operações interestaduais para contribuinte.
3 – Nas operações internas não há diferença; a alíquota a ser aplicada na venda é a mesma para destinatário contribuinte ou não do imposto. Ou seja, tanto para consumidor final quanto para supermercados, na venda de esterco natural há isenção do ICMS, e na venda dos outros produtos, aplica-se alíquota de 17%.
Entretanto, nas operações interestaduais, há distinção. Haverá redução de base de cálculo na venda de esterco. Quanto à alíquota, é idêntica para todos os produtos mencionados pela consulente, qual seja, 17% se for para consumidor final, e 12% se for para contribuinte do ICMS.

À consulente não se aplica o benefício da consulta previsto no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, por não se tratar de matéria de natureza controvertida.
É o parecer s.m.j

Brasília, 16 de outubro de 1998.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra.
Brasília, 16 de outubro de 1998.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consulta
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consulta desta Divisão.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita do SIA, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 16 de outubro de 1998.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº: 80/98
PROCESSO Nº: 040.006.998/98
INTERESSADO : TAGUAUTO - TAGUATINGA AUTOMÓVEIS LTDA.
RESUMO DA CONSULTA : ICMS – EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL – CONVÊNIO ECF Nº 01/98

Senhora Chefe,
A empresa acima qualificada formula consulta sobre a obrigatoriedade de utilização de equipamento emissor de cupom fiscal disposta no Convênio ECF nº 01, de 18/02/98, expondo e indagando o que segue.
De acordo com o § 4º da Cláusula primeira do Convênio ECF nº 01/98 não se aplica a obrigatoriedade do uso de ECF nas operações com veículos automotores, nas realizadas fora do estabelecimento e nas realizadas por concessionários ou permissionários de serviço público.
Informa que além de realizar atividade de comércio varejista de automóveis, comercializa peças, por intermédio de vendas no balcão ou nos veículos sob reparos em sua oficina.
Entende que sua obrigatoriedade de uso do ECF restringe-se à Receita Bruta de Peças e Serviços e que, portanto, de acordo com a distribuição da renda auferida apresentada às fls. 02 (inferior a R$ 6.000.000,00 e superior a R$ 2.000.000,00) o prazo para o início de utilização do equipamento seria 31/12/98.
Solicita, então, esclarecimentos quanto ao seu entendimento, e em caso de não estar correto, requer lhe seja concedido prazo até 31/12/98 para providenciar o cumprimento da obrigação legal questionada.
A Divisão da Receita de Taguatinga procedeu ao preparo processual nos termos do art. 48 do Decreto nº 16.106/94, às fls. 04/17.
É o relatório.
O Convênio ECF nº 01 de 18/02/98, na Cláusula primeira, obriga os estabelecimentos que exerçam atividade de venda ou revenda de bens a varejo ou de prestação de serviços à utilização de equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF. Esta obrigatoriedade, no entanto, não se aplica às operações com veículos automotores, por força do § 4º da mesma Cláusula primeira.
Ocorre que a consulente, além da atividade comercial com veículos automotores, realiza operações de venda de peças, diretamente ao consumidor final, ou aplicando-as na prestação de serviços de oficina. Ficando, assim, sujeita à obrigatoriedade de que trata o *caput* da Cláusula primeira suso mencionada.
Mais adiante, a Cláusula sexta do questionado Convênio ECF nº 01/98 determina os prazos para a efetivação do uso do equipamento emissor de cupom fiscal de acordo com a receita bruta anual dos contribuintes, assim definindo no § 3º, *"in verbis"*:
"§ 3º Considera-se receita bruta para os efeitos deste convênio o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado auferido nas operações em conta alheia, não incluído o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos."
Depreende-se, daí, que as operações da consulente com veículos devem integrar a composição da receita bruta para enquadramento nos prazos contidos no referido Convênio.
Acrescentamos que esta Administração já se pronunciou a respeito da matéria em tela, emitindo parecer na Consulta nº 51/98, publicado no DODF nº 156, em 18/08/98.
Portanto, segundo o valor da receita bruta anual informado pela consulente às fls. 02, a mesma deverá observar o prazo disposto na alínea "a", inc. II, Cláusula sexta do Convênio ECF nº 01/98, ou seja, 30 de junho de 1998, para efetivação do uso do ECF.
À consulente não se aplica o benefício da consulta, previsto no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, por não se tratar de matéria de natureza controvertida.
É o entendimento s.m.j.

Brasília, 16 de outubro de 1998.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra.
Brasília, 16 de outubro de 1998.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consulta
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consulta desta Divisão.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita de Taguatinga, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 16 de outubro de 1998.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº: 81/98
PROCESSO Nº: 00048.003135/98
INTERESSADO: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER-DF

RESUMO DA CONSULTA: INCIDE O ICMS NA CONFECÇÃO DE CARIMBOS PERSONALIZADOS
Senhora chefe,
Este parecer versa sobre consulta formulada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER-DF - acerca da incidência de impostos na confecção de carimbos personalizados.
Informa a Consulente que ajusta com terceiros a confecção dos referidos carimbos, para serem utilizados em suas repartições, e que está obrigada à retenção e recolhimento do Imposto sobre Serviços – ISS, por força do art. 7º, inciso I, do Decreto nº 16.128, de 6 de dezembro de 1994, em relação aos serviços que lhes forem prestados.
Relata que em 10 de março deste ano foi realizada reunião convocada pelo Grupo de Acompanhamento e Cobrança do ISS, em que foram prestados aos participantes esclarecimentos sobre tributação, alíquotas, isenções e obrigações acessórias relativas àquele imposto. Nessa ocasião, foi informado que sobre a confecção de carimbos incide o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e não o ISS.
Entretanto, alega a Consulente que os carimbos adquiridos são personalizados e, portanto, são uma forma de prestação de serviço. Entende, por isso, que o tributo incidente sobre tal prestação é o ISS.
Inconformada com as orientações recebidas na citada reunião, recorreu ao Plantão Fiscal em busca de alguma instrução ou posicionamento oficial sobre o tema, não tendo obtido sucesso.
Finalmente, a Consulente formulou a presente consulta visando esclarecer que imposto incide na confecção de carimbos personalizados.
A Divisão da Receita de Brasília efetuou o devido preparo processual, de acordo com o disposto no art. 48 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e informou que a Consulente não está sob ação fiscal.
É o relatório.
O ISS é imposto da esfera tributária municipal e os serviços sobre os quais incide estão relacionados na lista do art. 1º do Decreto nº 16.128/94. A confecção de carimbos personalizados não está contemplada em nenhum dos itens da referida lista e, por isto, sobre tais serviços não incide o ISS.
Por outro lado, o art. 2º, inciso IV, alínea "a", do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, ao delimitar o campo de incidência do ICMS determina que o *"o imposto incide sobre o fornecimento de mercadoria com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios"*.
A confecção dos citados carimbos constitui-se em venda de mercadoria juntamente com prestação de serviço. Assim, não estando no campo de incidência do ISS, tal fornecimento enquadra-se na hipótese de incidência do ICMS mencionada no parágrafo anterior.
Concluindo, sobre a confecção de carimbos personalizados incide o ICMS.
À Consulente não se aplicam os benefícios previstos no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, tendo em vista a natureza não controvertida da matéria.
É o nosso entendimento, s.m.j.
Brasília, 16 de outubro de 1998.
CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Auditor Tributário
Matrícula nº 46.235-7
De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra.
Brasília, 16 de outubro de 1998.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consulta
Chefe
No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consulta desta Divisão.
Esclarecemos que a Consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a Consulente. Após, à Divisão da Receita de Brasília, para conhecimento e devidas anotações.
Brasília, 16 de outubro de 1998.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº: 82/98
PROCESSO Nº: 043.000175/96
INTERESSADO: CHURRASCARIA RESTAURANTE E BAR PAMPA LTDA
RESUMO DA CONSULTA: ICMS – BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS APLICADAS NAS OPERAÇÕES EFETUADAS POR BARES, RESTAURANTES E SIMILARES. PERCENTUAIS DE LUCRO APLICADOS NAS SAÍDAS DE CERVEJA, CHOPE, REFRIGERANTE E ÁGUA MINERAL.

Senhora chefe,
Trata esta consulta de indagação formulada pela Churrascaria Restaurante e Bar Pampa Ltda. acerca da "base de cálculo das saídas de mercadorias vendidas nos bares, restaurantes e similares, a alíquota aplicável sobre essa base de cálculo e o percentual aplicado para saídas de cerveja, refrigerante, chope e água mineral", tudo relativo ao período de 1991 a 1995.
A Divisão da Receita do Setor de Indústria e Abastecimento procedeu o devido preparo processual, de acordo com o disposto no art. 48 do Decreto nº 16.106/94 e informou que a empresa não estava sob ação fiscal à época da formulação do pedido.
É o relatório.
I - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES
Preliminarmente, fazemos constar que a consulta ora analisada refere-se a um período de tempo específico, pois a interessada solicita esclarecimentos em relação aos exercícios de 1991 a 1995.
Assim, citaremos a legislação vigente naquele período, salientando que atualmente é a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - no Distrito Federal, sendo o Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, o Regulamento vigente do referido imposto. O Decreto nº 16.102, de 30 de novembro de 1994, vigorou até 31/12/97.
A consulente apresenta indagação sobre a "base de cálculo das saídas de mercadorias vendidas nos bares, restaurantes e similares do Distrito Federal". Tecnicamente, a quase totalidade das operações promovidas por tais estabelecimentos são denominadas de fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias, incluídos os serviços prestados, que é uma das hipóteses de incidência do ICMS, de acordo com o art. 2º, § 1º, inciso III, da Lei nº 7, de 29 de dezembro de 1988, que vigorou no período em questão. É interessante destacar que nesse caso não há saída de mercadorias, mas seu fornecimento, isto é, seu consumo no próprio estabelecimento, o que implica também em uma prestação de serviço simultânea.
Obviamente, não está afastada a hipótese da efetiva saída de mercadorias dos mencionados estabelecimentos, quando estas forem simplesmente vendidas sem prestação concomitante de serviços, para serem consumidas em outro local ou eventualmente comercializadas. Porém, como a operação predominante é o fornecimento de refeições e bebidas, sobre tal hipótese de incidência é que nos deteremos em nossa análise.
II - DO FATO GERADOR E BASE DE CÁLCULO
Ocorrido o fato gerador do ICMS em relação à hipótese do fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias (art. 3º, inciso VI, da Lei nº 7/88), a **base de cálculo do imposto é o valor total da operação, compreendendo o fornecimento da mercadoria e a prestação do serviço**, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso V, da Lei nº 7/88.
Entretanto, a própria Lei nº 7/88, que definiu a mencionada base de cálculo, determinou a aplicação de alíquotas distintas para as diversas mercadorias normalmente fornecidas por bares, restaurantes e similares. Assim, não há uma base de cálculo sobre a qual será aplicada uma única alíquota. Há que se separar os valores dos diversos fornecimentos e sobre cada um deles aplicar a respectiva alíquota para se obter o valor do ICMS devido.
III - DO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO
Em relação ao fornecimento de alimentação, a partir de 28 de maio de 1993, houve uma redução da base de cálculo limitada a refeição, por força do art. 1º, inciso V, do Decreto nº 14.745, de 27 de maio de 1.993, que alterou a redação do Decreto nº 11.668, de 20 de julho de 1.989, nos seguintes termos:
"V - ficam acrescentados ao art. 3º (do Decreto nº 11.668/89) os incisos XXXVIII, XXXIX e XL, com a seguinte redação:
'Art. 3º - Fica reduzida a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - para:
XXXVIII - 70% (setenta por cento) no fornecimento de refeição promovido por bares, restaurantes e estabelecimentos similares, assim como na saída promovida por empresa preparadora de refeições coletivas, exceto, em qualquer das hipóteses, o fornecimento ou a saída de bebidas'."

A citada redução de base de cálculo foi mantida, nos mesmos termos, no Decreto nº 15.470, de 28 de fevereiro de 1994, e no Decreto nº 16.102/94 (Anexo I - Caderno II - Item 34).
Os créditos fiscais relativos às mercadorias cuja saída ou fornecimento foi beneficiado com a referida redução de base de cálculo deveria ser estornado proporcionalmente ao percentual reduzido.
É importante destacar que o fornecimento ou a saída de bebidas não foi beneficiado pela redução de sua base de cálculo. Outro aspecto relevante refere-se ao fato de que a redução não foi concedida para o fornecimento de alimentação, mas, tão somente para refeição, que é uma espécie do gênero alimentação.

IV - DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E PERCENTUAIS DE LUCRO

As operações realizadas com algumas das mercadorias comumente fornecidas pelos citados estabelecimentos, especialmente bebidas, estão sujeitas ao regime de substituição tributária. Nesse regime, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS devido ao Distrito Federal, nas operações subseqüentes até seu consumo ou uso final, é atribuída ao estabelecimento industrial, importador ou outro definido pela legislação.
A partir de 15/10/81 até 30/12/92 a substituição tributária vigorou no Distrito Federal restrita às operações internas promovidas por estabelecimentos industriais e representantes, no comércio de cerveja, chope e refrigerante (Decreto nº 6.282, de 2/10/81, que alterou os arts. 374 a 376, 378, 381 e 382 do Decreto nº 3.992, de 13/12/77). Note-se que as operações com água mineral não estavam sujeitas ao referido regime. Nesse período, a entrada, o fornecimento ou saída das citadas mercadorias, adquiridas de estabelecimento industrial ou representante do Distrito Federal, não geravam créditos ou débitos relativos ao ICMS para o estabelecimento varejista.
Em relação aos percentuais de lucro a serem aplicados pelo substituto tributário, os arts. 16 e 18 da Lei nº 7/88 assim definem base de cálculo e os citados percentuais:
"Art. 16 - Quando o imposto for exigido por antecipação, a base de cálculo é o valor da mercadoria ou prestação, acrescido de percentual de margem de lucro, aplicando-se a regra do art. 18."
"Art. 18 - Na hipótese do inciso II do art. 26 (substituto tributário), a base de cálculo do imposto é o preço máximo, ou único, de venda do contribuinte substituído, fixado pelo fabricante ou pela autoridade competente, ou, na falta desse preço, o valor da operação praticado pelo substituto, incluídos os valores correspondentes a fretes e carretos, seguros, impostos e outros encargos transferíveis ao varejista, acrescido dos seguintes percentuais de lucro (redação anterior a da Lei nº 406/92):
I - cerveja e refrigerante em qualquer embalagem superior a 600 ml (40%);
II - "post-mix", "pré-mix" (100%);
III - chope (100%);
IV - cerveja e refrigerante acondicionados em qualquer embalagem até 600 ml (70%);
XXX - outras mercadorias não especificadas (25%)."
A partir de 1º de janeiro de 1993, por força da Lei nº 406, de 30 de dezembro de 1992, e da Portaria nº 711/SEFP, da mesma data, foi ampliada a abrangência da substituição tributária existente no âmbito interno também às operações interestaduais, incluída a água mineral ou potável no rol das mercadorias sujeitas ao regime, e estendida a responsabilidade pela retenção antecipada do imposto ao estabelecimento importador, arrematante da mercadoria importada e apreendida ou engarrafador de água, e excluída a do representante. Da mesma forma, a partir de 1º/01/93, os estabelecimentos varejistas não têm créditos ou débitos do ICMS em relação às operações com tais mercadorias.
A Lei nº 406/92 definiu uma nova hipótese de incidência do ICMS, ao acrescentar o inciso IV e o parágrafo 4º ao art. 2º da Lei nº 7/88, tendo alterado também a redação do art. 18 da mesma Lei, incluindo o novo inciso do art. 2º como hipótese do art. 18, a saber:
"Art. 2º - O ICMS incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
.....
§ 1º - o imposto incide também sobre:
.....
IV - o ingresso, no território do Distrito Federal, de mercadoria sujeita ao regime de pagamento antecipado do imposto, procedente de outra unidade federada.
.....
§ 4º - O disposto no inciso IV do parágrafo 1º não se aplica na hipótese de ter havido retenção antecipada do imposto na unidade Federada de origem, nos termos previstos em convênio ou protocolo."
A Portaria nº 711/SEFP/92 também estabeleceu novos percentuais de lucro para refrigerante, cerveja e chope, e acrescentou os da água mineral, vigentes a partir de 1º/01/93, e mantidos pelos Decretos nºs 15.470/94 e 16.102/94, que são os seguintes:
I - água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais:
a) em embalagem com capacidade igual ou superior a 5.000 ml - 100% (cem por cento);
b) em garrafas plásticas de 1.500 ml - 120% (cento e vinte por cento);
c) em copos plásticos ou embalagem plástica com capacidade de até 500 ml - 140% (cento e quarenta por cento);
d) em embalagem de vidro, não retornável, com capacidade de até 300 ml - 140% (cento e quarenta por cento);
e) em garrafa de vidro com capacidade de até 500 ml - 250% (duzentos e cinqüenta por cento);

II - cerveja, refrigerante e chope - 140% (cento e quarenta por cento);
III - casos não especificados, inclusive de água gaseificada ou aromatizada artificialmente - 140% (cento e quarenta por cento).
A Portaria nº 711/SEFP/92 estabeleceu ainda, para o breve período de transição de noventa dias a partir da data de sua vigência, os percentuais de lucro a serem aplicados nas operações promovidas pelos distribuidores, atacadistas ou revendedores, que após o referido período foram excluídos do rol dos substitutos tributários, a saber:
I - água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais:
a) em embalagem com capacidade igual ou superior a 5.000 ml - 70% (setenta por cento);
b) em garrafas plásticas de 1.500 ml - 70% (setenta por cento);
c) em copos plásticos ou embalagem plástica com capacidade de até 500 ml - 100% (cem por cento);
d) em embalagem de vidro, não retornável, com capacidade de até 300 ml - 100% (cem por cento);
e) em garrafa de vidro com capacidade de até 500 ml - 170% (cento e setenta por cento);
II - chope - 115% (cento e quinze por cento);
III - cerveja - 70% (setenta por cento);
IV - refrigerante em garrafa, com capacidade igual ou superior a 600 ml - 40% (quarenta por cento);
V - refrigerante "pré-mix" ou "post-mix" em copos plásticos ou embalagem plástica com capacidade de até 500 ml - 100% (cem por cento);
VI - casos não especificados, inclusive de água gaseificada ou aromatizada artificialmente - 70% (setenta por cento).

V - DAS ALÍQUOTAS

As alíquotas aplicáveis no período de 1991 a 1995 são as seguintes:
a) FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO
I - 17% (dezessete por cento) em todo o período, exceto em relação ao fornecimento de refeição e outras mercadorias conforme descrito a seguir:

b) FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO
I - até 11/07/93 - 17% (dezessete por cento) - Lei nº 7/88;
II - a partir de 12/07/93 a 10/11/96 - 12% (doze por cento) para o fornecimento de refeição, inclusive congelada, por bares, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como por empresas preparadoras de refeições coletivas - Lei nº 473, de 29 de dezembro de 1993;
III - a partir de 11/11/96 - 12% (doze por cento) para o fornecimento ou saída de refeição, inclusive congelada, sorvetes, picolés ou assemelhados por qualquer estabelecimento industrial ou comercial - Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996.
c) REFRIGERANTE, CERVEJA, CHOPE E ÁGUA MINERAL
I - cerveja e chope (bebidas alcóolicas): 25% em todo o período;
II - refrigerante e água mineral: 17% em todo o período.
Não se aplicam os benefícios previstos no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, tendo em vista a natureza não controvertida da matéria.
É o nosso entendimento, s.m.j.
Brasília, 16 de outubro de 1998.
CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Auditor Tributário
Matrícula nº 46.235-7
De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra.
Brasília, 16 de outubro de 1998.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consulta
Chefe
No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consulta desta Divisão.
Esclarecemos que a Consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a Consulente. Após, à Divisão da Receita do Setor de Indústria e Abastecimento, para conhecimento e devidas anotações.
Brasília, 16 de outubro de 1998.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

CONSULTA Nº: 83/98
PROCESSO Nº: 00040.014166/97
INTERESSADO: KS ENGENHARIA E INFORMÁTICA LTDA
RESUMO DA CONSULTA: ALÍQUOTAS DE ISS APLICÁVEIS À CONSTRUÇÃO CIVIL, ENGENHARIA CONSULTIVA, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, TREINAMENTO E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA.

Senhora chefe,
Trata este processo de consulta formulada pela empresa KS Engenharia e Informática Ltda. acerca das seguintes questões relativas ao Imposto sobre Serviços – ISS:
a) a prestação de serviços de treinamento na área de computação e informática estão enquadrados no item 39 do art. 1º do Decreto nº 16.128, de 6 de dezembro de 1994, e a alíquota aplicável é de 2% (dois por cento)?
b) a prestação de serviços de consultoria, projeto, engenharia, instalação de componentes, de divisórias, cabeamento para rede de dados, manutenção e operação eletro-mecânica, civil e elétrica e a impermeabilização de infiltração em edifícios estão enquadrados nos itens 31 e 33 do art. 1º do Decreto nº 16.128/94 ?
A Divisão da Receita de Brasília efetuou o devido preparo processual, de acordo com o disposto no art. 48 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e informou que a empresa não estava sob ação fiscal à época da formulação do pedido.
É o relatório.
Em relação ao primeiro questionamento da Consulente, informamos que treinamento na área de computação e informática incluí-se entre os serviços relacionados no item 39 da lista de serviços tributados pelo ISS do art. 1º do Decreto nº 16.128/94. Portanto, sua prestação a terceiros constitui-se em fato gerador daquele imposto e a alíquota aplicável é de 2% (dois por cento), nos termos do art. 27, inciso II, alínea "b", da mesma norma.
Para responder ao segundo questionamento da Consulente é preciso subdividir as ações que relacionou. A engenharia consultiva abrange, dentre outras atividades, o planejamento, estudos, projetos, assessoria, consultoria, controles, gerenciamento, supervisão técnica, inspeção, diligenciamento e fiscalização de empreendimentos relativos a todos os ramos da engenharia (civil, elétrica, eletrônica, mecânica, agronômica, industrial, etc.).
É a seguinte a redação dos itens 31 e 33 da lista de serviços do art. 1º do Decreto nº 16.128/94:
"Art. 1º O Imposto sobre Serviços - ISS, tem como fato gerador a prestação, a terceiros, de serviços relacionados na lista abaixo por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo (Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, alterado pela Lei nº 6.392, de 9 de dezembro de 1976, e pelo decreto-lei nº 2.393, de 21 de dezembro de 1987; Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987):
.....
31 - execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e ***respectiva engenharia consultiva****, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços);*
33 - reparação, conservação, e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços);"(grifamos)
O item 31 acima transcrito menciona a "respectiva engenharia consultiva", que é aquela relativa e concernente à obra civil ou hidráulica de que trata o referido item. Normalmente, esses serviços são realizados antes e como preparação para a realização dessas obras. Não é qualquer atividade de engenharia consultiva que pode ser enquadrada naquele item, mas, tão somente aquelas relacionadas ao planejamento e execução dessas espécies de obras de engenharia – civis e hidráulicas. As demais devem ser enquadradas nos seguintes itens da referida lista, conforme o caso:
"20 - assistência técnica;
21 - assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista, organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa;
22 - planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa;
23 - análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza;
25 - perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas;
27 - avaliação de bens;
29 - projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza;
30 - aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia;"
Nesse sentido, ao tempo em que os serviços de construção civil e a respectiva engenharia consultiva (item 31 da lista de serviços) estavam isentos do ISS, quando contratados com a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos, nos termos do art. 46, inciso I, do Decreto nº 3.522, de 25 de dezembro de 1976, o Superior Tribunal de Justiça prolatou decisão referente ao Recurso Especial nº 35.146-0 – RJ, que resultou na seguinte ementa:
"ISS – SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA – PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO REPELIDO.
Só estão isentos do ISS a execução de obras hidráulicas ou de construção civil e os seus respectivos serviços de engenharia consultiva relativas, concernentes e que dizem respeito à execução de obras hidráulicas ou de construção civil.
Os serviços de engenharia consultiva prestados pela recorrida à obra já construída por outras empresas não estão abrangidos pela isenção prevista no art. 11 do Decreto-lei nº 406/88.
Recurso provido."
O art. 33 do Decreto nº 16.128/94 define o que é considerado como construção civil e a respectiva engenharia consultiva para fins de tributação, que transcrevemos a seguir:
"Art. 33. Para os efeitos do item 31 da lista do art. 1º, construção civil compreende:
I - obras de terra, inclusive sondagens, escavações, fundações, terraplenagem, aterros e pavimentação;
II - obras de edificação, inclusive construção de pontes, viadutos, ancoradouros, logradouros públicos e outras obras de urbanismo;
III - obras hidráulicas relacionadas com o direcionamento, emprego e aproveitamento de líquidos;
IV - obras de instalações, de montagem e de estruturas em geral.
Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, compreende-se por:
I - serviços de engenharia consultiva:
a) elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade e outros relacionados com obras e serviços de engenharia;
b) elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia;
c) fiscalização e supervisão de obras e serviços de engenharia."
Os serviços de instalação de divisórias fazem parte do item 31 da referida lista, de acordo com o art. 33, inciso IV, do Decreto nº 16.128/94 . Entretanto, caso sejam vendidas e instaladas pela Consulente sujeitam-se ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nos termos do art. 2º, inciso IV, alínea "b", do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997; há, nessa hipótese, venda de mercadoria em cujo preço estão incluídos os serviços necessários à sua utilização pelo consumidor final.
Da mesma forma, a instalação de componentes (acreditamos que em máquinas e equipamentos), inclusive o cabeamento para rede de dados, estão incluídos no item 73 da citada lista: *"instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido".*
No caso do material ser fornecido pela Consulente incide o ICMS sobre o montante do valor cobrado.
A impermeabilização de infiltração em edifícios, reformas e reparação de obras civis estão enquadradas no item 33 da referida lista.

A manutenção de equipamentos eletro-mecânicos, elétricos e eletrônicos inclui-se dentre os serviços constantes dos itens 67 e 68 da referida lista do art. 1º do Decreto 16.128/94, exceto o fornecimento de peças e partes, que está sujeito ao ICMS. A operação desses equipamentos por empregados da Consulente ou sob sua responsabilidade constitui-se em fornecimento de mão-de-obra, relacionado no item 83 daquela lista.
À Consulente não se aplica o benefício do art. 44 do Decreto nº 16.106/94 por se tratar de matéria não controvertida.
É o nosso entendimento, s.m.j.
Brasília, 16 de outubro de 1998.
CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Auditor Tributário
Matrícula nº 46.235-7
De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra.
Brasília, 16 de outubro de 1998.
ENEIDA APARECIDA MONTEIRO VIEIRA
Serviço de Orientação e Consulta
Chefe
No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consulta desta Divisão.
Esclarecemos que a Consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a Consulente. Após, à Divisão da Receita de Brasília, para conhecimento e devidas anotações.
Brasília, 16 de outubro de 1998.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 222, DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 237/98, do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.010572/97, resolve:
I – Esclarecer que o Centro Educacional Genesis, localizado no Setor "D" Sul, Lote 3, Taguatinga, Distrito Federal, mantido pelo CESPRO – Centro de Estudos Profissionalizantes Ltda; autorizado a funcionar, por quatro anos, pela Portaria nº 81/95-SE, de 26.09.95, passa, por força da Resolução nº 01/98 – CEDF, à condição de instituição educacional credenciada, até 26/09/99, prazo de autorização anteriormente concedido.
II – Alertar o estabelecimento de ensino para o cumprimento das determinações da Lei nº 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no prazo oportuno, de acordo com as normas aprovadas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal devendo, inclusive, requerer o seu recredenciamento.
III – Informar que os documentos escolares expedidos pelas instituições educacionais credenciadas, respeitadas as normas legais sobre a matéria, possuem validade legal e conferem aos portadores os direitos que lhe são inerentes.
IV – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

PORTARIA Nº 223, DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 226/98, do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processos nºs 030.012826/94 e 030.007685/95 (anexado), resolve:
I – Credenciar, pelo prazo de cinco anos, o Centro de Ensino de 1º Grau Renascença, localizado na Av. W5 Norte, SGAN, Quadra 914, Conjunto B, Parte A, Brasília, Distrito Federal, mantido pela União Missionária Norte Brasileira dos Adventistas do Sétimo Dia Movimento de Reforma.
II – Autorizar o funcionamento da Educação Infantil: Creche (maternal) e Pré-Escolar (Jardim de Infância) e o Ensino Fundamental, com implantação gradativa.
III – Aprovar o Planejamento Didático para a Educação Infantil e a Proposta Curricular para o Ensino Fundamental, cuja grade curricular constitui anexo do Parecer do CEDF.
IV – Validar os atos escolares praticados pelo estabelecimento de ensino, com base no Regimento Escolar.
V – Alertar a instituição educacional, para o cumprimento, em tempo hábil, das determinações da Lei nº 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de acordo com as normas do Conselho de Educação do Distrito Federal.
VI – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

PORTARIA Nº 224, DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 238/98, do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.005820/97, resolve:
I – Autorizar o funcionamento do Ensino Médio – Educação Geral e da Habilitação Específica de 2º Grau para o Exercício de Magistério em Nível de 1º Grau, de 1ª a 4ª série, do Colégio Santa Dorotéia instituição educacional credenciada até o ano 2.003, localizado no SGAN Quadra 911, Conjunto B, Brasília, Distrito Federal, mantido pela Congregação de Santa Dorotéia do Brasil.
II – Aprovar a Proposta Curricular para o Ensino Médio e as grades curriculares que constituem anexos I e II do Parecer do Conselho de Educação do Distrito Federal.
III – Indeferir o pedido de autorização de funcionamento da Habilitação Específica de 2º Grau para o Exercício de Magistério em Nível de 1º Grau de 1ª a 4ª série, via complementação de estudos, visto que não está sendo ministrado e considerando a implantação do novo regime da Lei nº 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de acordo com as normas aprovadas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal.
IV – Validar os atos escolares praticados pelo estabelecimento de ensino, de acordo com o Regimento Escolar, com referência aos cursos ora aprovados.
V – Determinar que o estabelecimento de ensino apresente ao Departamento de Inspeção do Ensino, antes do início do ano letivo de 1999, a relação dos professores das disciplinas específicas do Curso de Magistério.
VI – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

PORTARIA Nº 225, DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 239/98, do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.009945/97, resolve:
I – Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Hemoterapia ministrado pelos Centro de Formação Profissional do Plano Piloto – Escola de 2º Grau e Centro de Formação Profissional de Taguatinga – Escola de 2º Grau, localizados, respectivamente no SEUP/Sul 703/903, Bloco "A", Brasília-DF e no Setor QNG, Área Especial 39, Taguatinga-DF, mantidos pelo SENAC/AR-DF.
II – Aprovar a Proposta Curricular do Curso Técnico em Hemoterapia, cuja grade curricular constitui anexo do Parecer do Conselho de Educação do Distrito Federal.
III – Validar os atos escolares praticados com base no Regimento Escolar.
IV – Indeferir o pedido de autorização do curso Técnico em Hematologia, visto que não está sendo ministrado e considerando a implantação do novo regime da Lei nº 9.394/96.
V – Determinar aos estabelecimentos de ensino que apresentem, oportunamente ao DIE/SE, a relação do corpo docente do Curso Técnico em Hemoterapia.
VI – Alertar as instituições sobre a necessidade de processarem, para os novos cursos, que irão iniciar em 1999, as adequações previstas nas normas baixadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal e por outros órgãos competentes.
VII - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

ATOS DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHOS DA CHEFE
Em 16 de outubro de 1998

PROCESSO : 030.000464/98
INTERESSADO : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA (INATIVOS)
Reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão da Nota de Empenho e o posterior pagamentona forma de programação de desembolso, no valor de 14.536,88 (Quatorze mil, quinhentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos), em favor de REGINA H DE ANDRADE e OUTROS, referente ao pagamento de exercícios findos, de exercício anteriores, de acordo com o Decreto 16.098/94, de 29.11.94, Artigo 80, Parágrafo único e 81, combinado com art. 38, inciso I e 39, incisos I,II e IV do mesmo diploma legal.
Publique-se e encaminhe-se a DAG/SE, para emisão da respectiva Nota de Empenho, a conta do Elemento 31.90-92 - DESPESAS DE EXERCÍOS ANTERIORES do orçamento desta Secretaria de Educação.

PROCESSO : 030.000463/98
INTERESSADO : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA (P. ESPECIAL)
Reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão da Nota de Empenho e o posterior pagamentona forma de programação de desembolso, no valor de 15.880,88 (Quinze mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos), em favor de VALESKA TAYLOR HENRIQUES P. DA S. e OUTROS, referente ao pagamento de exercícios findos, de exercício anteriores, de acordo com o Decreto 16.098/94, de 29.11.94, Artigo 80, Parágrafo único e 81, combinado com art. 38, inciso I e 39, incisos I,II e IV do mesmo diploma legal.
Publique-se e encaminhe-se a DAG/SE, para emisão da respectiva Nota de Empenho, a conta do Elemento 31.90-92 - DESPESAS DE EXERCÍOS ANTERIORES do orçamento desta Secretaria de Educação.

GILVA ALVES GUIMARÃES

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS

Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes: 00082024/0001-37
NIRC 53 3 0000171 5
Às dez horas do dia vinte e dois de setembro de mil novecentos e noventa e oito, na sede da Companhia de Água e Esgotos de Brasília-CAESB, situada no Setor Comercial Sul, Quadra 4, Bloco "A ", nºs. 67/97, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os acionistas da Empresa, previamente convocados, tendo o Presidente do Conselho de Administração, Marcos Helano Fernandes Montenegro declarado abertos os trabalhos, conforme disposto no Parágrafo Único do artigo 10 do Estatuto da Companhia. Em seguida, foram eleitos para Presidente e Secretário da mesa, respectivamente, os representantes dos acionistas DISTRITO FEDERAL, Drª.Beatriz Kicis Torrents de Sordi e Companhia Imobiliária de Brasília- TERRACAP, Dra. Alzira Turati Flexa. Verificadas as assinaturas no "Livro de Presença dos Acionistas", às fls. 46, constatou-se o comparecimento da totalidade dos acionistas com direito a voto: DISTRITO FEDERAL, subscritor de 3.930.155.951,90 ações, representado pela Procuradora-Geral-Adjunta Drª. Beatriz Kicis Torrents de Sordi; COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP, subscritora de 348.504.415,10 ações, representada pela sua bastante procuradora, Drª Alzira Turati Flexa; COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, subscritora de 2.841.024,70 ações, representada pela sua bastante procuradora Adriane Chedid Pereira; FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, subscritora de 366,60 ações, representada pelo seu bastante procurador Dr. Manoel Nóbrega de Araújo; FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL, subscritora de 366,60 ações, representada pelo seu bastante procurador Dr. Emmanuel Moraes Rego Araújo Franco; FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL-FZDF, subscritora de 366,60 ações, representada pelo seu bastante procurador Dr. Osvaldo da Silva; SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA-SAB, subscritora de 366,60 ações, representada pelo seu bastante procurador Dr. Rene Ferreira; INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL-IDHAB, subscritor de 52.371.899,90 ações, representado pelo seu bastante procurador Dr. Nazareno

Alves Sobrinho. Dando prosseguimento aos trabalhos, foi lido o Edital de Convocação, com o seguinte teor: "O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da Companhia de Água e Esgotos de Brasília-CAESB convida os Senhores Acionistas para participar das ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA que será realizada em sua sede, localizada no Edifício Sede da Empresa, 5º andar, Quadra 4, Bloco "A", nºs 67/97, Setor Comercial Sul, nesta Capital, às 10 horas do dia 22 de setembro de 1998, a fim de deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) - recomposição do Conselho de Administração da CAESB; b) - assuntos gerais de interesse da Empresa. Brasília, 14 de setembro de 1998 - MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO-Presidente". Constatada a regularidade das publicações, o representante do acionista majoritário colocou em votação os nomes dos Senhores MANOEL CARLOS PEREIRA DE MELLO JUSTO, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, natural de São Paulo-SP, residente e domiciliado à SCLN 402, Bloco B aptº 202, Carteira de Identidade nº 793.790-SSP/DF e CPF nº 344.239.401-59, IVANILDO BELARMINO DE SOUZA, brasileiro, casado, advogado, natural de Ceres - GO, residente e domiciliado a QS 07, Rua 218, casa 29 - Águas Claras, Taguatinga-DF, portador da Carteira de Identidade nº 631.912-SEP/DF e CPF nº 268.830.581-68, HELENA ZANELLA, brasileira, solteira, Arquiteta, natural de Porto Alegre-RS, residente e domiciliada à QE 02 Bloco E aptº 304 - Guará I, DF, Carteira de Identidade nº 101.476.796-4 - SSP/RS e CPF nº 344.183.691-04 e AGENOR ROCHA CAMPOS, brasileiro, natural de Presidente Jânio Quadros-BA, residente e domiciliado à CSB 4, Lote 4/8, aptº 202 - Taguatinga - DF, Carteira de Identidade nº 00628 CBM/DF, CPF nº 085.047.251-20, FRANCISCO DA CONCEIÇÃO MENNA BARRETO REIS, brasileiro, Sociólogo, natural de Santa Maria/RS, residente e domiciliado à SMPW, Quadra 06, Conjunto 05, casa 06, Brasília-DF, Carteira de Identidade nº 272.641-DPF/DF, CPF nº 001.459.551-68, para membros do Conselho de Administração da CAESB, JOSÉ MANOEL MORALES SÀNCHEZ, brasileiro, casado, Engenheiro, natural de Rio de Janeiro/RJ, residente e domiciliado à SQN 313, Bloco F aptº 213, Brasília-DF, Carteira de Identidade nº 412.631 - SSP/DF e CPF nº 183.825.411-00, RONALDO COUTINHO GARCIA, brasileiro, separado, natural de Belo Horizonte-MG, residente e domiciliado à SQN 307, Bloco H, aptº 302, Carteira de Identidade nº M 868.179-MG e CPF Nº 118.719.036-53, para membros do Conselho de Administração da CAESB, o primeiro na condição de titular, em substituição ao Senhor ANTONIO CARLOS PAULINO DE QUEIROZ e demais suplentes em substituição a PERY LUÍS DE MELLO NAZARETH, ACYLINO JOSÉ DOS SANTOS NETO, CARLOS ANTÔNIO ARAÚJO, ANTONIO CARLOS PAULINO DE QUEIROZ, LEONARDO MOREIRA PRUDENTE, MÁRCIO VIEIRA SILVA e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR. Em seguida proprôs o nome do Senhor MARCO ANTÔNIO BORZINO, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, natural de Petrópolis-RJ, residente e domiciliado a SQS 103, Bloco E, aptº 512, Carteira de Identidade nº 120.320.155 SSP/RJ e CPF nº 565.377.787-00, para membro suplente do Conselho Fiscal, em substituição ao Senhor MANOEL CARLOS PEREIRA DE MELLO JUSTO, devendo todos os eleitos nesta AGE complementar o mandato dos Conselheiros substituídos. A proposição como um todo foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo a palavra foi franqueada a todos os acionistas e, como não houve qualquer manifestação, a representante do Distrito Federal encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai por mim rubricada e assinada pela Presidente e demais acionistas.

Esta é a cópia fiel transcrita do Livro de Atas das Assembléias Gerais da CAESB.

BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI ALZIRA TURATI FLEXA ADRIANE CHEDID PEREIRA MANOEL NÓBREGA DE ARAÚJO EMMANUEL MORAES REGO ARAÚJO FRANCO OSVALDO DA SILVA NAZARENO ALVES SOBRINHO RENE FERREIRA

SECRETARIA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 42, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 31, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto n.° 15.061, de 24 de setembro de 1993 e com base nas disposições contidas no parágrafo 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e, ainda,

considerando os fatos constantes do processo de n.° 096.004.575/98; o disposto na alínea "F" da Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 023/96, celebrado entre o Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal e a firma EMBRACON S/A - Empresa Brasiliense de Construções, constantes das folhas 23 a 29; o despacho do Diretor Geral do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, constante da folha 58; o despacho desta Secretaria, constante da fl.69; e, também, a não apresentação de Defesa por parte da EMBRACON S/A, conforme facultado no item 2 do despacho da folha 69, resolve:

1 - Declarar a firma EMBRACON S/A - Empresa Brasiliense de Construções inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação pela autoridade aplicadora da penalidade.

2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE LUDUVICE

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 15 de outubro de 1998

Processo n.° : 030.001.168/98
Assunto : autorização para emissão de nota de empenho .
Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação com fulcro no "caput" do artigo 25 do referido diploma legal, para atender despesas com tarifas telefônicas , no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), em reforço ao empenho de n.° 00050 , em favor da Telebrasília - Telecomunicações de Brasília . Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral para publicação e demais providências.

HENRIQUE LUDUVICE

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 5 de outubro de 1998

Processo n.° : 030.007.984/98
Interessado : SECRETARIA DE TRANSPORTES
Assunto : autorização para emissão de nota de empenho - renovação do jornal Gazeta Mercantil.
Ratifico nos termos do Artigo 26, da Lei n.° 8.666, de 21 de junho de 1993 a inexigibilidade da licitação com fulcro no " caput" do Artigo 25 do referido diploma legal, referente a assinatura anual do jornal Gazeta Mercantil, relativo ao período de 10/98 a 10/99, no valor de 246,00 (duzentos e quarenta e seis reais), em favor da Gazeta Mercantil Participações. Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral para publicação e demais providências.

HENRIQUE LUDUVICE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 19 de outubro de 1998

Processo: 113.010388/98
Interessado: NREST/DER-DF
Assunto: Emissão de nota de empenho

Autorizo a realização da despesa com base no Artigo 25, Inciso II, combinado com o Art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Ratifico nos termos do Artigo 26 do mesmo diploma legal a inexigibilidade da licitação.

Determino de acordo com o Artigo 66, Inciso X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342 de 20 de dezembro de 1993, a emissão de nota de empenho valor de R$ 670,00 (seiscentos e setenta reais), a favor da Fundação Escola Politécnica - FEP.

MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 571, DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, e tendo em vista o que consta do Processo abaixo relacionado, resolve: APREENDER a CNH do condutor em questão em cumprimento a Determinação Judicial e suspendê-lo do direito de dirigir veículos automotores até a realização e aprovação de novos exames de Sanidade Física, Mental, Legislação de Trânsito e Prática de Direção, como determina o Artigo 160 da Lei 9.503/97 e Resoluções Nºs 734/89 do Contran.

PROCESSO Nº: 055.001391/97
PROCESSO/JUSTIÇA: 90159-2a.VDT
INTERESSADO: CRISTIANE ZANCANARO
PRONTUÁRIO: DF00061920618

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 573, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve: APREENDER com fulcro no artigo 22 Incisos I, II e Artigo 256 Incisos III e VII, da lei nº 9.503, de 23.09.97, a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor.

PROCESSO Nº : **055008239/98**
INTERESSADO : CARLOS PINTO DE OLIVEIRA
PRONTUÁRIO : 00.330.340-3/DF
INFRAÇÃO : Artigo 175 do CTB
PERÍODO : 01 (um) mês, a partir de 05/10/98.

LUIS RIOGI MIURA /

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 574, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve:

I - Designar para compor a Comissão Examinadora de Trânsito do DETRAN-DF, a partir de 01 de outubro do ano corrente, nas seguintes funções:

1.- COORDENADOR

a) Pelo período de 01(um) mês: José Antonio de Araújo.

b) Pelo período de 02(dois) meses: Antonio Dias da Silva Filho, Patrícia Barbosa de Campos e Adilson de Lima Bezerra.

2.- EXAMINADOR

a) Pelo período de 01(um) mês: Acassio Teixeira Machado, Adeilton Rocha de Souza, Adelino Delmiro de Sousa, Ademir Carvalho dos Santos, Adriano Gama da Silva, Agenor Eustáquio de Carvalho, Ailton Barbosa Cruz, Alexandre Magno de Barros Alves, Almi Ferreira de Souza, Almir Freires da Silva, Amado Pio A. Moreira, Amauri Vilarindo Lima, Amilson Ferreira de Souza, Ana Antonia dos Santos de Souza, Andréia A. Silva Soares, Antonio Brito de Medeiros, Antonio Carlos de Souza, Antonio Carlos Martins, Antonio Célio Alves Pereira, Antonio Jorge Vallejo, Antonio José Felipe Benício, Antonio Pereira Alves, Bernardo Amorim Costa, Carla Rosane Lima de Moraes, Carlos Alberto Vasconcelos de Araujo, Christianne Costa Gomes, Cleiber Teixeira Souto, Delite Martins da Fonseca Teles, Edilson Alves Espindola, Edite Antonia Calixto, Edson Alcantara Leite, Eni de Oliveira Silva, Ernesto Santana Prado Filho, Ezequiel Policarpo de Medeiros, Fábio Martino dos Santos, Francisca Maria Silva de A. Oliveira, Francisco Clever Moreira, Francisco de Paula Salgado, Genete Rosa, Geralda Maria da Silva Salgado, Geraldo André Barbosa, Gilson José dos Santos, Higino José Cardoso Neto, Inalgi dos Santos Medeiros, Ione Oliveira do Nascimento, Irineu Ferraz dos Santos, Isaac Falcão Chaves, Isael Caetano de Faria, Israel Barbosa Fritz, Italda Santos Botelho, Jacó Antonio Tomazi, Jamarks Gonçalves da Silva, Jaqueline Maria Gomes Costa, Jenilson Batista Medeiros, João Batista Martins da Silva, João Carlos Silva de Lima, Joaquim Correa Cortez, Jorge Luis Cunha de Sousa, José Carlos de Araújo, José Newton Eufrásio, José Peres Martins, Josimar Almeida de Sousa, Lécio Garcia Ortiz, Leila das Neves S. dos Santos, Leila Vieira Gomes, Lilian Regina de Barros, Lito Haga Silva Mendes, Lucy Dalva Pereira de Souza, Magda de Melo Brandão, Marco Antonio dos Santos, Margarida Maria Pinheiro de Sousa, Maria Cristina Ferreira de Sousa, Maria do Carmo Silva Ribeiro, Maria Janete Silveira Correa, Maria José Borges, Maria Rege Dias Sodré Rodrigues, Miguel Bento de Maria, Paulo de Tarso Silveira, Pedro Sousa Santos, Rachel Ribeiro Alves Barretos Raimundo Nonato Lago Filho, Regis Otávio Ramos de Lima, Renato César de Godoi Pinto,Luciano de Novais Fernandes, Rosangela Antunes de Oliveira, Rosemary Sousa dos Santos, Rosilene de Souza Fonseca Ribeiro; Rosimeire Paiva da Silva, Sancho Filho Cursino, Sebastião Caixeta Borges, Sebastião soares Correia, Ségio Melo Rodrigues, Sillas Cruz Oliveira, Tânia do Rego Barros Barbosa, Theo Pereira da Silva, Uelson Sousa Praseres, Vilson Patrício de Faria, Walter José dos Santos e Willian Raufran Guedes.

b) Pelo período de 02(dois) meses: Adilson dos Reis Vellasco, Altima Miranda Cabral Moreira, Adevaldo da Silva Machado, Adevaldo Mariano de Castro, Ana Paula Rieder Rocha, Anderson Viana de Carvalho, Antonio Cláudio Pimentel Mota, Antonio Ferreira Rosa, Antonio Marinho de Oliveira, Antonio Paulino Sobrinho, Ari Carlos Arruda, Ari Ribeiro dos Santos, Ariomar Moreira Lourenço, Aroldo José Beleza, Belquisse Pimentel, Carla Silva Barboza, Carlos Augusto de Araujo Souza, Charles de Melo Trovão, Daniel Marques da Silva, Darilene Rufina da Silva, Divino Célio Bispo Alves, Edson Alves de Souza, Edson José de Almeida, Efigênia Alves Rocha, Eliete Marquadt Bayer, Eliete Norões Menezes, Emília Carmelita O. Souza, Erley Antonio da Silva, Fernando César R. Nogueira, Francisco de Assis Castro, Franck Alves da Silva, Getúlio de Castro, Gláucia Gladys Francisco, Ildete Ferreira de Souza Tavares, Ivanilda Miranda Magalhães, Jayme Amorim de Sousa, João Batista Pereira de Sousa, João Severiano Filho, Joaquim alberto Peixoto Maia, Job Fernandes de Miranda Filho, Josa Nonato dos Santos, José Ferreira R. Júnior, José Herivelto Holanda Cavalcante, Josefa Pereira de Alencar, Júlio Machado Feitosa, Juvenal Rodrigues Inácio, Keila Abe Veloso, Laércio Marques Guimarães, Laurene Gomes de Souza, Lídia Soares de Pinho, Lisbeth F. de Souza Farias, Luiz Alberto Lopes, Luiz Carlos Xavier Santos, Marcelo Vinicius Granja, Marco Antonio Melo Monteiro, Maria Aldeide Nogueira Jales, Maria Cristina Jorba Arantes, Maria das Graças B. de Lima, Mário Fernando de Freitas, Nelson Luiz dos Santos Tomassini, Otávio Manoel de Jesus, Paulo Roberto Valinho Glória, Raimundo Pereira Ramos, Roberto Fulan, Rogério Santos Soares, Ronney José Barbosa Sampaio, Rosa Aparecida Ferreira, Sara Monteiro da Silva, Sildésia Maria Cândida, Sílvia da C. Gonçalves Costa, Ubirajara Alves Júnior, Valdir Mesquita, Willian Pinho dos Reis e Wilson Pereira de Souza.

3.- SECRETÁRIO

a) Pelo período de 01(um) mês: Ana Maria de Souza, Ivaneide de Sousa Campos, Jesenilda Rodrigues de Almeida, Maria Antonia Pinheiro Nogueira, Michel Almeida de Freitas, Rita de Cássia Gomes Ferreira, Sebastiana Pessoa de Sousa, Terezinha Alves da Silva.

b) Pelo período de 02(dois) meses: Alarico Mota Filho, Alcides Paiva Amador, Aldevandro Vaz dos Reis, Alzira Cruz de Souza. Andreia Alves da Costa, Divina Antoniete, Elizete Conceição Machado, Elizia Silvane de M. Pimenta, Eulália Alves de Lima, Francisco Ronaldo G. Bezerra, Geraldo Luiz Batista, Gezualdo Pinto de Souza, Gustavo Gonçalves Suppa ,Joverci Rodrigues dos Santos, Lúcia Helena Marcelino, Lourdes dos Santos Avelino, Luciano Oliveira de Moraes, Maria Auxiliadora G. Faria de Moura, Maria da Conceição Castro, Maria da Glória Rosa e Silva, Maria da Guia Pereira Reis, Maria Isaltina Oliveira Rocha, Maria Rosa da Silva Rodrigues, Oscimar Rodrigues dos Santos, Otávia Pais de Jesus, Patrícia Tertuliano da Costa Pinto, Raimundo Alves da Costa, Roberto Batrista Nunes, Rosilda Almeida Guimarães, Viviane P. Lopes de Souza e Zilma Pereira Sena.

II. - Designar para compor Comissão Examinadora de Trânsito para portadores de deficiênica física, nas funções de:

1. EXAMINADOR:

a) Pelo período de 01(um) mês: Carlos Rezende Pinto, Erandi da Cruz Silva, Fátima Emereciana Pires Coelho, Maria das Graças Melo Pinheiro , Anelino José Resende e Rosete Ramos de Carvalho.

III. - Exonerar da Comissão Examinadora de Trânsito do DETRAN-DF, a partir de 01 de outubro do ano corrente, da função:

1. COORDENADOR: José Newton Eufrásio.
2. SECRETÁRIO: Aldenora Ferreira da Costa, Itamara Ferreira de Almeida e Jozelice Barrozo da Costa.

LUÍS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 576, DE 16 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve: TORNAR SEM EFEITO a item relativo a apreensão da CNH do condutor ROBERTO PEREIRA LINS da Instrução de Serviço n ° 530/98, tendo em vista o cumprimento a penalidade imposta através da Instrução de Serviço 132/98, relativa ao mesmo acidente.

PROCESSO : 0550034450/97 anexo 055004648/97
INTERESSADO : ROBERTO PEREIRA LINS
PRONTUÁRIO : 00132380934

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 577, DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto 3535 de 29 de dezembro de 1976, RESOLVE: CREDENCIAR a título precário e temporário, a clínica abaixo especificadas, pelo período de com fulcro nos Artigos 1ª e 10ª da Instrução de Serviço n.º 748/96-DETRAN/DF, para realização de exames de sanidade física, mental e psicológico destinados à obtenção e/ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

Interessadas:
01 – CLINICA CLIPEX

LUIS RIOGI MIURA

DIVISÃO DE HABILITAÇÃO E CONTROLE DE CONDUTORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 570, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE HABILITAÇAO E CONTROLE DE CONDUTORES DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, item XI do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 3535 de 29 de dezembro de 1976, por delegação de competência expressa na Instrução de Serviço n.º 336, de 07.04.94 e tendo em vista o que consta do Processo abaixo especificado, resolve: APREENDER com fulcro no artigo 22, inciso I, II e Artigo 256 Inciso III e VII, da Lei 9.503 de 23.09.97, a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em conseqüência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor.

PROCESSO N.º 055006827/98
INTERESSADO : ANA CRISTINA SCARTEZINI LOPES
PRONTUÁRIO: 00.146.909-6/DF
PERÍODO: 04(quatro) meses, a partir de 10/08/98
INFRAÇÃO: artigo 306 CTB

JOÃO MARCOS RIBEIRO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 572, DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA DIVISÃO DE HABILITAÇÃO E CONTROLE DE CONDUTORES DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, item XI do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 3535 de 29 de dezembro de 1976, por delegação de competência expressa na Instrução de Serviço n.º 336, de 07.04.94 e tendo em vista o que consta do Processo abaixo especificado, resolve: APREENDER com fulcro no artigo 22, inciso I, II e Artigo 256 Inciso III e VII, da Lei 9.503 de 23.09.97, a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em conseqüência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor.

PROCESSO N.º 055006702/98
INTERESSADO : EVALDO JERONIMO BARBOSA
PRONTUÁRIO: 00060309880/DF
PERÍODO: 04(quatro) meses, a partir de 17/08/98
INFRAÇÃO: artigo 306 CTB

JOÃO MARCOS RIBEIRO

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 2.269ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e oito, às dezoito horas, no Plenário sito no Setor de Administração Municipal, SAM, Conjunto "A", Bloco "A", 1º andar do Edifício Sede da Secretaria de Segurança Pública do DF, reuniu-se o Conselho Penitenciário do Distrito Federal, sob a Presidência do Conselheiro Pedro Arruda da Silva. Presentes, os Senhores Conselheiros: Aquiles Rodrigues de Oliveira, Anita Mendonça, Airton Rocha Nóbrega e Eliana Péres Torelly de Carvalho. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros: Sílvia Rocha Tavares, Fernando Luiz Albuquerque Faria, Yara Velozo Teixeira, José Elaeres Marques Teixeira e os Membros Informantes do Centro de Internamento e Reeducação e do Núcleo de Custódia de Brasília, respectivamente, os Senhores Diretores, Francisco Antônio da Silva e Francisco da Silva Vieira. Aberta a Sessão, foi lida a Ata da Sessão anterior que, em votação, foi aprovada por unanimidade. COMUNICAÇÕES DIVERSAS: O Senhor Presidente comunicou a passagem da data natalícia do servidor Josenildo do Nascimento Nunes, desejando-lhe saúde, paz e felicidade, no que foi seguido pelos demais Conselheiros. DISTRIBUIÇÃO DE PROCEDIMENTOS E DE PROCESSO: Distribuídos, na forma regimental, aos Conselheiros: Aquiles Rodrigues de Oliveira os Procedimentos: nº 548/97 - Classe "A" - nº 107/97; de nº 328/98 - Classe "A" - nº 028/98 e o Processo VEC nº 24.435; Anita Mendonça os Procedimentos: nº 205/98 - Classe "B" - nº 140/98; de nº 283/98 - Classe "B" - nº 191/98 e o de nº 382/98 - Classe "B" - nº 246/98; Airton Rocha Nóbrega os Procedimentos: nº 222/98 - Classe "B" - nº 152/98; de nº 381/98 - Classe "B" - nº 245/98 e o de nº 393/98 - Classe "B" - nº 255/98. JULGAMENTOS: O Conselheiro Aquiles Rodrigues de Oliveira relatou os Procedimentos: nº 151/98 - Classe "B" - nº 103/98, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade e o de nº 392/98 - Classe "B" - nº 254/98, votando pelo não conhecimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade. A Conselheira Anita Mendonça relatou o Procedimento nº 391/98 - Classe "B" - nº 253/98, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade. O Conselheiro Airton Rocha Nóbrega relatou os Procedimentos: nº 681/97 - Classe "A" - nº 228/97, votando pelo não conhecimento do indulto natalino, tendo sido aprovado por unanimidade e o de nº 623/97 - Classe "A" - nº 177/97, opinando pelo indeferimento do indulto natalino, no que foi acompanhado pela Conselheira Eliana. O Conselheiro Aquiles divergiu, opinando pela redução de 1/4 da pena, tendo sido acompanhado pela Conselheira Anita. Havendo um empate, coube ao Senhor Presidente dar seu voto de qualidade, acompanhando o Conselheiro Relator. A Conselheira Eliana Péres Torelly de Carvalho relatou os Procedimentos: nº 305/98 - Classe "B" - nº 203/98, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade e o de nº 388/98 - Classe "B" - nº 252/98, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão às dezenove horas e, para constar, eu, Marígia Aparecida de Almeida Furlani, Secretária do Plenário, lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente.

Sala das Sessões, 1º de outubro de 1998
PEDRO ARRUDA DA SILVA
Presidente

ATA DA 2.270ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO

Aos seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e oito, às dezoito horas, no Plenário sito no Setor de Administração Municipal, SAM, Conjunto "A", Bloco "A", 1º andar do Edifício Sede da Secretaria de Segurança Pública do DF, reuniu-se o Conselho Penitenciário do Distrito Federal, sob a Presidência do Conselheiro Pedro Arruda da Silva. Presentes, os Senhores Conselheiros: Aquiles Rodrigues de Oliveira, Anita Mendonça, Sílvia Rocha Tavares, Fernando Luiz Albuquerque Faria, João Luiz Nogueira da Costa, José Elaeres Marques Teixeira e o Membro Informante do Centro de Internamento e Reeducação, o Senhor Diretor, Francisco Antônio da Silva. Ausentes, justificadamente, a Conselheira Yara Velozo Teixeira e o Membro Informante do Núcleo de Custódia de Brasília, o Senhor Diretor Francisco da Silva Vieira. Aberta a Sessão, foi lida a Ata da Sessão anterior que, em votação, foi aprovada por unanimidade. COMUNICAÇÕES DIVERSAS: O Senhor Presidente e demais Membros deste Colegiado demonstraram satisfação em rever os Conselheiros Fernando Luiz Albuquerque Faria e José Elaeres Marques Teixeira, desejando-lhes boas vindas a esta Casa. Prosseguindo, o Senhor Presidente registrou a presença, em Plenário, do Conselheiro Suplente Airton Rocha Nóbrega, ao mesmo tempo em que lhe agradeceu pelo trabalho desempenhado neste Colegiado durante o período em que substituiu o Conselheiro Fernando Luiz Albuquerque Faria, em razão de sua licença. Registrou, também, a presença da Doutora Tânia Maria Nava Marchewka, Promotora de Defesa da Saúde do MPDFT, ressaltando que a ilustre Promotora passou às mãos desta Presidência o Relatório sobre a situação em que vivem as pessoas portadoras de distúrbios mentais submetidas a medida de segurança de internação, bem como o Manual sobre Saúde, elaborado por Promotores de Justiça do MPDFT. O Senhor Presidente aproveitou a oportunidade para parabenizar a Doutora Tânia Maria Nava Marchewka pelo relevante trabalho que vem realizando, na tentativa de encontrar maneiras para melhor atender aos presos portadores de doenças mentais. O Senhor Presidente registrou, ainda, a presença do Estagiário de Direito do CEUB André Ferreira Costa, desejando-lhe boas vindas a esta Casa. Em seguida, agradeceu ao Conselheiro Aquiles Rodrigues de Oliveira, por ter o mesmo presidido, nesta data, uma cerimônia de livramento condicional de dois liberandos. Passada a palavra à Conselheira Anita Mendonça, esta comunicou que compareceu, no último dia cinco, à solenidade de entrega de certificados aos presos que concluíram o "Curso de Capacitação e Prevenção de DST/AIDS nos Presídios", realizada no NCB, salientando que após a solenidade teve oportunidade de conhecer as novas instalações do ambulatório daquela Casa Penal. Retomada a palavra pelo Senhor Presidente, este agradeceu a Conselheira Anita Mendonça, por ter representado este Conselho Penitenciário na referida solenidade. Passada a palavra ao Conselheiro Fernando Luiz Albuquerque Faria, este demonstrou sua alegria em retornar ao convívio desta Casa e agradeceu as palavras de carinho. Em seguida, comunicou que realizou, no mês de setembro do corrente ano, inspeção na 10ª Delegacia de Polícia, salientando que à época da visita, aquela DP abrigava dezesseis detentos, distribuídos em duas celas. Comentou que a Pastoral Carcerária tem dado apoio à 10ª DP, tendo inclusive conseguido um médico que atende aos presos uma vez por mês, bem como doações de medicamentos, além de consultas médicas e exames rotineiros. Acrescentou que alunos da FOPLAC prestam assistência odontológica. Comentou, ainda, que a Pastoral Carcerária tem estimulado as atividades laborativas naquela DP e que a receita arrecadada com a venda dos trabalhos é revertida para a aquisição de materiais higiênicos para os próprios presos. Destacou a atuação do Chefe da SV da 10ª DP, pelo relevante trabalho que vem sendo realizado. Informou que há falta absoluta de assistência judiciária. Por fim, informou que apresentará relatório detalhado sobre a inspeção, a ser encaminhado ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Retomada a palavra pelo Senhor Presidente, este agradeceu ao Conselheiro Fernando Luiz Albuquerque Faria pelas informações prestadas. Passada a palavra ao Conselheiro José Elaeres Marques Teixeira, este demonstrou sua alegria em retornar aos trabalhos deste Conselho Penitenciário e ao convívio com os Membros deste Colegiado. Passada a palavra ao Conselheiro Airton Rocha Nóbrega, este agradeceu as palavras de carinho e colocou-se à disposição deste Órgão. Passada a palavra ao Diretor do CIR, este comentou que a Ala de Tratamento Psiquiátrico é um dos grandes problemas que afligem o Sistema Penitenciário, mas acredita que o trabalho que vem sendo realizado pela Promotoria de Defesa da Saúde, em conjunto com demais Órgãos, certamente trará soluções. DISTRIBUIÇÃO DE PROCEDIMENTOS E DE PROCESSOS: Distribuídos, na forma regimental, aos Conselheiros: Aquiles Rodrigues de Oliveira o Procedimento nº 410/98 - Classe "B" - nº 264/98 e o Processo VEC nº 29.211; Anita Mendonça o Procedimento nº 394/98 - Classe "B" - nº 256/98; Fernando Luiz Albuquerque Faria o Processo VEC nº 10.827; João Luiz Nogueira da Costa os Procedimentos nº 531/97 – Classe "A" – nº 091/97; de nº 652/97 – Classe "A" – nº 201/97; de nº 267/98 – Classe "B" – nº 181/98; de nº 268/98 – Classe "B" – nº 182/98 e o Processo VEC nº 47.965; José Elaeres Marques Teixeira os Procedimentos: nº 661/97 – Classe "A" – nº 210/97; de nº 136/98 – Classe "B" – nº 090/98 e o Processo VEC nº 371-9; Sílvia Rocha Tavares o Processo VEC nº 23.293. REDISTRIBUIÇÃO: Redistribuídos, ao

Conselheiro Fernando Luiz Albuquerque Faria os Procedimentos: nº 584/97 – Classe "A" – nº 140/97; de nº 222/98 – Classe "B" – nº 152/98; de nº 322/98 – Classe "B" – nº 212/98 e o de nº 345/98 – Classe "B" – nº 227/98. JULGAMENTOS: O Conselheiro Airton Rocha Nóbrega relatou os Procedimentos: nº 313/98 - Classe "B" - nº 207/98, votando pelo não conhecimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade; de nº 335/98 - Classe "B" - nº 219/98, votando pelo não conhecimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade; de nº 368/98 – Classe "B" – nº 240/98, votando pelo não conhecimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade; de nº 381/98 – Classe "B" – nº 245/98, votando pelo não conhecimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade e o de nº 393/98 - Classe "B" - nº 255/98,votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade. O Conselheiro Aquiles Rodrigues de Oliveira relatou o Procedimento nº 548/97 - Classe "A" nº 107/97, votando pelo não conhecimento do indulto natalino, tendo sido aprovado por unanimidade e o Processo VEC nº 24.435, votando pelo não conhecimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade. A Conselheira Sílvia Rocha Tavares relatou os Procedimentos: nº 551/97 – Classe "A" – nº 109/97, votando pelo não conhecimento do indulto natalino, tendo sido aprovado por unanimidade e o de nº 331/98 – Classe "B" – nº 215/98, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade. O Conselheiro João Luiz Nogueira da Costa relatou os Procedimentos: nº 214/98 – Classe "B" – nº 146/98, votando pelo não conhecimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade; de nº 314/98 – Classe "B" nº 208/98, votando pelo não conhecimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade; de nº 383/98 – Classe "B" – nº 247/98, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade e o Processo VEC nº 59.371, votando pela redução de ¼ da pena, tendo sido aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão às dezenove horas e quarenta minutos e, para constar, eu, Marígia Aparecida de Almeida Furlani, Secretária do Plenário, lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 1998
PEDRO ARRUDA DA SILVA
Presidente

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 16 de outubro de 1998

REFERÊNCIA : Processo n.º150.000.524/94
INTERESSADO : JOSÉ ANTONIO DE ARAÚJO NETO
ASSUNTO : Inexigibilidade de Licitação

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Inexigibilidade de Licitação em favor do credor acima mencionado, conforme 98NE00020, para fazer face as despesas com o projeto "BRASÍLIA NO BAIÃO", no valor de R$ 5.989,77 (cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e setenta e sete centavos), referente a 1ª parcela.
A Inexigibilidade foi fundamentada de acordo com o Caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, de 21/06/93, tendo em vista as justificativas e documentos constantes dos processos acima citados.
Publique-se e devolva-se à Divisão de Administração Geral, para as devidas providências.

REFERÊNCIA : Processo n.º150.000.530/95
INTERESSADO : GEORGE DA COSTA CARDOSO
ASSUNTO : Inexigibilidade de Licitação

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Inexigibilidade de Licitação em favor do credor acima mencionado, conforme 98NE00023, para fazer face as despesas com o projeto "GEORGE DURAN", no valor de R$ 7.664,99 (sete mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos).
A Inexigibilidade foi fundamentada de acordo com o Caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, de 21/06/93, tendo em vista as justificativas e documentos constantes dos processos acima citados.
Publique-se e devolva-se à Divisão de Administração Geral, para as devidas providências.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 16 de outubro de 1998

PROCESSO: 081.002000/98
INTERESSADO: NÚCLEO DE ARTE E CULTURA
ASSUNTO: RATIFICA DISPENSA DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico, com fulcro no Caput do artigo 25 da Lei 8.666/83, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação a favor do NÚCLEO DE ARTE E CULTURA, especificado na Nota de Empenho Nº 00974/98, no valor de R$119.944,23 (CENTO E DEZENOVE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS), para fazer face a despesas com a realização da exposição "WISH TREES FOR BRAZIL"exibição de filmes e a presença da artista Yoko Ono.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao DAG/FCDF para os demais procedimentos administrativos.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

CONSELHO DO TRABALHO

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 15 OUTUBRO DE 1998.

O Conselho do Trabalho do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 892/95 e pela Lei Complementar nº 005/95, juntamente com os Decretos 16.961 e 16.962, de 22 de novembro de 1995, e tendo em vista as disposições do Convênio 008/96 - firmado entre o Ministério do Trabalho/Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional/Conselho Deliberativo para o Fundo de Amparo ao Trabalhador e Distrito Federal, por meio da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, delibera:

Art. 1º - Fica aprovado o Relatório Final do Projeto Especial de Avaliação Externa do Programa de Qualificação Profissional do Distrito Federal em 1997 - Projeto Saber - elaborado pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos/Finatec-vinculada à Universidade de Brasília/UnB, com as seguintes ressalvas:

a) a avaliação observou de forma vaga o prescrito pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional e contempla apenas parcialmente o estabelecido na Resolução nº 126/96 do Conselho Deliberativo para o Fundo de Amparo ao Trabalhador/Codefat;

b) o enfoque dado não permite uma avaliação dos pontos relevantes, como os aspectos relativos à gestão do programa, sua sintonia com a evolução do mercado, seu atendimento às clientelas pre-definidas, bem como o acompanhamento dos egressos no mercado de trabalho;

Art. 2º - Fica estabelecido que a avaliação de 1998 deverá ter como aspectos centrais:

a) a avaliação dos instrumentos de gestão do programa, a análise dos fluxos internos e do relacionamento entre a SETER e as instituições contratadas, considerando-se os aspectos legais envolvidos;

b) a cobertura das clientelas eleitas como prioritárias pelo Planfor;

c) o acompanhamento de egressos do programa no mercado de trabalho, tanto de 1997 como de 1998.

Art. 3º - Fica determinado que a avaliação externa poderá ser realizada por qualquer instituição capacitada para tal, acatando as recomendações da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional, devendo a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal analisar a possibilidade de reorientar o contrato já celebrado com a Finatec ou, em sua impossibilidade, identificar nova instituição para tal.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

IVAN GUIMARÃES - Bancada do Governo

FERNANDO PEDRO DE BRITES - Bancada dos Empregadores

CARLOS ALBERTO ALTINO - Bancada dos Trabalhadores

RESOLUÇÃO Nº 68, DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

Estabelece procedimentos relativos à reinserção do trabalhador requerente do Seguro-Desemprego no mercado de trabalho.

O Conselho do Trabalho do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 892/95 e pela Lei Complementar 005/95, alterada pela Lei 1.989/98, juntamente com os Decretos nº 16.961/95 e nº 16.962/95 resolve:

Art.1°. A recepção e pré-triagem do requerimento do Seguro-Desemprego serão executadas pelas unidades de atendimento da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, ocasião em que o trabalhador deverá ser cadastrado nas ações integradas de qualificação profissional e recolocação no mercado de trabalho, de que trata o Incico II, Art. 1°. da Lei no. 8.900, de 30 de junho de 1990.

Art.2°. O encaminhamento do requerente do Seguro-Desemprego a novo posto de trabalho, deverá observar a compatibilidade da ocupação oferecida com a anteriormente exercida pelo trabalhador.

Parágrafo Único A compatibilidade de que trata este artigo compreende:
I - grau de escolaridade, formação e qualificação do trabalhador; e
II - remuneração condizente com a anteriormente percebida, com o mercado de trabalho e a jornada de trabalho.

Art.3°. O encaminhamento do trabalhador ao mercado de trabalho poderá ocorrer no ato do requerimento ao benefício Seguro-Desemprego ou, ainda, por intermédio de convocação.
Parágrafo Único A recusa do trabalhador ao encaminhamento ou à oferta de emprego, observadas as disposições do artigo 2°. desta Resolução, acarretará o cancelamento do benefício, com a suspensão da(s) parcela(s) vincenda(s), e a suspensão do trabalhador do Seguro-Desemprego por um período de 02 (dois) anos, nos termos do Parágrafo Único, Art. 8°. da Lei no. 7.998/90.

Art. 4°. O trabalhador habilitado ao Seguro-Desemprego que tiver o benefício suspenso ou cancelado, por ocasião de sua convocação ou encaminhamento a novo posto de trabalho, poderá apresentar, por intermédio de recurso, justificativa devidamente comprovada, para sua recusa, que terá parecer conclusivo por parte das instâncias administrativas superiores da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda.
Parágrafo Único - A justificativa deverá ser apresentada pessoalmente pelo trabalhador, salvo nos casos de total impedimento, que deverá ser comprovado mediante a apresentação dos atestados pertinentes.

Art. 5°. O encaminhamento do trabalhador ao mercado de trabalho, no ato da efetivação do seu requerimento, não representará impedimento à concessão do benefício, nem afetará sua tramitação, salvo por comprovação de reemprego, observadas as disposições contidas nos $ 1°. e 2°., Art. 13, Resolução no. 64, de 28 de julho de 1994, deste Conselho.

Art. 6°. Está resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN GUIMARÃES - Representante do Governo
VALDO SOARES LEITE - Representante dos Trabalhadores
CLÁUDIO COSTA VARGAS - Representante dos Empregados

RESOLUÇÃO Nº 69, DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

O Conselho do Trabalho do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 892/95 e pela Lei Complementar 005/95, alterada pela Lei 1.989/98, juntamente com os Decretos nº 16.961/95 e nº 16.962/95 resolve:

Art. 1º Referendar a Resolução nº 67, aprovada "Ad. Referendum", em 16 de setembro de 1998, que aprovou as operações com recursos da carteira de crédito rural do FUNSOL, e que institui o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal - PROVE.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN GUIMARÃES - Bancada do Governo
EDMAR ADAYR STORTI - Bancada dos Empregadores
VALDO SOARES LEITE - Bancada dos Trabalhadores

COMITÊ DE CRÉDITO DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

DELIBERAÇÃO DE 2 DE OUTUBRO DE 1998

O Comitê de Crédito do Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda - FUNSOL-DF, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 7º da Lei Complementar nº 005, de 14/08/95, combinado com o Artigo 6º, do Decreto nº 16.962, de 22/11/95, resolve:
Dar conhecimento das operações discutidas e deliberadas na reunião de 02/10/98

NOME	Nº PROCESSO	LOCALIDADE	VALOR DO PLEITO (R$)	JULGADO
Sebastiana Maria Alves	170.BT-01243/98	Gama	600,00	Aprovado
Carmelindo dos Reis Monteiro	170.BT-01258/98	Rec. Das Emas	500,00	Aprovado
Cleri Nunes Nascimento	170.BT-01310/98	Ceilândia	4.807,00	Aprovado
Carlos Roberto Kich e Sousa	170.BT-01315/98	Brasília	3.000,00	Aprovado
Neusa Lelis Torres	170.BT-01330/98	Gama	2.000,00	Aprovado
Silvia Lucia Alves	170.BT-01331/98	Gama	800,00	Aprovado
Geneci Alves dos Santos	170.BT-01332/98	Gama	1.000,00	Aprovado
Maria Silvanete Dantas dos Santos	170.BT-01333/98	Gama	800,00	Aprovado
Leandro Carneiro de Aguiar	170.BT-01334/98	Gama	4.000,00	Aprovado
Marta Maria Gomes Alves de Almeida	170.BT-01336/98	Ceilândia	550,00	Aprovado
Maria José Lacerda	170.BT-01338/98	Gama	700,00	Aprovado
José Carlos Vital	170.BT-01340/98	Gama	2.500	Aprovado
Francisco Antônio Sales Carvalho	170.BT-01341/98	Gama	1.000,00	Aprovado
Ana Paula Muniz Pessoa	170.BT-01343/98	Guará	600,00	Aprovado
José Marques Soares	170.BT-01345/98	Samambaia	1.154,00	Aprovado
Raimunda Alves da Silva	170.BT-01347/98	Santa Maria	1.000,00	Aprovado
Iolanda do Carmo Gonçalves	170.BT-01351/98	São Sebastião	3.000 ,00	Aprovado
José Ailton Ribeiro de Araujo	170.BT-01352/98	São Sebastião	800,00	Aprovado
Maria Aparecida Alves Arruda	170.BT-01353/98	Santa Maria	3.500,00	Aprovado
Marieta Cortes Ferreira	170.BT-01354/98	Santa Maria	9.930,00	Aprovado
Margarida Maria de Melo Amaral	170.BT-01355/98	Samambaia	500,00	Aprovado
Gilberto Leite da Silva	170.BT-01357/98	Ceilândia	1.000,00	Aprovado
josé Euripedes Rosa da Silva	170.BT-01359/98	Rec. Das Emas	1.500,00	Aprovado
Raimunda Ribeiro da Costa	170.BT-01360/98	Taguatinga	307,05	Aprovado
José Osmar de Andrade	170.BT-01361/98	Taguatinga	3.041,00	Aprovado
Benedito da Costa Veloso	170.BT-01363/98	Gama	1.200,00	Aprovado
Hilda Matias da Silva	170.BT-01364/98	Rec. das Emas	700,00	Aprovado
Maria Eni Sousa	170.BT-01365/98	Sobradinho	500,00	Aprovado
Enidina Miguel Mendes	170.BT-01367/98	Ceilândia	250,00	Aprovado
Maria do Socorro Soares Viana	170.BT-01368/98	Rec. das Emas	500,00	Aprovado
Marta Rosa Fernandes de Sampaio	170.BT-01369/98	Ceilândia	3.500,00	Aprovado
Eunice Ferreira da Silva	170.BT-01370/98	Taguatinga	3.831,00	Aprovado
Licinia Maria Lila Fialho	170.BT-01371/98	Taguatinga	5.000,00	Aprovado
Alair José Bueno Braga	170.BT-01374/98	Taguatinga	1.970,00	Aprovado
Manoel Sebastião Gomes	170.BT-01375/98	Taguatinga	500,00	Aprovado
Maria Irinelda Silva Pinheiro	170.BT-01376/98	Taguatinga	1.200,00	Aprovado
Edson Figueiredo Freire	170.BT-01377/98	Taguatinga	600,00	Aprovado
Fabiano Viano Carpaneda	170.BT-01378/98	Taguatinga	1.575,00	Sobrestado
Kleber de Holanda Solano	170.BT-01379/98	Brasília	1.580,00	Aprovado
Rita de Cassia Pimentel Serejo	170.Bd-01381/98	Cruzeiro	1.181,00	Aprovado
Francisco Joelson do Nascimento	170.BT-01382/98	Riacho Fundo	2.944,00	Aprovado
Sebastião Rodrigues Abreu	170.BT-01383/98	Taguatinga	440,00	Aprovado
Nizete Passos dos Santos	170.BT-01385/98	Samambaia	2.113,00	Aprovado
Maria Elza da Silva	170.BT-01386/98	Guará	1.300,00	Aprovado

MARIA APARECIDA BARBOSA VIANA, Representante da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda; NELSON ALVES LOUZEIRO JÚNIOR, Representante do BRB-Banco de Brasília S/A e GIL MAURO ALVES MAGALHÃES Representante da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº : 190.000.052/98
INTERESSADO : CENTRO DE TECNOLOGIA DE SOFTWARE DE BRASÍLIA - TECSOFT BRASILIA
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
Em cumprimento ao disposto no caput do artigo 25, combinado com o artigo 26 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade de licitação a favor da firma TECSOFT BRASILIA , para atender despesas com taxa de contribuição de associado relativo ao terceiro quadrimestre de 98, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, Nota de Empenho nº 98NE00391, no valor de R$ 959,96 (novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos).

Em 9 de outubro de 1998

PROCESSO N.º : 194.000.082/98
INTERESSADOS: LUIZ GUILHERME DE SIQUEIRA
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
DESPACHO:
Em cumprimento ao disposto no "Caput" do Artigo 25, combinado com o Artigo 26 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado acima, no valor de R$ 668,03 (seiscentos e sessenta e oito reais e três centavos), relativo a concessão de quatro diárias e meia para o Rio de Janeiro/RJ para participar do seminário internacional de combate ao desperdício de energia elétrica "EFFICIENTIA/98", no período de 18 a 22/10/98.
Publique-se e encaminhe-se ao SOF/DAG/ICT, para providências complementares.

Em 10 de setembro de 1998

PROCESSO N.º : 194.000.093/98
INTERESSADOS: LUIZ ALFREDO ARAÚJO DE SOUZA
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
DESPACHO:
Em cumprimento ao disposto no "Caput" do Artigo 25, combinado com o Artigo 26 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado acima, no valor de R$ 668,03 (seiscentos e sessenta e oito reais e três centavos), relativo a concessão de quatro diárias e meia para o Rio de Janeiro/RJ para participar do seminário internacional de combate ao desperdício de energia elétrica "EFFICIENTIA/98", no período de 18 a 22/10/98.
Publique-se e encaminhe-se ao SOF/DAG/ICT, para providências complementares.

PROCESSO N.º : 194.000.081/98
INTERESSADO: CONSELHO MUNDIAL DE ENERGIA
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Em cumprimento ao disposto no "Caput" do Artigo 25, combinado com o Artigo 26 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade de licitação, em favor do credor acima, no valor de R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), relativo a despesa com taxa de inscrição do servidor Luiz Alfredo Araújo de Souza no seminário "EFFICIENTIA/98", a ser realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 18 a 22 de outubro/98.
Publique-se e encaminhe-se ao SOF/DAG/ICT, para providências complementares.

ANTÔNIO RAMAIANA DE BARROS RIBEIRO

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DA DIRETORA-PRESIDENTE
Em 20 de outubro de 1998

PROCESSO : 193.000.237/98
INTERESSADO : Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica - ABMS
ASSUNTO : Apoio financeiro ao Evento
De conformidade com o que dispõe o artigo 26 da Lei 8.666/93 e as peças que instruem o Processo acima mencionado, ratifico o ato de inexigibilidade de Licitação, emitido com fundamento no "Caput" do artigo 25, da mesma Lei.

LAURA MARIA GOULART DUARTE –

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 19 de outubro de 1998

PROCESSO N.º: 030.008.264/98
INTERESSADO: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida por Exercícios Anteriores

De acordo
Reconheço a dívida por despesas de exercícios anteriores, com base nos termos dos artigos 80 e 81 do Decreto n.º 16.098, de 29.11.94, no valor de R$ 8.621,23 (Oito mil, seiscentos e vinte e um reais e vinte e três centavos), a favor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e em decorrência, autorizo o respectivo pagamento da despesa através da dotação orçamentária 3190.92 – Despesas com Exercícios Anteriores, na forma proposta pelo DEAGE/IPDF.
Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral para as devidas providências.

BENNY SCHVASBERG

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 20 de outubro de 1998

Processo nº 4625/98
RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação com fulcro no *caput* do artigo 25 do mesmo diploma legal, no valor de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), em favor da empresa GAZETA MERCANTIL, referente à aquisição da obra Panorama Setorial - Setor de Saneamento Básico - Volume II (As Empresas do Setor).
Encaminhe-se à Diretoria-Geral de Administração para publicação e demais providências.

JOSÉ MILTON FERREIRA

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 19.691, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Cria o Grupo Especial de Previdência do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, incisos X e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, decreta:

Art. 1º Fica criado, junto à Secretaria de Administração, o Grupo Especial de Previdência do Distrito Federal, com o objetivo de desenvolver estudos, propor medidas e acompanhar o Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência - PARSEP. visando à criação de um fundo de previdência para os servidores da Administração Pública do Distrito Federal.

Art. 2º O Grupo Especial de Previdência do Distrito Federal de que trata este Decreto será integrado pelos seguintes membros:

I - MARIÉDEN MARTINS TOSTA, matrícula nº 90.711-1, na qualidade de Coordenador, MÁRCIA DA SILVA SOARES FONSECA, matrícula nº 40.585-X e LINDALVA NETA RIBEIRO SAMPAIO, matrícula nº 49.615-4, representantes da Secretaria de Administração;

II - LÉO DOS SANTOS CARDOSO FILHO, matrícula nº 44.392-1, representante da Secretaria de Fazenda e Planejamento;

III - JUVÊNCIO CAVALCANTE BRAGA. matrícula nº 1983-6, representante do Banco de Brasília S/A - BRB.

Parágrafo Único. As atividades de secretaria executiva do Grupo Especial serão exercidas pela Secretaria de Administração.

Art. 3º O Grupo Especial instituído através do presente Decreto poderá requisitar o apoio de todo e qualquer órgão e entidade integrante da Administração Pública do Distrito Federal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de Outubro de 1998.
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETO Nº 19.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

Delega competência que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário de Turismo, Lazer e Juventude para, em nome do Distrito Federal, celebrar convênio com a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA DE HOTÉIS - DF, objetivando a confecção do GUIA DE HOTÉIS DE BRASÍLIA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETOS DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

NOMEAR **AHMAD YOUNES EL HAFI**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo da Assessoria Técnica;

EXONERAR **MARRER YOUNES EL HAFI**, matrícula nº 49.512-3, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo da Assessoria Técnica,

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

EXONERAR, a pedido, **ANTONIA MÉRCIA GOMES LOBO**, matrícula nº 39.060-7, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-08, de Assistente da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas, a partir de 15 de outubro de 1998;

NOMEAR **KÊNIA PEREIRA DE SOUZA,** Técnico de Administração Pública, matrícula nº 42.804-3, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-08, de Assistente da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas;

EXONERAR **KÊNIA PEREIRA DE SOUZA,** Técnico de Administração Pública, matrícula nº 42.804-3, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo da Assessoria de Comunicação Social,

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

NOMEAR **ITAMAR FARIAS**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Licenciamento de Obras da Divisão Regional de Licenciamento;

EXONERAR **ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO**, matrícula nº 31.329-7, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Elaboração de Projeto e Desenho Técnico da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos;

NOMEAR **OLAVO JOSÉ DA SILVA**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Elaboração de Projeto e Desenho Técnico da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos;

EXONERAR **ANDREIA DE FATIMA VITOR DIAS**, matrícula nº 92.425-3, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo da Divisão Regional de Obras;

NOMEAR **JOÃO NETO FELIX MUNIZ**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo da Divisão Regional de Obras;

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

Exonerar, a pedido, MÁRCIA MARIA LOPES, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), Matrícula Nº 119.158-6, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Pessoal da Divisão de Administração Geral da Direção Regional de Saúde de Santa Maria, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear FRANKLIN BARROS PEREIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Pessoal da Divisão de Administração Geral da Direção Regional de Saúde de Santa Maria, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, a pedido, FUMIO SEKO, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão IV (Enfermeira), Matrícula Nº 125.565-7, do Cargo em Comissão de Encarregada do Centro Cirúrgico da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 13/10/98.

Exonerar, a pedido, **DALVA LÚCIA SOARES DE FRANÇA,** matrícula nº 100.409-3, do Cargo em Comissão de Assistente, da Gerência de Biologia Médica, Símbolo DFA-05, do Quadro de Cargos em Comissão do Instituto de Saúde do Distrito Federal, a partir do dia 05/10/98.

Nomear **CECÍLIA MARIA SOARES CUNHA** para exercer o Cargo em Comissão de Assistente, da Gerência de Biologia Médica, Símbolo DFA-05, do Quadro de Cargos em Comissão do Instituto de Saúde do Distrito Federal.

Exonerar, por motivo de aposentadoria, MARIA TEREZINHA FRUTUOSO SCHUINA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), Matrícula Nº 107.883-6, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Protocolo e Documentação Administrativa da Divisão de Documentação e Informação do Hospital Regional da Ceilândia, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 17/09/98.

Nomear APARECIDA GOMES DA SILVA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), Matrícula Nº 115.320-0, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Protocolo e Documentação Administrativa da Divisão de Documentação e Informação do Hospital Regional da Ceilândia, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Tornar sem efeito, o Decreto publicado no Diário Oficial do Distrito Federal Nº 164, página 7, de 28 de agosto de 1998, que nomeou RAIMUNDA CLÁUDIA CARVALHO ADELINO, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Tesouraria da Divisão de Recursos Econômico-Financeiros e Materiais do Hospital Regional da Ceilândia, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, por não ter tomado posse em tempo hábil.

Exonerar, por estar sendo nomeada para outro cargo, ANA MÁRCIA CARDOSO PAES, Assistente Superior de Saúde, 3ª Classe, Padrão VI (Odontólogo), Matrícula Nº 132.643-1, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Pesquisa Operacional da Divisão de Pesquisa do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear ANA MÁRCIA CARDOSO PAES, Assistente Superior de Saúde, 3ª Classe, Padrão VI (Odontólogo), Matrícula Nº 132.643-1, para exercer o Cargo em Comissão de Diretora da Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde, Símbolo DFG-10, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, a pedido, DANIELA DE OLIVEIRA DRUMOND, matrícula nº 8711-4, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Coordenador III, Centro de Desenvolvimento Social do Paranoá, da Diretoria de Operações, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Exonerar, FRANSCISCO DE ASSIS FERNANDES, matrícula nº 6769-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Coordenador III, do Centro de Treinamento e Educação de Menores - COTEME, da Diretoria de Operações, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Exonerar, MARIA BEATRIZ SILVA CARVALHO, matrícula nº 6880-7, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, Chefe do Serviço de Internação Provisória do Centro de Atendimento Juvenil Especializado, da Diretoria de Operações, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Nomear, MARIA BEATRIZ SILVA CARVALHO, matrícula nº 6880-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Coordenador III, do Centro de Treinamento e Educação de Menores - COTEME, da Diretoria de Operações, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;

Tornar sem efeito o Decreto de 15.09.98, publicado no DODF nº 176 de 16.09.98, pág. 25, que nomeou **ELVIRA MENDONÇA MAROJA**, para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo DFA-08, da Diretoria de Educação e Lazer, da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, por não ter tomado posse em tempo hábil.

Nomear **ELVIRA MENDONÇA MAROJA**, para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo DFA-08, da Diretoria de Educação e Lazer, da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 31.08.98, publicado no DODF nº 166 de 01.09.98, no que tange a nomeação de JEISA ARAÚJO TENÓRIO, para exercer o cargo em comissão, Símbolo DFG-03, de Encarregada do Serviço Médico, da Diretoria Administrativa e Financeira, da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, por não ter tomado posse em tempo hábil.

Nomear JEISA ARAÚJO TENÓRIO, para exercer o cargo em comissão, Símbolo DFG-03, de Encarregada do Serviço Médico, da Diretoria Administrativa e Financeira, da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

EXONERAR, JONATAS COELHO DE LIMA, Auxiliar de Apoio às Atividades Jurídicas, matrícula nº 34.375-7, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Biblioteca Jurídica, do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

NOMEAR, ALESSANDRA AGUIAR CASTRO CORREIA, Bibliotecária, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Biblioteca Jurídica, do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

EXONERAR, MARIA DO ROSÁRIO DAMASCENO ANDRADE, Auxiliar de Apoio às Atividades Jurídicas, matrícula nº 36.673-0, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Encarregada do Terminal de Teleprocessamento, da Biblioteca Jurídica, do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

NOMEAR, JONATAS COELHO DE LIMA, Auxiliar de Apoio às Atividades Jurídicas, matrícula nº 34.375-7, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Encarregado do Terminal de Teleprocessamento, da Biblioteca Jurídica, do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso II da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
DESIGNAR ELMICE MARIA CATTA PRETA CARNEIRO para exercer a função de Membro Efetivo do Conselho de Educação do Distrito Federal.

DESIGNAR MARCOS SÍLVIO PINHEIRO para exercer a função de Membro Efetivo do Conselho de Educação do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, SUELI REGINA DA SILVA, matrícula nº 91.154-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-02, de Assistente.
EXONERAR ERIDALVA AMORIM RIBEIRO, matrícula nº 43.188-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente.
NOMEAR SUELI REGINA DA SILVA, matrícula nº 91.154-2, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente.
NOMEAR MARIA MARGARIDA DA CONCEIÇÃO MOTA, matrícula nº 30.541-3, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-02 de Assistente.
DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

- NOMEAR OSMAR RIBEIRO DE ÁVILA, matrícula nº 23.024-3, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe 03.
- EXONERAR ZORAIDE TEIXEIRA DE LIMA, matrícula nº 49.173-X, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau 115 do Recanto das Emas, a contar de 10.09.98.
- EXONERAR, a pedido, ENIS KARINE FERREIRA, matrícula nº 24.528-3, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau 115 do Recanto das Emas, a contar de 14.09.98.
- NOMEAR JUSSARA MEDEIROS DE ARAUJO, matrícula nº 31.367-X, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau 115 do Recanto das Emas.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA.
DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL.

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

EXONERAR **MARIA MADALENA GALVÃO**, matrícula 49.342-2, do Cargo em Comissão de Chefe do Setor de Orçamento e Contabilidade, Símbolo DFG-09, da Gerência de Orçamento e Finanças, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal.

Designar **EDA SILVA SEABRA** , matrícula nº 40.856-5, Gerente, Símbolo DFG-12, da Gerência de Orçamento de Finanças, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, para responder cumulativamente, sem acumular vencimentos, pelo Cargo em Comissão de Chefe do Setor de Orçamento e Contabilidade, Símbolo DFG-09, da Gerência de Orçamento e Finanças, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal.

CRISTOVAM BUARQUE

DESPACHOS DO GOVERNADOR
Em 20 de outubro de 1998

PROCESSO N.º : 146.000.902/98. INTERESSADO: SARAH RAQUEL GUTERMAN. ASSUNTO: Afastamento do País.

1. Autorizo, nos termos do Decreto n.º 5.052, de 28 de dezembro de 1979, combinado com o artigo 52, da Lei n.º 8.672/93 e com o artigo 3º, da Lei n.º 1.882, de 28 de janeiro de 1998, o afastamento do País, com dispensa de ponto, da servidora Sarah Raquel Guterman, Analista de Orçamento, matrícula n.º 23.972-0, pertencente ao Quadro de Pessoal do Distrito Federal, no período de 14 a 25 de outubro de 1998, a fim de representar o Brasil no *"Campeonato Mundial de Equipes de Boliche"*, que se realizará em Amsterdan – Holanda, sem ônus para o Distrito Federal, à exceção do vencimento e demais vantagens fixas.
2. Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais.

PROCESSO N.º : 061.022.364/97. INTERESSADA: MARTHA HELENA PIMENTEL ZAPPALA BORGES. ASSUNTO: Afastamento do País.

1. Autorizo a prorrogação, nos termos do Decreto n.º "N" 542, de 17 de novembro de 1966, combinado com o artigo 95, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, da dispensa de ponto da Servidora Martha Helena Pimentel Zappala Borges, matrícula n.º 127.170-9, Assistente Superior de Saúde, Médica – Pediatra, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 03 de outubro a 31 de dezembro de 1998, a fim de concluir o *"Treinamento de Estudo no Hasbro Children´s Hospital"*, em Providence, Estado de Rhode Island/EUA, sem ônus para o Distrito Federal, à exceção do vencimento e demais vantagens fixas.
2. Publique-se e encaminhe-se à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para os fins pertinentes.

CRISTOVAM BUARQUE

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

O Administrador Regional da Candangolândia, no uso de suas atribuições legais resolve:
Designar o servidor MARCELO GALIMBERTI NUNES, matrícula n.º 41.023-3, Diretor da Divisão de Obras e Serviços Públicos, SEBASTIÃO ANTONIO SANTIAGO FILHO, matrícula n º 41.790-4, Auxiliar de Administração Pública, MARIA SOARES RIBEIRO matrícula nº 43.297-0 Técnico de Administração Pública, ELISABETE DOS SANTOS OLIVEIRA, matrícula n º 43.356-X, Técnico de Administração Pública e AMPHRISIO ROMEIRO, Presidente da Associação dos Feirantes da Candangolândia – ASFEC, para sob a presidência do primeiro, proceder com o processo seletivo para ocupação de 14 (quatorze) boxes na Feira Livre da Candangolândia , conforme Processo n º 147.000.500/98.

Designar a servidora ESTELA MARIA OTON DE LIMA SIQUEIRA matrícula n º 37.049-5, Chefe do Serviço de Aprovação de Projetos, como Executora e MARCELO GALIMBERTI NUNES matrícula 41.023-3, Diretor da Divisão Regional de Obras e Serviços Públicos, como Supervisor da Obra de Reforma da Quadra Poliesportiva localizada no E.C. 18 Candangolândia. Conforme Processo n º 147.000.461/98.

Tornar sem efeito a Ordem de Serviço de 15 de outubro de 1998, Publicada no DODF n º 198, de 19 de outubro de 1998, designando Executor conforme Processo n º 147.000.461/98

JOÃO ALMEIDA E SILVA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 8 DE OUTUBRO DE 1998

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 53, do regimento aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29.12.94, resolve:

DESIGNAR os servidores **LUÍS FELIPE LAURIA**, mat. 41.646-0 Diretor da DRFOP, **LUCIANA DE SOUSA CARVALHO** Mat. 90.981-5, Chefe do Serviço de Exame e aprovação de Projetos/DREAP para comporem comissão encarregada pelo recebimento das obras de construção de salão comunitário no Núcleo Rural Casa Grande, pavimentação asfáltica e construção de calçadas, objeto do processo nº 131.001.620/97 e 131.000.262/97, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

CÍCERO CÂNDIDO SOBRINHO

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 1.119, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º do Decreto nº 13.447, de 17 de setembro de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 043.001.046/98, resolve:

Conceder Indenização de Transporte ao servidor STEFANO BORGES PEDROSO, matrícula nº 92.381-8, ocupante do cargo de Técnico Tributário, para realização de trabalhos externos em objeto de interesse da Divisão onde se encontra lotado, observando-se o disposto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 13.447, de 17 de Setembro de 1991, conforme alteração introduzida pelo Decreto nº 16.955, de 22 de Novembro de 1995.

MARIO TINOCO DA SILVA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATO DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHO DA CHEFE
Em 16 de outubro de 1998

PROCESSO : 030.000669/98
INTERESSADO : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA (ATIVOS)
Reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão da Nota de Empenho e o posterior pagamentona forma de programação de desembolso, no valor de 67,84 (Sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), em favor de SUELY GOMES DE LIMA, referente ao pagamento de exercícios findos, de exercício anteriores, de acordo com o Decreto 16.098/94, de 29.11.94, Artigo 80, Parágrafo único e 81, combinado com art. 38, inciso I e 39, incisos I,II e IV do mesmo diploma legal.
Publique-se e encaminhe-se a DAG/SE, para emisão da respectiva Nota de Empenho, a conta do Elemento 31.90-92 - DESPESAS DE EXERCÍOS ANTERIORES do orçamento desta Secretaria de Educação.

GILVA ALVES GUIMARÃES

ASSINATURA SEMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti	Remessa via Correios
R$ 87,12	R$ 223,08

Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÕES DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto no parágrafo 1º, artigo 13 do Decreto 16.098/94 e o constante do Processo nº 082.011513/98, resolve:
Designar MAIBI GELBCK GUBERT, matrícula nº 62.821-2, como executor interno do Termo Aditivo ao Convênio nº 51/96-FEDF, firmado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a STAG Central de Estágios Ltda.

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a competência que foi delegada pelo Artigo 2º, Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, resolve:
01.Retificar a instrução de 02 de outubro de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 190, do dia 06 de outubro de 1998, que reviu a Pensão Temporária de GABRIEL HENRIQUE DE MORAES NASCIMENTO, filho da ex-servidora JOANA D'ARC DE MORAES, matrícula nº 23.328-5, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 06C, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para considerar a contar de 18 de setembro de 1998, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 082.020000/97.
02.Retificar a instrução de 25 de agosto de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 163, do dia 27 de agosto de 1998, que concedeu Pensão Vitalícia a ROQUE CARDOZO DA SILVA, viúvo, e Temporária a ARIANE ROCHA DOS SANTOS, LUCAS ROCHA CARDOZO DA SILVA e VINICIUS ROCHA CARDOZO DA SILVA, filhos da ex-servidora PEDRINA DE SOUSA ROCHA CARDOZO, matrícula nº 27.738-X, no cargo de Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, Classe única, Padrão III, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para excluir a ARIANE ROCHA DOS SANTOS, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 082.012731/98.

01.Conceder aposentadoria a ALDA DIRCE FERREIRA ROSA, matrícula nº 64.322-X, no cargo de Professor, Nível 03, Classe única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.009370/98.
02.Conceder aposentadoria a ANGELA ALBERTINA DE ARAUJO ORNELAS, matrícula nº 96.199-X, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998. Processo nº 082.007861/98.
03.Conceder aposentadoria a APOLONIO FELICIO DE SOUSA, matrícula nº 57.754-5, no cargo de Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, Classe única, Padrão XIX, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "d", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "d", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.010184/98.
04.Conceder aposentadoria a CAUBI LOPES DE MENEZES, matrícula nº 89.454-0, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998. Processo nº 082.011522/98.
05.Conceder aposentadoria a CELIRIA CHAGAS RIBEIRO, matrícula nº 72.825-X, no cargo de Professor, Classe única, Nível 02-GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, Padrão 25E, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, com as vantagens do Artigo 1º, da Lei nº 1.004, de 11 de janeiro de 1996. Processo nº 082.005512/98.
06.Conceder aposentadoria a EDUIR CARLOS LUCIANO SILVA, matrícula nº 99.792-7, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "a", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "a", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.011159/98.
07.Conceder aposentadoria a ELENA ALMEIDA DE MORAIS, matrícula nº 93.050-4, no cargo de Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, Classe única, Padrão XXIV, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.009080/98.

01.Conceder aposentadoria a RITA PIRES SOARES DOS SANTOS, matrícula nº 92.999-9, no cargo de Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, Classe única, Padrão XXIV, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.012622/98.
02.Conceder aposentadoria a SEBASTIANA GONÇALVES, matrícula nº 99.237-2, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.010049/98.
03.Conceder aposentadoria a SONIA APARECIDA CORREA, matrícula nº 72.342-8, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, com as vantagens do Artigo 3º, da Lei nº 8.911, de 12 de julho de 1994, revogada pelo Artigo 1 º, da Lei nº 1.004, de 11 de janeiro de 1996. Processo nº 082.011408/98.
04.Conceder aposentadoria a TELMA LUCIA CORREA DE ALMEIDA, matrícula nº 74.537-5, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.011222/98.
05.Conceder aposentadoria a TERESINHA MARIA DE JESUS, matrícula nº 94.945-0, no cargo de Professor, Classe única, Nível 02-GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, Padrão 25E, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.011658/98.
06.Conceder aposentadoria a VERA LUCIA FREITAS SANTOS, matrícula nº 95.618-X, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, com as vantagens do Artigo 1º, da Lei nº 1.004, de 11 de janeiro de 1996. Processo nº 082.008351/98.

01.Conceder aposentadoria a MARIA DAS DORES VIEIRA FERREIRA, matrícula nº 95.378-4, no cargo de Professor, Classe única, Nível 02-GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, Padrão 25E, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.010549/98.
02.Conceder aposentadoria a MARIA DAS GRAÇAS E SILVA, matrícula nº 94.630-3, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.011183/98.
03.Conceder aposentadoria a MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA, matrícula nº 73.894-8, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, com as vantagens do Artigo 3º, da Lei nº 8.911, de 12 de julho de 1994, revogada pelo Artigo 1º, da Lei nº 1.004, de 11 de janeiro de 1996. Processo nº 082.009244/98.
04.Conceder aposentadoria a MARIA DAS VITORIAS DE ANDRADE SOARES, matrícula nº 96.606-1, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, com as vantagens do Artigo 1º, da Lei nº 1.004, de 11 de janeiro de 1996. Processo nº 082.012146/98.
05.Conceder aposentadoria a MARIA DÁUREA DE MENEZES, matrícula nº 96.575-8, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.009883/98.
06.Conceder aposentadoria a MARIA DE FÁTIMA SILVA COSTA, matrícula nº 74.273-2, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.008176/98.

01.Conceder aposentadoria a MARIA ELISABETH MENDES RIBEIRO GONÇALVES, matrícula nº 74.406-9, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "a", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "a", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, com as vantagens do Artigo 3º, da Lei nº 8.911, de 12 de julho de 1994, revogado pelo Artigo 1º, da Lei nº 1.004, de 11 de janeiro de 1996. Processo nº 082.014794/97.
02.Conceder aposentadoria a MARIA JOSÉ FELIX DE ALMEIDA SOUZA, matrícula nº 76.472-8, no cargo de Professor, Classe única, Nível 02-GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, Padrão 25E, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.009057/98.
03.Conceder aposentadoria a MARILDA DE ALMEIDA BORGES, matrícula nº 95.039-4, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.014972/97.
04.Conceder aposentadoria a MARILUCIA NEVES GOULART SOUSA, matrícula nº 98.380-2, no cargo de Professor, Classe única, Nível 02-GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, Padrão 25E, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998. Processo nº 082.013697/98.
05.Conceder aposentadoria a MARY ROSE DE SOUZA MACHADO, matrícula nº 91.698-6, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.016909/97.
06.Conceder aposentadoria a MAURO COSTA GUIMARÃES, matrícula nº 94.258-8, no cargo de Professor,

Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.011089/98.

01.Aposentar FRANCISCA CAMILO DE LIMA, matrícula nº 23.870-8, no cargo de Professor, Classe única, Nível 01, Padrão 05D, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso I, § 1º, e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso I, e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.015300/98.
02.Aposentar LUIR FRANCISCO DE CAMPOS, matrícula nº 86.965-1, no cargo de Assistente de Educação/Serviços Especializados – Obras Civis, Classe especial, Padrão VI, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso I, § 1º, e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso I, e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.014177/98.
03.Aposentar SÔNIA MARIA DA SILVA, matrícula nº 92.625-6, no cargo de Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, Classe única, Padrão XXIV, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso I, *in fine*, e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso I, e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 082.013643/98.

01.Conceder aposentadoria a RENATO SOARES PÊGO, matrícula nº 68.813-4, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, padrão 21F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "a", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "a", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998. Processo nº 082.010387/98.
02.Conceder aposentadoria a VIRGINIA PINTO MESSIAS, matrícula nº 72.775-X, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "b", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.008181/98.
03.Conceder aposentadoria a YEDA LOPES DE BARROS ALMEIDA, matrícula nº 96.219-8, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "a", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "a", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.014083/98.
04.Conceder aposentadoria a MARIA APARECIDA TELES, matrícula nº 93.757-6, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "a", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "a", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.012950/98.

01.Conceder aposentadoria a ELIZABETE MONTEIRO LIMA DO NASCIMENTO, matrícula nº 72.311-8, no cargo de Professor, Classe única, Nível 02-GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, Padrão 25E, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998. Processo nº 082.009312/98.
02.Conceder aposentadoria a ELZI MOREIRA DE ARAÚJO, matrícula nº 74.242-2, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 24F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.010073/98.
03.Conceder aposentadoria a ERMELINDA DA MOTA RIBEIRO, matrícula nº 74.397-6, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, com as vantagens do Artigo 1º, da Lei nº 1.004, de 11 de janeiro de 1996. Processo nº 082.007827/98.
04.Conceder aposentadoria a EUNICE DE FÁTIMA FREITAS BARROS, matrícula nº 55.031-0, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "a", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "a", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo nº 082.009748/98.
05.Conceder aposentadoria a JOÃO FRANCISCO DAMASIO, matrícula nº 65.557-0, no cargo de Professor, Classe única, Nível 02, Padrão 14E, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998. Processo nº 082.010779/97.
06.Conceder aposentadoria a MARGARIDA MARIA CUNHA DE AGUIAR, matrícula nº 77.022-1, no cargo de Professor, Classe única, Nível 03, Padrão 24F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "c", e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com o § 3º, do Artigo 1º, da Lei nº 1864, de 19 de janeiro de 1998. Processo nº 082.012630/98.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e tendo em vista o disposto na Lei nº 1800/97, regulamentada pelo Decreto nº 19.291, de 30 de julho de 1998, alterado pelo Decreto nº 19.546, de 02 de setembro de 1998, resolve:
Retificar a Instrução publicado no DODF de 08 de setembro de 1998, para considerar:

Nome	Matrícula	Emprego	Padrão	Processo
Célia Nunes Barbosa Lourenço	84683-X	MG3	18	030.008227/95
Divina Santos Almeida	81488-1	MG3	18	030.003139/98
Helena Maria Costa Rocha	93244-2	MG2	14	030.005093/98
Jacy Camargo de Azevedo	97304-1	MG3	12	030.015423/98
João Coelho Lemos	78713-2	MG3	13	030.004815/98
Joel Bello Soares	83559-5	MG3	17	030.004730/98
Maria Cândida de Assis Cunha	95625-2	MG3	12	030.004711/98
Maria Célia Pinheiro de Alvarenga	74266-X	MG3	12	030.004876/98
Maria de Jesus Piedade Rodrigues	85889-7	MG3	16	030.004617/98
Maria de Lourdes Valladares Rodrigues	87679-8	MG3	25	030.004951/98
Maria Dolores da Costa Nunes	84996-0	MG3	16	030.005405/98
Maria Pugliesi Pinheiro	84082-3	MG3	18	030.005753/98
Maria Tereza Del Castilo	82646-4	MG3	25	030.004680/98
Maura Gomes de Carvalho	89436-2	MG3	19	030.004714/98

RETIFICAR a Instrução publicada no DODF de 08 de setembro de 1998, para excluir:

NOME	MATRÍCULA	PROCESSO
Rinaldo Alves de Souza	94.238-3	030.004.705/98
Marlene Lima de Oliveira	81.122-X	030.003.221/98

MARIA TAMEME SOARES
Respondendo

DESPACHOS DA DIRETORA

PROCESSO Nº: 082.009929/98; INTERESSADO: FRANCISCO JOSÉ ZAGARI FORTE; ASSUNTO: AFASTAMENTO PARA EXERCER CARGO COMISSÃO.
Autorizo, com fundamento no artigo 120 da Lei nº 8.112, de 11.12.90, o afastamento do servidor FRANCISCO JOSÉ ZAGARI FORTE, matrícula nº 25.794-X, de seu cargo efetivo de Professor MG3V, com remuneração nos termos da I.N. Nº 01/95-SEA e Pareceres nºs. 5.117/97-1ª SPR e 428/97-CJ/GAG, a partir de 01/07/98, enquanto permanecer no exercício do Cargo Comissionado.

PROCESSO Nº:082.009826/93; INTERESSADO:MARCELO LÚCIO OTTONI DE CASTRO; ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR.
Considerando a documentação apontada nos autos, registra-se que o servidor **MARCELO LÚCIO OTTONI DE CASTRO**, matrícula nº 41.943-5, inobservou normas legais e regulamentares, contidas na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, vindo portanto, configurar o abandono de cargo, razão pela qual aplico a pena disciplinar de **DEMISSÃO** ao supramencionado servidor, nos termos do artigo 132, inciso II do citado diploma legal.

MARIA TAMEME SOARES
Respondendo

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE PESSOAL

ORDENS DE SERVIÇO DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, aos servidores abaixo relacionados:

Nome:	Matrícula	Exercício:	Quinqüênio(s)
MARIA ISABEL B. PINHEIRO	20.025-5	DRE/PP-CRUZEIRO	1º 28.07.93 a 27.07.98
DENISE ALVES BEZERRA	20.154-5	DRE/PP-CRUZEIRO	1º 02.07.93 a 01.07.98
IZAUDA LUIZA DE MEDEIROS	20.194-4	DRE/PP-CRUZEIRO	1º 06.07.93 a 05.07.98
IVONE VENÂNCIO FERNADES	20.250-9	DRE/PP-CRUZEIRO	1º 09.07.93 a 08.07.98
VENUZIO BRITO DAMASCENO	20.285-1	DRE/PP-CRUZEIRO	1º 13.07.93 a 12.07.98
DAYSELUCIDE SILVA	24.604-2	DRE/CEILANDIA	1º 20.01.93 a 19.01.98
ROSA MARIA RAMPONI SERRÃO	30.567-7	PES. A DISP. DA SE	1º 23.03.81 a 22.03.86
AQUILES SANTOS CERQUEIRA	47.151-8	DEX/CPSD	1º 04.05.92 a 03.06.97
JOÃO DOS SANTOS OLIVEIRA	47.614-5	DEX/CPSD	1º 19.08.92 a 18.08.97
FRANCISCO BARBOSA	47.659-5	DRE/SAMAMBAIA	1º 26.08.92 a 25.08.97
GILMAR RODRIGUES FARIA	48.112-2	DRE/PLANALTINA	1º 25.02.93 a 24.02.98
MARIA ASSUNÇÃO CEZAR DOS SANTOS	48.907-7	DRE/PP-CRUZEIRO	1º 16.04.93 a 15.04.98
ROSIMEIRE MARIA DOS SANTOS	49.268-X	AFASTAM. P/ ESTUDO	1º 25.05.93 a 24.05.98
JUDITE SILVA VERSIANI	51.514-0	DRE/PP-CRUZEIRO	3º 19.02.92 a 18.02.97
WANDERLEI ANTONIO RICARDO	57.029-X	DRE/CEILANDIA	3º 18.03.93 a 17.03.98
LÚCIA O. CAMPOS M. LIMA	72.777-6	DRE/TAGUATINGA	4º 24.04.93 a 23.04.98
MIRIAM BEATRIZ GODOY CRUZ	73.586-8	DRE/TAGUATINGA	4º 27.04.93 a 26.04.98
ALMERIDES P. DE SOUZA	73.925-1	DRE/TAGUATINGA	4º 21.04.93 a 20.04.98
MARILDA LOPES FERNADES VIANA	74.656-8	DRE/PP-CRUZEIRO	4º 17.02.93 a 16.02.98
VÂNIA MARIA DE ARAUJO	74.993-1	DRE/GUARA	2º 11.04.93 a 10.04.98
MARIA DAS DORES A. NASCIMENTO	76.419-1	DRE/GAMA	2º 04.08.93 a 03.08.98
MANOEL DOS SANTOS	89.616-0	DRE/PLANALTINA	5º 27.12.91 a 26.12.96
NAIMAM BARBOSA CHAGAS	92.133-5	DRE/CEILANDIA	5º 04.08.93 a 03.08.98
JANILDA SOUZA ALMEIDA	92.286-2	DRE/PP-CRUZEIRO	3º 01.08.93 a 31.07.98
FERNANDO NUNES DO AMARAL	92.341-9	DRE/GUARA	3º 13.08.93 a 12.08.98
DALVA MARIA DE OLIVEIRA	97.685-7	DRE/PP-CRUZEIRO	2º 13.05.93 a 12.05.98

Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DE CÔNJUGE à servidora MARIA LUCIMAR MATOS DE LUCENA, Professor, matrícula n.º 35.326-4 a partir de 19/10/98, nos termos do Art.84 da Lei 8.112/90, conforme processo nº 082.014886/98.

A DIRETORA DA DIVISAO DE PESSOAL DA FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuicoes que lhe sao conferidas pela instrucao n. 551, de 31.01.96, subitem 1.12, resolve:
1- Averbar o tempo de servico, prestado pelos funcionarios, abaixo relacionados, ao orgao a seguir mencionado referente aos processos formulados na vigencia da Lei n. 8.112/90 adotada no ambito do Distrito

Federal, a partir de 1 de janeiro de 1992, atraves da Lei n. 197 de 04 de dezembro de 1991.
Processo: 082017041/98; Ficha: 18562; Matricula: 69.650-1; Nome: ADOEL FRANCISCO DE ALMEIDA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 10/03/71 a 09/08/71; 28/10/71 a 17/11/71; 23/11/71 a 15/04/72; 18/04/72 a 27/04/72; 18/05/72 a 01/06/72; 08/06/72 a 05/09/72; Efeitos: 434 dias para aposentadoria.
Processo: 082017041/98; Ficha: 18563; Matricula: 69.650-1; Nome: ADOEL FRANCISCO DE ALMEIDA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 18/10/72 a 08/01/73; 17/01/73 a 09/03/73; 19/09/73 a 22/08/74; 03/09/74 a 26/07/75; 29/07/75 a 01/10/75; 18/11/75 a 20/05/76; Efeitos: 1.050 dias para aposentadoria.
Processo: 082017041/98; Ficha: 18564; Matricula: 69.650-1; Nome: ADOEL FRANCISCO DE ALMEIDA; Funcao: MARCENEIRO / CARPINTEIRO; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 21/05/76 a 28/08/76; 06/09/76 a 08/04/77; 13/04/77 a 05/07/77; 06/07/77 a 05/11/77; 08/11/77 a 26/01/78; 15/02/78 a 20/04/78; Efeitos: 667 dias para aposentadoria.
Processo: 082017041/98; Ficha: 18565; Matricula: 69.650-1; Nome: ADOEL FRANCISCO DE ALMEIDA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 13/07/78 a 11/08/78; 18/09/78 a 03/12/78; 01/07/79 a 05/09/79; 24/09/79 a 26/10/79; 22/09/80 a 31/01/81; 13/05/81 a 25/06/81; Efeitos: 383 dias para aposentadoria.
Processo: 082017041/98; Ficha: 18566; Matricula: 69.650-1; Nome: ADOEL FRANCISCO DE ALMEIDA; Funcao: MARCENEIRO / CARPINTEIRO; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 01/09/82 a 31/01/83; 01/03/83 a 08/04/83; 15/05/84 a 03/09/84; 10/12/84 a 29/07/85; 13/05/86 a 19/09/86; 16/11/86 a 31/08/87; Efeitos: 955 dias para aposentadoria.
Processo: 082017041/98; Ficha: 18567; Matricula: 69.650-1; Nome: ADOEL FRANCISCO DE ALMEIDA; Funcao: MARCENEIRO / CARPINTEIRO; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 19/11/87 a 05/01/88; 06/01/88 a 16/11/88; Efeitos: 364 dias para aposentadoria.
Processo: 082016977/98; Ficha: 18568; Matricula: 72.290-1; Nome: ALTAMIRO JOSE FELICIANO FILHO; Funcao: MILITAR EM GERAL; Certidao expedida: MINIST.DO EXERCITO; SAO PAULO-SP; Periodo: 15/02/66 a 11/11/66; Efeitos: 60 dias para aposentadoria.
Processo: 082016977/98; Ficha: 18569; Matricula: 72.290-1; Nome: ALTAMIRO JOSE FELICIANO FILHO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 26/12/68 a 21/08/69; Efeitos: 239 dias para aposentadoria.
Processo: 082016977/98; Ficha: 18570; Matricula: 72.290-1; Nome: ALTAMIRO JOSE FELICIANO FILHO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 01/03/78 a 10/04/78; Efeitos: 41 dias para aposentadoria.
Processo: 082016825/98; Ficha: 18571; Matricula: 53.953-8; Nome: ANA MARIA SARAH DE PAULA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 26/11/70 a 17/05/73; 27/01/75 a 24/08/76; 13/09/76 a 04/02/82; Efeitos: 3.451 dias para aposentadoria.
Processo: 082017026/98; Ficha: 18572; Matricula: 78.175-4; Nome: ANILDO MESSIAS COSTA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; SOBRADINHO-DF; Periodo: 10/05/71 a 30/08/71; Efeitos: 113 dias para aposentadoria.
Processo: 082017233/98; Ficha: 18573; Matricula: 37.176-9; Nome: ARI KENNEDY PEREIRA NUNES; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SECRETARIA DA EDUC.; SAO JOSE DO EGITO-PE; Periodo: 05/03/90 a 14/03/94; Efeitos: 1.471 dias para aposentadoria, 1.471 dias para padrao.
Processo: 082016799/98; Ficha: 18574; Matricula: 56.379-X; Nome: CLARICE REGINA S DOS S COSTA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; PLANO PILOTO-DF; Periodo: 06/04/77 a 05/07/78; 06/07/78 a 30/06/80; 01/07/80 a 14/09/82; 25/12/82 a 10/02/83; Efeitos: 2.036 dias para aposentadoria.
Processo: 082017156/98; Ficha: 18575; Matricula: 60.965-X; Nome: CORINA ALVES FERREIRA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; CEILANDIA-DF; Periodo: 01/10/74 a 31/10/75; 22/04/76 a 22/06/76; 13/09/76 a 27/12/76; 22/03/77 a 06/09/78; 01/09/79 a 31/05/80; Efeitos: 1.372 dias para aposentadoria.
Processo: 082017228/98; Ficha: 18576; Matricula: 56.793-0; Nome: DEVANIZIO A DOS SANTOS; Funcao: MILITAR EM GERAL; Certidao expedida: MINIST.DA GUERRA; PASSOS-MG; Periodo: 16/02/67 a 19/11/67; Efeitos: 63 dias para aposentadoria, 63 dias para adicionais Tempo de Servico.
Processo: 082017228/98; Ficha: 18577; Matricula: 56.793-0; Nome: DEVANIZIO A DOS SANTOS; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 01/05/69 a 27/03/74; 04/11/74 a 03/12/74; 05/04/75 a 03/05/75; 23/07/75 a 19/01/76; 04/03/76 a 07/05/81; 01/06/81 a 30/04/82; Efeitos: 4.257 dias para aposentadoria.
Processo: 082016959/98; Ficha: 18578; Matricula: 52.303-8; Nome: DIVA MARIA SOARES VIANA; Funcao: TELEFONISTA; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 16/07/74 a 22/08/75; Efeitos: 403 dias para aposentadoria.
Processo: 082016959/98; Ficha: 18579; Matricula: 52.303-8; Nome: DIVA MARIA SOARES VIANA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.DE EDUCACAO; BELEM-PA/ .- ; Periodo: 29/06/76 a 30/03/80; Efeitos: 1.371 dias para aposentadoria, 1.371 dias para adicionais Tempo de Servico, 1.371 dias para padrao.
Processo: 082016959/98; Ficha: 18580; Matricula: 52.303-8; Nome: DIVA MARIA SOARES VIANA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 31/03/80 a 10/04/80; Efeitos: 11 dias para aposentadoria.
Processo: 082011256/98; Ficha: 18581; Matricula: 29.747-X; Nome: DORA JACINA PEIXOTO BODENS; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: PREFEITURA MUNICIPAL; CAMPOS GOITACAZES-RJ; Periodo: 10/04/72 a 30/04/80; 01/04/82 a 31/12/82; Efeitos: 3.217 dias para aposentadoria, 3.217 dias para padrao.
Processo: 082017328/98; Ficha: 18582; Matricula: 61.651-6; Nome: DULCE HELENA CAMPOS RODRIGUES; Funcao: BALCONISTA; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 18/04/73 a 31/01/74; 14/03/74 a 22/12/77; Efeitos: 1.669 dias para aposentadoria.

Processo: 082016926/98; Ficha: 18583; Matricula: 65.397-7; Nome: EBER GERALDO RIBEIRO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; PLANO PILOTO-DF; Periodo: 01/07/72 a 19/01/76; 16/05/78 a 30/03/79; 01/06/79 a 05/05/80; Efeitos: 1.957 dias para aposentadoria.
Processo: 082016926/98; Ficha: 18584; Matricula: 65.397-7; Nome: EBER GERALDO RIBEIRO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; PLANO PILOTO-DF; Periodo: 17/02/86 a 30/07/87; 31/07/87 a 16/08/87; Efeitos: 546 dias para aposentadoria.
Processo: 082014021/98; Ficha: 18585; Matricula: 27.270-1; Nome: ELEN DE ALMEIDA ALVES; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS\FEDF; GAMA-DF; Periodo: 11/04/94 a 29/05/94; Efeitos: 49 dias para aposentadoria.
Processo: 082017345/98; Ficha: 18586; Matricula: 72.299-5; Nome: FATIMA APARECIDA DOS REIS; Funcao: BALCONISTA; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 01/12/73 a 07/10/75; Efeitos: 676 dias para aposentadoria.
Processo: 082016698/98; Ficha: 18587; Matricula: 36.881-4; Nome: FLAVIA MENSITIERI DE CASTRO BU; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 14/02/74 a 20/03/74; 02/02/76 a 10/05/76; 02/02/81 a 12/09/83; 01/02/84 a 22/12/89; 01/02/90 a 14/02/91; 15/02/91 a 22/03/92; Efeitos: 4.020 dias para aposentadoria.
Processo: 082016698/98; Ficha: 18588; Matricula: 36.881-4; Nome: FLAVIA MENSITIERI DE CASTRO BU; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 01/07/76 a 15/07/76; Efeitos: 15 dias para aposentadoria.
Processo: 082016976/98; Ficha: 18589; Matricula: 62.789-5; Nome: FRANCISCO DE ASSIS ROCHA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 04/02/76 a 15/07/79; 01/11/79 a 10/03/80; Efeitos: 1.389 dias para aposentadoria.
Processo: 082016951/98; Ficha: 18590; Matricula: 96.753-X; Nome: FUMIO MITSUKA; Funcao: MILITAR EM GERAL; Certidao expedida: MINISTERIO DA SAUDE; SAO PAULO-SP; Periodo: 15/02/67 a 15/11/67; Efeitos: 60 dias para aposentadoria.
Processo: 082016951/98; Ficha: 18591; Matricula: 96.753-X; Nome: FUMIO MITSUKA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.DE EDUCACAO; MARILIA-SP; Periodo: 21/05/75 a 18/06/75; Efeitos: 29 dias para aposentadoria, 29 dias para adicionais Tempo de Servico, 29 dias para padrao.
Processo: 082017119/98; Ficha: 18592; Matricula: 78.980-1; Nome: GERALDO DE SOUZA VIANA; Funcao: AG. ADMINIST / ESCRITURARIO; Certidao expedida: MINIST.DA MARINHA; BRASILIA-DF; Periodo: 02/01/67 a 09/09/79; Efeitos: 4.634 dias para aposentadoria, 4.634 dias para adicionais Tempo de Servico.
Processo: 082016974/98; Ficha: 18593; Matricula: 36.517-3; Nome: HAMILTON ANDRADE SERON; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; GAMA-DF; Periodo: 18/05/89 a 28/12/90; 01/02/91 a 31/12/91; 16/01/98 a 21/01/98; Efeitos: 930 dias para aposentadoria.
Processo: 082016974/98; Ficha: 18594; Matricula: 36.517-3; Nome: HAMILTON ANDRADE SERON; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: PREFEITURA MUNICIPAL; RIO VERDE-GO; Periodo: 01/03/92 a 15/01/98; Efeitos: 2.147 dias para aposentadoria, 2.147 dias para padrao.
Processo: 082017134/98; Ficha: 18595; Matricula: 64.576-1; Nome: HELENA GUIMARAES OLIVEIRA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.DE ESTADO; BELO HORIZONTE-MG; Periodo: 01/02/84 a 29/11/84; 03/12/84 a 31/01/85; Efeitos: 363 dias para aposentadoria, 363 dias para adicionais Tempo de Servico, 363 dias para padrao.
Processo: 082017040/98; Ficha: 18596; Matricula: 44.535-5; Nome: HELENA MARIA TORRES AMARAL; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 01/02/70 a 01/02/76; Efeitos: 2.192 dias para aposentadoria.
Processo: 082017062/98; Ficha: 18597; Matricula: 74.250-3; Nome: JANDIRA MARIA DE C LANER; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 01/02/76 a 30/04/76; Efeitos: 90 dias para aposentadoria.
Processo: 082017332/98; Ficha: 18598; Matricula: 77.767-6; Nome: JOAO NERI LEITE; Funcao: ALUNO / APRENDIZ; Certidao expedida: CAB; PLANALTINA-DF; Periodo: 11/08/71 a 08/04/74; Efeitos: 972 dias para aposentadoria, 972 dias para adicionais Tempo de Servico.
Processo: 082016414/98; Ficha: 18599; Matricula: 64.513-3; Nome: JOSE ALMINO DA SILVA ROCHA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; PLANO PILOTO-DF; Periodo: 01/04/74 a 13/09/84; 17/09/84 a 08/02/87; Efeitos: 4.694 dias para aposentadoria.
Processo: 082016944/98; Ficha: 18600; Matricula: 48.128-9; Nome: JULIO CESAR D DE OLIVEIRA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 01/01/71 a 31/03/72; 01/02/73 a 01/04/75; 02/04/75 a 28/12/80; 01/05/81 a 25/02/93; Efeitos: 7.663 dias para aposentadoria.
Processo: 082015363/98; Ficha: 18601; Matricula: 33.554-1; Nome: LUIZA ALVES DE ARAUJO ROSA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: PREFEITURA MUNICIPAL; PORANGATU-GO; Periodo: 01/03/58 a 31/12/59; 22/08/78 a 29/02/84; Efeitos: 2.676 dias para aposentadoria, 2.676 dias para padrao.
Processo: 082015363/98; Ficha: 18602; Matricula: 33.554-1; Nome: LUIZA ALVES DE ARAUJO ROSA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: PREFEITURA MUNICIPAL; PORANGATU-GO; Periodo: 01/03/84 a 29/02/88; Efeitos: 1.461 dias para aposentadoria.
Processo: 082011665/97; Ficha: 18603; Matricula: 52.301-1; Nome: MARCOS LATALISA FRANCA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; PATOS DE MINAS-MG; Periodo: 18/01/68 a 30/08/68; Efeitos: 226 dias para aposentadoria.
Processo: 082017344/98; Ficha: 18604; Matricula: 35.178-4; Nome: MARIA ALVES DO NASCIMENTO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.DE EDUCACAO; GOIANIA-GO; Periodo: 10/03/93 a 13/09/93; Efeitos: 187 dias para aposentadoria, 187 dias para padrao.
Processo: 082016980/98; Ficha: 18605; Matricula: 67.939-9; Nome: MARIA DA GLORIA BISPO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 03/04/86 a 23/01/87; Efeitos: 296 dias para aposentadoria.
Processo: 082017227/98; Ficha: 18606; Matricula: 60.669-3; Nome: MARIA DOS REIS MACHADO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; GAMA-DF; Periodo: 01/05/83 a 07/05/85; Efeitos: 738 dias para aposentadoria.
Processo: 082017321/98; Ficha: 18607; Matricula: 64.308-4; Nome: MARIA GLAUCIA DE CARVALHO MENE; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 11/12/78 a 13/07/86; Efeitos: 2.772 dias para aposentadoria.
Processo: 082016156/98; Ficha: 18608; Matricula: 64.316-5; Nome: MARIA GOMES DA CONCEICAO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC. DA EDUCACAO; TABOAO DA SERRA-SP; Periodo: 04/07/82 a 31/08/82; Efeitos: 59 dias para aposentadoria, 59 dias para adicionais Tempo de Servico, 59 dias para padrao.

Processo: 082017159/98; Ficha: 18609; Matricula: 56.232-7; Nome: MARIA JOSE MEIRA DA SILVA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; LAGOA NOVA\NATAL-RN; Periodo: 01/01/67 a 31/12/68; 01/01/77 a 31/12/78; Efeitos: 1.461 dias para aposentadoria.
Processo: 082017159/98; Ficha: 18610; Matricula: 56.232-7; Nome: MARIA JOSE MEIRA DA SILVA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 01/08/75 a 10/12/76; Efeitos: 498 dias para aposentadoria.
Processo: 082017159/98; Ficha: 18611; Matricula: 56.232-7; Nome: MARIA JOSE MEIRA DA SILVA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 16/02/81 a 06/02/83; Efeitos: 721 dias para aposentadoria.
Processo: 082017330/98; Ficha: 18612; Matricula: 36.241-7; Nome: MARIA JOSELITA DA SILVA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.DE ADMINISTRACAO; JOAO PESSOA-PB; Periodo: 20/04/88 a 19/05/95; Efeitos: 2.586 dias para aposentadoria, 2.586 dias para padrao.
Processo: 082016765/98; Ficha: 18613; Matricula: 20.810-8; Nome: MARIA LUCELIA CARDOSO FURTADO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: PREFEITURA; VIANA-MA; Periodo: 16/03/77 a 30/03/78; Efeitos: 380 dias para aposentadoria, 380 dias para padrao.
Processo: 082007350/98; Ficha: 18614; Matricula: 45.047-2; Nome: MARIA SOCORRO C ARAUJO; Funcao: TELEFONISTA; Certidao expedida: TELEBRASILIA; BRASILIA-DF; Periodo: 18/11/76 a 06/12/77; Efeitos: 380 dias para aposentadoria.
Processo: 082016764/98; Ficha: 18615; Matricula: 72.631-1; Nome: MAURO ASSIS; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 02/05/72 a 30/11/73; Efeitos: 578 dias para aposentadoria.
Processo: 082016876/98; Ficha: 18616; Matricula: 98.696-8; Nome: NELSON CAMILO DE SOUSA; Funcao: SERVENTE / ATENDENTE; Certidao expedida: MINIST.DA SAUDE; BRASILIA-DF; Periodo: 01/10/61 a 01/10/63; Efeitos: 731 dias para aposentadoria, 731 dias para adicionais Tempo de Servico.
Processo: 082017237/98; Ficha: 18617; Matricula: 75.820-5; Nome: NIERLANDIA NUNES DA C ARAUJO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: PREFEITURA MUNICIPAL; SERRA DOURADO-BA; Periodo: 08/03/75 a 27/12/77; Efeitos: 1.026 dias para aposentadoria, 1.026 dias para adicionais Tempo de Servico, 1.026 dias para padrao.
Processo: 082017044/98; Ficha: 18618; Matricula: 60.486-0; Nome: NOBUKO TABA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: DELEGACIA DE ENSINO; ARARAQUARA-SP; Periodo: 03/01/74 a 29/09/74; Efeitos: 270 dias para aposentadoria, 270 dias para adicionais Tempo de Servico.
Processo: 082016803/98; Ficha: 18619; Matricula: 54.303-9; Nome: OVANDIR MORCELI; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; PLANO PILOTO-DF; Periodo: 01/11/73 a 29/10/74; Efeitos: 363 dias para aposentadoria.
Processo: 082016803/98; Ficha: 18620; Matricula: 54.303-9; Nome: OVANDIR MORCELI; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: IBAMA; BRASILIA-DF; Periodo: 30/10/74 a 26/12/75; Efeitos: 423 dias para aposentadoria.

Processo: 082014529/98; Ficha: 18621; Matricula: 94.130-1; Nome: PAULO ROBERTO DIAS DE OLIVEIRA; Funcao: ALUNO / APRENDIZ; Certidao expedida: ESC.TECNICA FEDERAL; NATAL-RN; Periodo: 17/02/62 a 26/12/62; 16/02/63 a 20/12/63; 16/02/64 a 22/12/64; 22/02/65 a 20/12/65; Efeitos: 1.100 dias para aposentadoria, 1.100 dias para adicionais Tempo de Servico.
Processo: 082017429/98; Ficha: 18622; Matricula: 95.911-1; Nome: SAULO CARDOSO SILVA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 23/02/68 a 23/02/70; 27/07/70 a 13/08/70; 08/09/70 a 17/02/72; 01/03/72 a 21/08/72; Efeitos: 1.452 dias para aposentadoria.
Processo: 082007916/97; Ficha: 18623; Matricula: 25.097-X; Nome: SELENE MARIA DA COSTA SOTERO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: DICAR\CGRH\SAAD\MTB; BRASILIA-DF; Periodo: 24/01/77 a 14/03/90; Efeitos: 4.798 dias para aposentadoria.
Processo: 082017135/98; Ficha: 18624; Matricula: 59.200-5; Nome: TERESA CRISTINA MOREIRA CORREA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 09/08/82 a 22/04/84; Efeitos: 623 dias para aposentadoria.
Processo: 082012575/98; Ficha: 18625; Matricula: 29.813-1; Nome: VANILDE L. DA COSTA TEIXEIRA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: PREFEITURA MUNICIPAL; SANTO ANTONIO-GO; Periodo: 22/02/91 a 08/03/93; Efeitos: 746 dias para aposentadoria, 746 dias para padrao.
Processo: 082017248/98; Ficha: 18626; Matricula: 31.124-3; Nome: MARLUCE COSTA GOMES PARENTE; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: MINIST.BEM ESTAR SOC; BRASILIA-DF; Periodo: 21/11/84 a 31/08/95; 01/09/95 a 31/12/95; Efeitos: 4.055 dias para aposentadoria.
Processo: 082017248/98; Ficha: 18627; Matricula: 31.124-3; Nome: MARLUCE COSTA GOMES PARENTE; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: MIN.ADM.FED.REF.EST.; BRASILIA-DF; Periodo: 01/01/96 a 29/09/96; Efeitos: 273 dias para aposentadoria.
Processo: 082017962/98; Ficha: 18628; Matricula: 88.109-0; Nome: CLAUDIA MERCIA RAMOS BATISTA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUTON / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 21/05/68 a 29/11/68; 02/01/69 a 10/03/71; Efeitos: 991 dias para aposentadoria.

MARIA ELISA EICHLER

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PARANOÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL 01 DO PARANOÁ,, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.° 551 de 31 de janeiro de 1996, resolve:
Conceder Licença Nojo ao servidor João da Silva, matrícula n.° 20.366-1, pelo período de 09.10.98 a 16.10.98.

CRISTINA RODRIGUES CARDOSO

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA

ORDENS DE SERVIÇO DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA, por delegação de competência, nos termos da Instrução nº 551 de 31.01.96 no ítem 1.36, resolve:

Conceder Gratificação pelo Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva do Magistério Público do Distrito Federal - TIDEM, conforme artigo 7º do Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, aos servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA INÍCIO	DT. FIM
34.964-X	Cristina Maria da Silva	MG1V	03/08/98	31/10/98

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.º 555 de 04/03/96, resolve:
RETIFICAR A ORDEM DE SERVIÇO DE 30 DE SETEMBRO 1998, publicada no DODF nº 192, página 33 de 08 OUTUBRO de 1998, que designou o servidor Roberto Vasconcelos de Matos , matrícula nº 48.666-3,professor MG1Q-GT3, EM EXERCÍCIO NA Oficina Pedagógica de Samambaia, como Defensor Dativo do Processo Sindicante n° 082.016412/98, tendo como indiciado o professor de Contrato Federal Aldamir da Silva Reis C.T. n° 010/00097/7, para no prazo legal, apresentar defesa escrita, visto que o indiciado, tendo sido notificado não se apresentou para prestar depoimentos.
- DESIGNAR Roberto Vasconcelos de Matos, matrícula nº48666-3, professor MG1Q-GT3,em exercício na oficina Pedagógica de Samambaia, como Defensor Dativo do Processo Sindicante n° 082.016412/98,tendo como indiciado o professor de contrato temporário.

DORCAS DE CASTRO

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO

ORDENS DE SERVIÇO DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551 de 31 de Janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe nos termos do Artigo 97, inciso III, alínea b, da Lei nº 8.112/90, resolve,
Conceder LICENÇA NOJO, ao servidor MARCOS BOTELHO SALOMÃO, matrícula 65.559-7, Professor MG2Q-GT3, pelo período de 04/10/98 a 11/10/98.

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de Janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe nos termos do Artigo 208, da Lei nº 8.112/90, resolve,
RETIFICAR a Ordem de Serviço de 02 de outubro de 1998, publicada no DODF nº192 de 08 de outubro de 1998, página 34, que concedeu Licença Paternidade ao servidor ALDENIR FRANÇA BRAGA, matrícula 27.681-2, Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, pelo período de 26/09/98 a 03/10/98.
Onde lê: 26/09/98 a 03/10/98
Leia-se: 26/09/98 a 30/09/98

MARIA CONCEIÇÃO BARROSO DA GRAÇA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.º 551 de 15 de ABRIL de 1998, e tendo em vista o que dispõe o Artigo 7º, do Decreto n.º 14.413, de 25 de novembro de 1992, resolve:
Conceder Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao Magistério Público TIDEM, aos servidores abaixo especificados.

MATRÍCULA	NOME	DOCUMENTO	A PARTIR DE
23.488-5	FABIA ANTONELLA DE OLIVEIRA	CHEV 247/98	15.07 A 23.12.98
26.489-X	ALESSANDRA OLIVEIRA RODRIGUES	CHEV 252/98	10.09 A 23.12.98
32.717-4	ELAINE APARECIDA GOMES RODRIGUES	CHEV 243/98	14.08 A 23.12.98
34.404-4	ISIS ANGELA DE SOUZA LOBO	CHESP 32/98	14.09.98
34.491-0	ADRIANA HELENA VITOR	CHEV 183, 206 E 240/98	01.07 A 23.12.98
35.723-5	NIVEA NEPOMUCENO MOURA	CHEV 188/98	13.07 A 23.12.98
35.811-8	QUÊNIO CERQUEIRA DE FRANÇA	CHEV 189/98	08.07 A 23.12.98
36.057-0	CLEUNILSON BEZERRA DE MEDEIROS	CHEV 238/98	01.09 A 23.12.98
37.069-X	DEBORA DE SOUSA SILVA	CHEV 244/98	02.09 A 23.12.98
37.252-8	ELIZABETH CRISTINA LOPES NEVES	CHEV 251/98	30.06 A 23.12.98
37.540-3	HELOISA MARQUES DA SILVA	CHEV 249/98	09.09 A 23.12.98
37.548-9	RENATA MOURA DUARTE	CHEV 246/98	08.09 A 23.12..98
37.556-X	MARILDA CANDIDA SERAFIM	CHEV 250/98	09.09 A 23.12.98
60.046-6	GISELE GARCIA P. DE ALBUQUERQUE	MEMº 557/98	10..07 A 23.12.98

IVANNA SANT'ANA TORRES

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551 de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o Artigo 7º, do Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, resolve:
Conceder Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao Magistério Público TIDEM, aos servidores abaixo especificados.

MATRÍCULA	NOME	DOCUMENTO	A PARTIR DE
61.159-X	MARIA LUISA SOUSA DA CUNHA	PROC. 10891/98	11.07.98

IVANNA SANT'ANA TORRES

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 16 DE OUTUBRO DE 1998

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2°, do Decreto 12.740, de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, resolve:

RETIFICAR a Instrução de 13 de maio de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 91 de 18 do mesmo mês e ano, que aposentou **ELIMAR GONÇALVES DA SILVA**, matrícula 124.750-6, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Auxiliar de Enfermagem do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para considerá-lo posicionado na Classe Especial, Padrão III, ficando ratificados os demais termos. Processo nº 061.011.392/97.

RETIFICAR a Instrução de 16 de abril de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 75 de 23 do mesmo mês e ano, que concedeu aposentadoria a **DEUSELINA DE CASTRO**, matrícula 129.903-7, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Auxiliar de Enfermagem do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para considerá-la posicionada na Classe Especial, Padrão III, ficando ratificados os demais termos. Processo nº 061.036.153/98.

RETIFICAR a Instrução de 13 de maio de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 91 de 18 do mesmo mês e ano, que aposentou **MARCO AURÉLIO ASSIS FERREIRA**, matrícula 132.682-1, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para considerá-lo posicionado no Cargo de Assistente Superior de Saúde - Odontólogo, 3º Classe, Padrão VI, bem como considerá-lo posicionado nos termos dos artigos 186, inciso I, IN FINE, ficando ratificados os demais termos. Processo nº 061.011.694/97.

RETIFICAR a Instrução de 19 de novembro de 1997, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 224 de 20 do mesmo mês e ano, que concedeu aposentadoria a **LAURA FERREIRA DA SILVA**, matrícula nº 118.627-2, no Cargo de Assistente Superior de Saúde - Enfermeiro para considerá-la posicionada na Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, ficando ratificados os demais termos. Processo nº 061.033.205/95

RETIFICAR a Instrução de 17 de março de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, nº 54 de 20 do mesmo mês e ano, que concedeu aposentadoria a **FREDERICO ASSIS DE SALES**, matrícula nº 108.537-9, no Cargo de Assistente Superior de Saúde - Odontólogo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para incluir as vantagens previstas nos artigos 1º e 7º parágrafo único, da Lei nº 1004, de 09 de Janeiro de 1996, regulamentadas pelos artigos 1º e 7º do Decreto 17.182 de 06 de março de 1996 e excluir as vantagens previstas no artigo 192, inciso II, da Lei nº 8.112 de 11 de Dezembro de 1990. Processo nº 061.023.662/97.

RETIFICAR a Instrução de 13 de maio de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, nº 91 de 18 do mesmo mês e ano, que concedeu aposentadoria a **DEULZUITE LOPES CASÉGA**, matrícula 119.961-7, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - AOSD - Enfermagem do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para considerá-la posicionada na Classe Especial, Padrão V, bem como considerar o nome correto **DELZUITE LOPES CASÉCA**, ficando ratificados os demais termos. Processo nº 061.036.198/98.

RETIFICAR a Instrução de 29 de Junho de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, nº 126 de 07 de Julho do mesmo ano, que concedeu aposentadoria a **FRANCISCO PEREIRA LIMA**, matrícula 105.792-8, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Artífice - Obras Civis, 1º Classe, Padrão VI, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para incluir em sua Fundamentação Legal as vantagens previstas nos artigos 1º e 7º, parágrafo único da Lei nº 1.004, de 09 de Janeiro de 1996, regulamentadas pelos artigos 1º e 7º do Decreto 17.182, de 06 de março de 1996. Processo nº 061.006.161/98.

CONCEDER APOSENTADORIA a SONIA MARIA DE ALBUQUERQUE LIRA ANDRADE, matrícula 117.186-1, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Agente de Saúde Pública, Classe Especial, Padrão V do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "c" e 189 parágrafo único da Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, Combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e **SS** 4º e 7º da Lei Orgânica do Distrito Federal. Processo nº 061.033.646/98.

CONCEDER APOSENTADORIA a ANTONIO CARLOS BARROSO, matrícula 116.400-7, no Cargo de Assistente Superior de Saúde - Médico, Classe Especial, Padrão V do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "c" e 189 parágrafo único da Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, Combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e **SS** 4º e 7º da Lei Orgânica do Distrito Federal, com as vantagens Previstas nos artigos 1º e 7º, parágrafo único da Lei nº 1.004, de 09 de Janeiro de 1996, regulamentadas pelos artigos 1º e 7º do Decreto nº 17.182, de 06 de março 1996. Processo nº 061.022.597/98.

REVER a Instrução de 17/01/96 do Diário Oficial do Distrito Federal nº 017 de 24 /01/96, que concedeu nos termos dos artigos 215,217, item I, alínea "a" e 224 da Lei 8.112 de 11/12/90, Pensão Vitalícia a **GERCINA DE SOUZA SANTOS**, viúva do ex-servidor **ANTONIO PATRÍCIO DOS SANTOS**, matrícula 109.152-2, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Motorista - AIO5, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para **EXCLUIR** as vantagens do artigo 184, item I, da Lei nº 1.711 de 28 de Outubro de 1952, em consonância com a Lei nº 6.701 de 24/10/79, e **INCLUÍR** em sua Fundamentação Legal, as vantagens Previstas nos artigos 1º e 7º, parágrafo único da Lei nº 1.004, de 09 de Janeiro de 1996, regulamentadas pelos artigos 1º e 7º do Decreto nº 17.182, de 06/03/96, a contar de 23/04/96. Processo nº 061.009.623/95.

REVER a Instrução de 26 de setembro de 1997, publicada no DODF nº 188 de 30 do mesmo mês e ano, para **INCLUIR** na qualidade de filho da ex-servidora **MARIA ASSUNÇÃO COSTA BORGES**, matrícula 130.203-5, **CELSO CARDOSO BORGES JÚNIOR**, tendo em vista haver saído a mesma com incorreção, ficando os demais termos ratificados. Processo nº 061.006.661/97.

ANTONIO LUIZ RAMALHO CAMPOS

DIRETORIA EXECUTIVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE SETEMBRO DE 1998 (*)

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por força do item 2.9 da Instrução No. 03 de 20 de março de 1998, da Presidência da Fundação Hospitalar do Distrito Federal,
RESOLVE:

1 - Designar os servidores abaixo relacionados para constituírem a Comissão de Inventário Bens Imóveis da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

- LUIZ PAULO BONTEMPO, Agente Administrativo, matrícula 107.944-1, - PRESIDENTE.
- ROSANGELA FALEIRO DOS SANTOS, Agente Administrativo, matrícula nº 123.968-6 - MEMBRO.
- WILSON SZERVINSKS SILVA, Chefe da Seção de Op. e Fisc. Patrimônio/Dpa/DRM, matrícula nº 136.740-4 - MEMBRO.

RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 189, de 5-10-98, pág. 16.

RDEM DE SERVIÇO DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do subitem 2.8, da Instrução nº 3 de 20 de março de 1998, resolve:

Absolver a servidora **MARIA DE FÁTIMA CARNEIRO RODRIGUES**, matrícula 300.140-7, Chefe da Seção de Material e Patrimônio, lotada no HRGu, pelas irregularidades que lhe foram imputadas no processo de nº 061.003470/97.

RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto na Instrução Nº 3 de 20 de Março de 1998, resolve:

Conceder **LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE**, aos servidores abaixo relacionados lotados na ADMC nos termos do Art. 87 da Lei 8.112/90 combinado com a Lei 221/90, condicionado o período de gozo aos critérios da Administração deduzidos os meses por ventura usufruídos.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

NOME: MARIA SILVANA CARVALHO DE MOURA
MATRÍCULA: 132.597-3 **PROCESSO:** 061.042571/98
QÜINQÜÊNIO(S): 1º 01.04.93 A 31.03.98.

NOME: CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
MATRÍCULA: 117.227-1 **PROCESSO:** 061.002565/94
QÜINQÜÊNIO(S): 3º 01.07.91 A 30.06.96.

LEADOR MACHADO

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE - CEDRHUS, DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº. 11/96, de 11 de abril de 1996, resolve:

Designar as servidoras Maria Saleti de Boni, mat. 122.062-4; Maria Hélida Guedes Lograd, mat. 122.412-3; Vitória Elizabeth Sampaio Bastos, mat. 123.931-7; Norma Gonzaga Guimarães, mat. 128.767-2 para exercer a função de Preceptoras de Ensino para o Curso de Educação Profissional em Nutrição aos Moldes de Residência, a partir de 05 de outubro de 1998.
Designar a servidora Sarah Maria Nery Blamires Komka, mat. 122.708-4 para exercer a função de Preceptora Coordenadora para o Curso de Educação Profissional em Nutrição aos Moldes de Residência, a partir de 05 de outubro de 1998.

Designar a servidora Maria Dilma Alves Teodoro, mat. 128.424-0 para exercer a função de Coordenadora de Ensino de Residência Médica da Unidade de psiquiatria do HBDF, a partir de 29.09.98.
Exonerar a servidora Maria da Candelária Guimarães Belo Mota e Silva, mat. 114.151-1 de exercer a função de Coordenadora de Ensino de Residência Médica da Unidade de Psiquiatria do HBDF, a partir de 29.09.98.

ELZA MARIA DE SOUZA

HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE

ORDEM DE SERVIÇO DE 7 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item 4, Instrução nº 03 de 20 de março de 1998, resolve:
Autorizar o afastamento da(s) do(s) servidor(es)(as) abaixo, para participar do(s) CURSO(s) abaixo indicado(s).

MATRÍCULA: 201.587-1
NOME: MARIA VALÉRIA DUARTE DE SOUZA
FUNÇÃO: ASSISTENTE SOCIAL
CURSO: DEFESA DE TESE DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA A SER REALIZADO DIA 07.10.98 NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, FORTALEZA - CE.
PERÍODO: 06.10.98 À 08.10.98

Conceder LICENÇA PATERNIDADE a(s) o(s) servidor(es) (as) abaixo, no período citado.

MATRÍCULA: 126.591-1
NOME: DELMONT BARROSO DA SILVA
FUNÇÃO: AOSD - PADIOLEIRO
REFERENCIA: AI01-II
FILHA: SUELLEN BARROSO DA SILVA, NASCIDA EM 26.09.98
PERÍODO: 26.09.98 À 30.09.98

MATRÍCULA: 123.444-7
NOME: RAIMUNDO JOSÉ DE OLIVEIRA PAIVA
FUNÇÃO: ARTÍFICE OP. MÁQUINA - LAVANDERIA
REFERENCIA: AI 16-II
FILHO: WARLEY JESUS DE PAIVA, NASCIDO EM 03.10.98
PERÍODO: 03.10.98 À 07.10.98

Conceder LICENÇA ADOÇÃO a (as) o (os) servidor (es) (as) abaixo, relacionado(s) nos termos do art. 210, da Lei 8.112/90

MATRÍCULA: 128.499-1
NOME: MARIA CRISTINA SCHIAVON DE SOUSA
FUNÇÃO: ENFERMEIRA
REFERÊNCIA: AS 25
PERÍODO: 12.08.98 À 09.11.98
Processo nº 061.039641/98

CARLOS SARAIVA E SARAIVA

REGIONAL DE SAÚDE DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 94, DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR REGIONAL DE SAÚDE DO GAMA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do item 4 da Instrução n.º 03 de 20 de março de 1998, da Presidência da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, resolve:

AUTORIZAR, os afastamentos dos servidores a seguir relacionados nos períodos abaixo mencionados:

JOEMAR ANTONIO BARBARESCO, ASS (Médico – Cirurgia Geral), matrícula nº 133.218-0, de 01 a 04.11.98, para participar do XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIRURGIA PLÁSTICA, a realizar-se em Goiânia – GO;

OLINDA MARIANO DA SILVA, ASS (Farmacêutico Bioquímico), matrícula n.º 134.726-8, de 08 a 11.11.98, para participar do X SIMPÓSIO REGIONAL DE ANÁLISES CLÍNICAS, a realizar-se em Goiânia – GO;

MARIA DO LIVRAMENTO CAMPOS CANTANHEDE, ASS (Farmacêutico Bioquímico), matrícula n.º 135.011-1, de 08 a 11.11.98, para participar do X SIMPÓSIO REGIONAL DE ANÁLISES CLÍNICAS, a realizar-se em Goiânia – GO;

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DOS S. C. ARAÚJO, ASS (Enfermeira), matrícula n.º 125.534-7, de 29.11 a 06.12.98, já inclusos os dias para trânsito, para participar do 1º CONGRESSO BRASILEIRO DOS CONSELHOS DE ENFERMAGEM , a realizar-se em Natal – RN;

ELVIS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA

HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR DO HOSPITAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e delegação de competência conferida através da O.S. 02/98-DRSI, resolve:

Conceder à servidora MARIA AUXILIADORA FERREIRA DO NASCIMENTO,matrícula 119.017-2, Licença Adotante de acordo com o artigo 210 da Lei 8.112/90, no período de 17/09/98 a 15/12/98, pela adoção da menor Viviane, nascida em 05.09.98.

Remover MARIA LUCI DOS SANTOS ALMEIDA, AIS-Auxiliar de Enfermagem, matrícula 113.044-7, do CST-02 para o Hospital de Taguatinga da Direção Regional de Saúde de Taguatinga, baseado no Item 07 da Instrução 20/95-FHDF.

Remover ILDETE LEDO NEVES, AIS-Técnico em Higiene Dental matrícula 136 023-0, do CST-06 para o Hospital de Taguatinga da Direção Regional de Saúde de Taguatinga, baseado no Item 07 da Instrução 20/95-FHDF.

Remover MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES DE ASSIS, AIS-Técnico em Higiene Dental, do CST-07 para o CST-01 da Direção Regional de Saúde de Taguatinga, baseado no Item 07 da Instrução 20/95-FHDF.

Autorizar o afastamento dos servidores nos termos da Instrução nº 27/80-FHDF e o disposto na ORDEM DE SERVIÇO 02/98-GAB/DRST de 23/03/98 abaixo relacionados pelos motivos, locais e períodos citados:

- ROMEU PINTO DE ALMEIDA, matrícula 124.439-6, ASS-Nutricionista, lotado na Seção de Nutrição/HT, para participar do III Simpósio Minas-Goiás-Espírito Santo de Nutrição em Pediatria a ser realizado em Goiânia-GO, no período de 30/09 a 01/10/98.

- MARIÂNGELA OLIVEIRA LIMA, matrícula 132.465-9, ASS-Nutricionista, lotada na Seção de Nutrição/HT, para participar do III Simpósio Minas-Goiás-Espírito Santo de Nutrição em Pediatria a realizar-se em Goiânia-GO no período de 30/09 a 01/10/98.

- DOLORES PISSOLI, matrícula 132.275-3, ASS-Nutricionista, lotada na Seção de Nutrição/HT, para participar do III Simpósio Minas-Goiás-Espírito Santo de Nutrição em Pediatria a realizar-se em Goiânia-GO no período de 30/09 a 01/10/98.

- SÔNIA MARIA SALVIANO MATOS DE ALENCAR, matrícula 122.052-7, Ass-Médica Pediatra, lotada no Gabinete/HT, para participar do I Congresso Brasileiro de Bancos de Leite Humano, I Fórum Nacional de Vigilância Sanitária em Bancos de Leite Humano e o III Encontro Nacional de Bancos de Leite Humano a realizar-se em Brasília-DF, no período de 15/06 a 12/07/98.- Processo 061.030.402/98.

- MARIA DE FÁTIMA ROCHA, matrícula 130.437-2, ASS-Médica Pediatra, lotada no CST-04, para participar do 55º Curso Nestlé de Atualização em Pediatria, a realizar-se em Brasília-DF, no período de 13 a 18/09/98. Processo 061.030.624/98.

- JUCINÉIA DOMINGUES DE AGUIAR VALENTE, matrícula 115.589-0, AIS-Auxiliar de Enfermagem, lotada na Encarregadoria de Enfermagem em Berçário /HT, para participar do II Encontro de Enfermagem Neonatológica, a realizar-se em São Paulo-SP, no período de 07 a 10/09/98. - Processo 061.030.732/98.

- SIMONE MARIA LOUREIRO CABRAL DE MELO GUIMARÃES, matrícula 129.540-3, lotada na URP/HT, para participar do 55º Curso Nestlé de Atualização em Pediatria, a realizar-se em Brasília-DF, no período de 13 a 18/09/98. Processo 061.030.631/98.

- LINDALVAIR PIRES WERNECK, matrícula 129.515-2, ASS-Enfermeira, lotada na Seção de Enfermagem/HT, para participar do 50º Congresso Brasileiro de Enfermagem, a realizar-se em Salvador-BA, no período de 20 a 25/09/98. - Processo 061.031.694/98.

- CELINA CUNHA BORGES, matrícula 129.469-5, ASS-Enfermeira, lotada na Seção de Enfermagem/HT, para participar do 50º Congresso Brasileiro de Enfermagem, a realizar-se em Salvador-BA, no período de 20 a 25/09/98. - Processo 061.030.695/98.

- JOELMA NEIVA SILVA, matrícula 136.454-5, ASS-Enfermeira, lotada na Seção de Enfermagem/HT, para participar do II Encontro de Enfermagem Neonatológica,, a realizar-se em São Paulo-SP, no período de 07 a 10/09/98. - Processo 061.030.707/98.

- LUCILENE RIBEIRO DANTAS, matrícula 136.269-1, AIS-Auxiliar de Enfermagem, lotada na Encarregadoria de Enfermagem em Berçário/HT, para participar do II Encontro de Enfermagem Neonatológica, a realizar-se em São Paulo-SP, no período de 07 a 10/09/98. Processo 061.030.730/98.

- JOSEFA ALVES DE LIRA MOURA, matrícula 126.836-8, AIS-Auxiliar de Enfermagem, lotada na Encarregadoria de Enfermagem em Berçário/HT, para participar do II Encontro de Enfermagem Neonatológica, a realizar-se em São Paulo-SP, no período de 07 a 10/09/98. Processo 061.030.731/98.

- VIRGINIA PEREIRA GRACIANO, matrícula 107.454-7, AIS-Auxiliar de Enfermagem, lotada na Encarregadoria de Enfermagem em Berçário/HT, para participar do II Encontro de Enfermagem Neonatológica, a realizar-se em São Paulo-SP, no período de 07 a 10/09/98. Processo 061.030.733/98.

- WALDO DO NASCIMENTO MACHADO NEWTON, matrícula 118.249-8, ASS-Médico Cardiologista, lotado na Unidade de Cardiologia/HT, para participar do XIX Congresso da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo a realizar-se em Campos do Jordão-SP, no período de 17 a 19/09/98. Processo 061.030.774/98.

- MARIA DAS GRAÇAS JANSEN SILVA, matrícula 114.947-4, ASS-Médica Pediatra, lotada na Unidade de Pediatria/HT, para participar do 55º Curso Nestlé de Atualização em Pediatria, a realizar-se em Brasília-DF, no Período de 13 a 18/09/98. Processo 061.030.796/98.

- FRANCISCO NILTON COSTA, matrícula 127.172-5, ASS-Médico Oftalmologista, lotado na Unidade de Oftalmologia/HT, para participar do XIII Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira e Reabilitação Visual, a realizar-se no Rio de Janeiro-RJ, no período de 07 a 10/09/98. Processo 061.030.798/98.

- MARIO ROBERTO MACEDO DE FIGUEIREDO, matrícula 115.380-3, ASS-Médico Cirurgia Geral, lotado na Unidade de Cirurgia Geral/HT, para participar do VII Congresso de Cirurgia do Centro Oeste Brasileiro, I Congresso de Video-Cirurgia do Centro Oeste e Distrito Federal, a realizar-se em Brasília-DF, no período de 02 a 05/09/98. Processo 061.030.799/98.

IVAN CASTELLI

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DO HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO, usando de suas atribuições, através da Instrução nº 03 de 20/03/98, da Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, resolve:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do artigo 087, da Lei nº 8.112/90, combinado com a Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1.991, aos seguintes servidores:

NOME: IVANILDA RIBEIRO DE OLIVEIRA
Matrícula nº: 133320-8
Quinquênio(s): 1º- 09/09/93 A 09/09/98
Processo nº: 061.046188/98

Nome: ZILZA MARIA PEREIRA RODRIGUES
Matrícula: 133221-0
Quinquênio(s) : 1º - 04/08/93 à 03/08/98
Processo nº 061.046154/98

DULCINEA CRISPIM DE SOUSA

INSTITUTO DE SAÚDE MENTAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE OUTUBRO DE 1998

A Diretora do Instituto de Saúde Mental, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item IV, da Instrução Nº 03 de 20 de Março de 1998, resolve:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do artigo 87 da lei 8.112/90, combinada com a lei 221, de 27/12/91, o seguinte servidor:

Nome: Fábio Nunes de Freitas
Matrícula: 134.622-9
Lotação: ISM/FHDF
Processo: 061.013263/94
Quinquênio 2º de: 30/09/93 a 29/09/98.

MARIA ZÉLIA DA SILVA ROCHA SERRA

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
DIRETORIA EXECUTIVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso VI, da Instrução nº 2 de 10 de março de 1998, e o que consta no processo nº 101.001698/97, resolve:
Designar os servidores ANA MARIA GOMES, matrícula 3323-5, LAURO LIMA SANTOS FILHO, matrícula 7433-0 e ELIANA FARIA VALADARES, matrícula 5361-3 para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar para, no prazo de 60 (sessenta) dias, apurar fatos apontados no Processo acima referenciado, que notifica infração disciplinar praticada pelo servidor DAVID DEL SARTO, matrícula 5508-5, por violação ao disposto nos incisos III e IX, do Artigo 116, da Lei nº 8.112/90.

JACKSON DE FIGUEIREDO COSTA JÚNIOR

ORDENS DE SERVIÇO DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso VI, da Instrução nº 2 de 10 de março de 1998 e o que consta no processo nº 101.000.796/98, resolve:
Porrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo concedido à Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar, instituida pela Ordem de Serviço de 01/09/98, publicado no DODF de 03/09/98, pág.27, para conclusão dos trabalhos que apuram fatos constantes no processo nº 101.000.796/98

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso VI, da Instrução nº 2 de 10 de março de 1998 e o que consta no processo nº 101.000.769/98, resolve:
Porrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo concedido à Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar, instituida pela Ordem de Serviço de 09/09/98, publicado no DODF de14/09/98, pág.27, para conclusão dos trabalhos que apuram fatos constantes no processo nº 101.000.796/98

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso VI, da Instrução nº 2 de 10 de março de 1998 e o que consta no processo nº 101.000.728/98, resolve:
Porrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo concedido à Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar, instituida pela Ordem de Serviço de 25/08/98, publicado no DODF de 27/08/98, pág.33, para conclusão dos trabalhos que apuram fatos constantes no processo nº 101.000.728/98

JACKSON DE FIGUEIREDO COSTA JÚNIOR

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ORDEM DE SERVIÇO DE 8 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, inciso II, alínea "I", da Instrução nº 02 de 10 de março de 1998, resolve:
CONCEDER ao servidor abaixo, o adicional de DÉCIMOS, previsto no artigo 1º de Lei nº 1.004 de 11 de janeiro de 1996, regulamentado pelo Decreto nº 17.182 de 06 de março de 1996:

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	DÉCIMOS	
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA
NOME: JOSÉ MARIANO CUNHA VIEGAS MATRÍCULA: 2404-X PROCESSO nº : 101.000245/97	1/10 do DF-04	26/12/97

ROSSI DA SILVA ARAÚJO

SECRETARIA DE TRANSPORTES

PORTARIA DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 31, incisos III e V, do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 15.061, de 24 de setembro de 1993, e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto n.º 3.466, de 07 de setembro de 1976, resolve:

Cessar o pagamento de Gratificação por Encargo em Gabinete, na Categoria de Assistente, da servidora MÁRCIA SAMPAIO PEREIRA ALVES, matrícula n.º 26.774-0, a contar de 01 de outubro de 1998.
Conceder o pagamento de Gratificação por Encargo em Gabinete, na Categoria de Assistente, a servidora ANADELY CASTRO DA SILVA, matrícula n.º 31.576-1.

HENRIQUE LUDUVICE

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 14 de outubro de 1998

PROCESSO N.º: 030-005.744/98
INTERESSADO: EDMILSON SANTANA DA BOA MORTE
ASSUNTO: Licença para Atividades Política

Conceder, nos termos do parágrafo 2º do artigo 86 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a Licença para Atividade Política ao servidor EDMILSON SANTANA DA BOA MORTE, Fiscal de Concessões e Permissões, Classe 3ª, Padrão IV, matrícula n.º 36.591-2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, tendo em vista homologação de sua candidatura a Deputado Distrital pelo partido -PRP- Partido Republicano Progressista da coligação Comunidade Unida, para concorrer as Eleições de 04 de outubro de 1998, sem prejuízo de sua remuneração, a contar de 05 de agosto de 1998.

HENRIQUE LUDUVICE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria de 29 de setembro de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n º 186, de 30 de setembro de 1998, página 23, da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Onde se lê : Conceder... na Categoria de Assistente, ao Servidor *JOÃO BOSCO DOS SANTOS OLIVEIRA*, matrícula nº 34.229-7.

Leia-se : Conceder... na Categoria de Auxiliar, ao Servidor *JOÃO BOSCO DOS SANTOS OLIVEIRA*, matrícula nº 34.229-7.

HENRIQUE LUDUVICE

SECRETARIA DE AGRICULTURA

PORTARIA DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que dispõe o inciso XVI, do artigo 6º da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o previsto no artigo 1º do Decreto Nº 13.993, de 11 de junho de 1992, **resolve:**
I - Constituir Comissão Permanente de Licitação para, no âmbito da Secretaria de Agricultura, realizar licitação, na modalidade CONVITE, para aquisição de Bens Permanentes, Material de Consumo e Prestação de Serviços.
II - Estabelecer a composição da Comissão Permanente de Licitação referido no inciso anterior, em 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, designados para cumprir mandato de 01 (um) ano.
III- Designar membros da Comissão constituida por este ato, para o mandato fixado no inciso II, os seguintes servidores:
a) como membros efetivos, EDÊNIA LUCAS DE PAIVA, Técnico de Administração Pública., matrícula nº 39.785-7, MARIA GEOVANY BEZERRA FREITAS, Técnico de Finanças e Controle, matrícula nº 23.214-9 e GISLEIDE MARIA DA COSTA, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 33.760-9, atuando o primeiro como presidente;
b) como Membros Suplentes, ALCIRA SANTOS RIBEIRO, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 33.752-8, DORAILDES BENTO DOS SANTOS, Auxiliar de Desenvolvimento Agropecuário, matrícula nº 38.856-4 e SIRLENE TEIXEIRA SANTANA, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 44.122-8, todos lotados nesta Secretaria de Agricultura.
IV- Revogar a Portaria Nº 12, de 15 de agosto de 1997, publicada no DODF Nº 163, de 26 AGO 1997, pág. 6465.
V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 575, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN/DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XLIII do regimento interno aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de

dezembro de 1976, resolve: Designar o Chefe do Serviço de Pessoal e o Chefe do Serviço de Recursos Humanos para atuarem como Executores e Supervisores do Convênio de Cooperação nº 02/98, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal, Serviço Social da Indústria-Departamento Regional do Distrito Federal-SESI/DF e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Departamento Regional do Distrito Federal-SENAI, objetivando a promoção do bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida dos servidores ativos e seus dependentes do Detran/DF, pela conjugação de esforços das partes convenentes, para facilitar a adesão voluntária dos servidores como usuários dos serviços assistenciais a serem executados pelo SESI/DF e SENAI/DF, processo nº 055.007145/98.
Os executores deverão obedecer ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21/06/93, com o inciso II e parágrafo 3º do Artigo 13, do Decreto nº 16.098 de 29/11/94.

LUIS RIOGI MIURA

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O COMANDANTE - GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada pelo artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, c/c o inciso XIII, do Art. 47, do Regulamento de Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e tendo em vista ainda o que conta do Processo nº 00053.000.899/98; resolve:

DEMITIR, a pedido, o Capitão QOBM/Méd. - ALEXANDRE BARBOSA SOTERO CAIO, matrícula nº 00358-1, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 88, inciso III; 104, inciso I, e, 105, inciso I e parágrafo 3º, todos do Estatuto dos Bombeiros Militares do Distrito Federal, aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986.

JORGE DO CARMO PIMENTEL - CEL QOBM/COMB.

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA GERAL

ORDENS DE SERVIÇO DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a" da Portaria nº 034/93-SSP, de 21.06.93, resolve:

I - Dispensar, a pedido, o Agente de Polícia MARCO TÚLIO SILVA OLIVEIRA, matrícula nº 34.270-X, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Investigações/DOT/CPE/PCDF, a partir de 06.10.98.

II - Dispensar o Agente de Polícia GLAITON PEREIRA CARDOSO, matrícula nº 34.129-0, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Vigilância/DOT/CPE/PCDF, a partir de 06.10.98.

III - Designar o Agente de Polícia GLAITON PEREIRA CARDOSO, matrícula nº 34.129-0, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Investigações/DOT/CPE/PCDF, a partir de 06.10.98.

IV - Designar o Agente de Polícia MARCO ANTONIO SILVA CAMPOS, matrícula nº 48.344-3, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Vigilância/DOT/CPE/PCDF, a partir de 06.10.98.

ROSALVO GOMES DE OLIVEIRA

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a" da Portaria nº 034/93-SSP, de 21.06.93, e nos termos do artigo 1º, e item I, do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20.12.79, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09.02.82, e o disposto no Decreto nº 17.603, de 15.08.96, alterado pelo Decreto nº 18.445, de 15.07.97, resolve:

Designar a Analista de Administração Pública MARIA DAS GRAÇAS SOUSA, matrícula nº 26.398-2, para substituir EDUARDO LUIZ DANTAS DA COSTA, matrícula nº 26.900-X, Chefe do Serviço Médico/PCDF, Código DFG-10, por motivo de férias regulamentares, no período de 09.10. a 07.11.98.

ROSALVO GOMES DE OLIVEIRA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DIVISÃO DE PESSOAL

APOSTILAMENTOS

O Diretor da Divisão de Pessoal do Departamento de Administração Geral, da Polícia Civil do Distrito Federal, no uso das suas atribuições, autoriza que nos valores percebidos a título de pensão instituída pelo ex-servidor RICARDO MOREIRA ALVES, Agente de Polícia, 1ª Classe, Padrão I, matrícula nº 01.197-5, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, sejam excluídos do rol dos beneficiários de pensão temporária, por terem adquirido a maioridade EDMILSON MOREIRA DE ARAÚJO e ELISSON RICARDO MOREIRA DE ARAÚJO, filhos, a contar de 25.04.84 e 16.10.96, respectivamente. Processo nº 000.112.304/83.

O Diretor da Divisão de Pessoal do Departamento de Administração Geral, da Polícia Civil do Distrito Federal, no uso de suas atribuições, autoriza que nos valores percebidos a título de pensão instituída pelo ex-servidor SEBASTIÃO LINDOLFO, Agente de Polícia, 2ª Classe, Padrão III, matrícula nº 01.200-9, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, seja excluído do rol dos beneficiários de pensão temporária, por ter adquirido a maioridade PAULO SÉRGIO LEAL LINDOLFO, filho, a contar de 31.03.93. Processo nº 050.001.161/92.

Brasilia-DF, 16 de outubro de 1998
MARCO AURÉLIO MARTINS DE ARAÚJO

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA DE 24 DE SETEMBRO DE 1998 (*)

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe confere o parágrafo único, do artigo 17 do Decreto nº 14.647,de 25 de março de 1993, resolve: – Conceder Progressão Funcional nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25 de março de 1993, aos servidores do Quadro de Pessoal Civil da Polícia Militar do Distrito Federal, constantes do anexo I desta Portaria, a contar da data em que se completou o interstício de cada servidor. II – Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta Portaria, retroagem à data em que se completou o interstício de cada servidor.

DANIEL DE SOUZA PINTO JUNIOR . CEL QOPM

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 34, de 2.10.98.

ANEXO I

MAT.	NOME	CARGO	SIT.ATUAL		SIT. NOVA		DATA DE VIGÊNCIA
			CL	PD	CL	PD	
80.204/2	Beatriz de Oliveira	TAP	1ª	I	1ª	II	01/09/98
80.407/X	Dilma Lucia Silva	TAP	ESP.	II	ESP.	III	01/09/98
80.806/8	Hamilton Santana Rodrigues	TAP	1ª	III	1ª	IV	30/09/98
82.109/8	Sônia Maria de Jesus	AUX.AP	ESP	I	ESP	II	09/09/98

PORTARIAS DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "a", do Decreto nº 15.740 , de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do processo nº 054.001.362/98, resolve:
Reformar, ex officio, o Capitão QOPMS MAURICIO SECANHO, matrícula 00.481/2, da Polícia Militar do Distrito Federal, no mesmo posto, com proventos proporcionais ao seu tempo de serviço, nos termos dos artigos 87, inciso II; 94, inciso II; 96, inciso VI; e 99, inciso I, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro 1984, combinados com os artigos 96, item 2; e 99, parágrafo único, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso III, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o Serviço Policial Militar, podendo prover os meios de subsistência.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "a", do Decreto nº 15.740 , de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do processo nº 054.001.342/98, resolve:
Reformar, ex-officio, o Cabo QPPMC GILDIVAM PEREIRA, matrícula 12.019-7, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais relativos ao soldo de Terceiro-Sargento PM, nos termos dos artigos 87, inciso II; 94, inciso II; 96, inciso V; 97; e 98, §§ 1º e 2º, inciso III, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 93, itens 1, 2, 3 e 4 (este último acrescido pela Lei nº 7.609, de 06 de julho de 1987); 96, item 2; e 106, item 2, § 3º, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso III, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por ter sido julgado incapaz definitivamente para todo e qualquer trabalho, por moléstia especificada em lei.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "a", do Decreto nº 15.740 , de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do processo nº 054.001.363/98, resolve:
Reformar, ex-officio, o Soldado QPPMC TEODORO LUIZ DA SILVA NETO, matrícula 11.814-1, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais relativos ao soldo de Terceiro-Sargento PM, nos termos dos artigos 87, inciso II; 94, inciso II; 96, inciso V; 97; e 98, §§ 1º e 2º, inciso III, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com o artigo 96, item 2, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso III, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por ter sido julgado incapaz definitivamente para todo e qualquer trabalho, por moléstia especificada em lei.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "a", do Decreto nº 15.740 , de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do processo nº 054.001.369/98, resolve:
Reformar, ex-officio, o Soldado QPPMC JORGE MENDONÇA DE AZEVEDO, matrícula 17.049-6, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais relativos ao soldo de Terceiro-Sargento PM, nos termos dos artigos 87, inciso II; 94, inciso II; 96, inciso II; 97; e 98, § 2º, inciso III, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com o artigo 96, item 2, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso III, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço policial militar, em virtude de moléstia adquirida em ato de serviço, podendo prover os meios de subsistência.

DANIEL DE SOUZA PINTO JÚNIOR - CEL QOPM

DIRETORIA DE PESSOAL

PORTARIA DE 22 DE SETEMBRO DE 1998

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e da competência delegada pela Portaria nº 156 de 21 de outubro de 1997, resolve:

Conceder nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 03 (três) meses de Licença-Prêmio por Assiduidade, as servidoras relacionadas abaixo, pertencentes ao Quadro de Pessoal Civil da Polícia Militar do Distrito Federal, referentes aos períodos especificados a seguir:

- MARGARIDA MARIA CAMPOS CARVALHO DE FREITAS, Mat. 81.406/7, TAP, referente ao 3º quinquênio de: 20SET93 à 20SET98;
- MARIA DE LOURDES SIMAS MAYA, Mat. 81.411/3, AAP, referente ao 4º quinquênio de: 01SET93 à 01SET98.

FRANCISCO EUDES DA SILVEIRA VARELA - CEL QOPM

PORTARIA DE 6 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e da competência delegada pela Portaria nº 156 de 21 de outubro de 1997, resolve:
Conceder nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 03 (três) meses de Licença-Prêmio por Assiduidade, aos servidores relacionados abaixo, pertencentes ao Quadro de Pessoal Civil da Polícia Militar do Distrito Federal, referentes aos períodos especificados a seguir:
- ITALO FERREIRA DO AMARAL, Mat. 80.902/0, TAP, referente ao 3º quinquênio de: 01OUT93 à 01OUT98;
- LEONILDA MARIA DUTRA, Mat. 81.300/1, TAP, referente ao 3º quinquênio de: 05OUT93 à 05OUT98;
- MARIA LUCIA SILVA DE MELO, Mat. 81.417/2, TAP, referente ao 3º quinquênio de: 01OUT93 à 01OUT98.

FRANCISCO EUDES DA SILVEIRA VARELA - CEL QOPM

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Conceder Auxílio Natalidade a servidora **MARIA FLORA PESSOA RODRIGUES,** matrícula nº 30.852-8, pelo filho SAULO PESSOA RODRIGUES DA SILVA, nascido em 06/10/98, conforme Certidão de Nascimento nº 62945, do Cartório do 1º Ofício de Notas, Registro Civil e Protesto – Núcleo Bandeirante/DF, de conformidade com o artigo 196, da Lei nº. 8.112, de 11.12.90.

LUIZ ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 7 DE OUTUBRO DE 1998(*)

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990 e o que consta do processo nº 081.001937/98, resolve:
CONCEDER APOSENTADORIA a IVES JOSÉ DUARTE ALVES, matrícula nº 754-4, no Cargo de Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal da Fundação Cultural do Distrito Federal, com proventos integrais, nos termos do artigo 41, inciso I, § 4º da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, c/c os artigos 186, inciso I, § 1º e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a remuneração do padrão da classe em que se encontra posicionado - Lei nº 1.864, de 19 de janeiro de 1998.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 195, de 14.10.98.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, incisos I e II, do Decreto nº 15.058, de 24 de setembro de 1993, e observado o disposto no item 11 e 11.1 da Portaria nº 03/96-SEA, de 16 de janeiro de 1996, resolve:
I - Constituir COMISSÃO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL, para proceder o recebimento e conferência do material objeto da Tomada de Preços nº 009/98-CL/SEA.
II - Fixar a composição da Comissão de que trata o item anterior em 03 (três) membros.
III - Designar como membros os servidores GUILHERME CHRISTIAN RUAS PEREIRA, Chefe do Serviço de Apoio Geral/DAG/SIC, matrícula nº 39.716-4, que atuará como Presidente da Comissão, TERÉSIO DOS SANTOS FERNANDES, Chefe da Divisão de Informática, matrícula nº 39.859-4, e HADIJAMINE ITAPÁ FERNANDES, Assessora da Divisão de Informática, matrícula nº 38.573-5, que atuarão como membros.
IV - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

PORTARIA DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Conceder Auxílio-Natalidade e Salário-Família nos termos dos artigos 196 e 197, respectivamente, da Lei n.º 8.112, de 11.12.90, aos servidores abaixo relacionados, conforme Certidões de Nascimento apresentadas:

NOME : **ELIENE TORRES QUINTANILHA NUNES**
MATRÍCULA : 91.029-5
DEPENDENTE : LUAN QUINTANILHA NUNES
DATA DE NASC.: 01.10.98

NOME : **RAIMUNDO DE CARVALHO PAZ**
MATRÍCULA : 43.804-9
DEPENDENTE : LUCAS DE ALMEIDA PAZ
DATA DE NASC.: 28.09.98

NOME : **TALIS DE OLIVEIRA ROCHA**
MATRÍCULA : 34.561-X
DEPENDENTE : TALYTA TORRES ROCHA
DATA DE NASC.: 11.07.98

Conceder Licença-Paternidade, no termo do Artigo 208, da Lei n.º 8.112, de 11.12.90, aos servidores abaixo relacionados, conforme Certidões de Nascimento apresentadas:

NOME : **RAIMUNDO DE CARVALHO PAZ**
MATRÍCULA : 43.804-9
DEPENDENTE : LUCAS DE ALMEIDA PAZ
DATA DE NASC.: 28.09.98

NOME : **TALIS DE OLIVEIRA ROCHA**
MATRÍCULA : 34.561-X
DEPENDENTE : TALYTA TORRES ROCHA
DATA DE NASC.: 11.07.98

IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 19 de outubro de 1998

PROCESSO: 030.000.451/98
INTERESSADO: SETER/DF
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
À vista das instruções contidas no presente Conforme o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto 16.098, de 29/11/94, e de acordo com o que estabelece os incisos II e IV do Artigo 39, combinado com o inciso I do Artigo 38, do citado diploma legal. Reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão da Nota de Empenho, bem como o seu pagamento a conta do elemento de despesa 319092-Despesa de Exercícios Anteriores,relativo ao pagamento da diferença de décimos incorporados, no valor total de R$ 1.062,67(Um mil, sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos).
Publique-se e encaminhe-se o processo à DAG/SETEER, para as providências cabíveis.

IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 13 de outubro de 1998

PROCESSO : 030.008.103/98
INTERESSADO : ROSÂNGELA ALVES DE PAIVA E OUTROS
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

1. À vista das instruções contidas nos autos e o disposto nos artigos 80 e 81, combinados com os artigos 38, inciso I e 39, incisos II e IV, do Decreto n.º 16.098, de 29 de novembro de 1994, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão da respectiva Nota de Empenho e o pagamento no valor de R$ 8.205,36 (oito mil, duzentos e cinco reais e trinta e seis centavos), em favor de ROSÂNGELA ALVES DE PAIVA E OUTROS, à conta do elemento 3.1.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores, desta Secretaria, referente a pagamento de progressões, promoção e adicional de décimos concedidos em atraso e cumprimento do Mandado de Segurança n.º 6437/96-TJDF.
2. Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral - DAG, para as devidas providências.

LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA

SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1998

A CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais constantes do artigo 37, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.059 de 24.09.93, combinado com a Portaria publicada no DODF nº 053 de 18.03.96, resolve:

- Designar o (a) Diretor (a) do Departamento de Atividades Turisticas , para executor do contrato celebrado entre esta Secretaria e a empresa QUALITY PRODUÇÕES LTDA, conforme elementos constantes do processo nº 210.000400/98.

SUSANA TOSTES

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

PROCESSOS N.ºs : 190.000.082/98 e 194.000.093/98
INTERESSADOS: LUIZ GUILHERME DE SIQUEIRA/LUIS ALFREDO ARAUJO DE SOUZA
ASSUNTO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS
Autorizo a concessão de 4,5 (quatro e meia) diárias aos servidores LUIZ GUILHERME DE SIQUEIRA, matrícula n.º 68.016-8 e LUIZ ALFREDO ARAUJO DE SOUZA, matrícula n.º 68.003-6, Assessores, Símbolo DFA-11, no valor total de R$ 668,03 (Seiscentos e sessenta e oito reais e três centavos), referente à despesas com viagem para a cidade do Rio de Janeiro/RJ, para participarem do Seminário Internacional de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica "EFFICIENTIA/98" no período de 18 a 22/10/98.

REGINA MARIA DIAS B. DOS SANTOS
Respondendo

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 105, DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

O Chefe da Divisão de Pessoal/DAF/SLU/DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução de Serviço nº 19, de 29.08.94, e tendo em vista o que dispõe o artigo 208 da Lei nº 8.112/90, resolve: CONCEDER LICENÇA-PATERNIDADE aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DEPENDENTE	DATA DE NASCIMENTO	PERÍODO
Marcelo Antônio Ribeiro	83.610-9	Bruna Silva Ribeiro	29.09.98	29 a 03.10.98
Marcos Aurélio F. Alves	83.665-6	Marcus V. F. Martins	05.10.98	05 a 09.10.98

JOSÉ EDMILSON AMARO PEIXOTO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 106, DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

O Chefe da Divisão de Pessoal/DAF/SLU/DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução de Serviço nº 019, de 29.08.94, e tendo em vista o que dispõe o artigo 197 da Lei nº 8.112/90, resolve: CONCEDER SALÁRIO-FAMÍLIA aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DEPENDENTE	DATA DE NASCIMENTO	A PARTIR DE
Avelânge Pereira Durães	83.207-3	Gabriel Durães Guth	05.10.98	14.10.98
Sônia Bezerra da Silva	83.216-2	Alonso B. do N. Filho	21.09.98	02.10.98
Marcelo Antônio Ribeiro	83.610-9	Bruna Silva Ribeiro	29.09.98	02.10.98
Marcos Aurélio F. Alves	83.665-6	Marcus V. Freire Martins	05.10.98	09.10.98

JOSÉ EDMILSON AMARO PEIXOTO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 107, DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

O Chefe da Divisão de Pessoal/DAF/SLU/DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução de Serviço nº 019, de 29.08.94, e tendo em vista o que dispõe o artigo 196 da Lei nº 8.112/90, resolve: CONCEDER AUXÍLIO-NATALIDADE aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DEPENDENTE	DATA DE NASCIMENTO
Avelânge Pereira Durães	83.207-3	Gabriel Durães Guth	05.10.98
Sônia Bezerra da Silva	83.216-2	Alonso Barbosa do N. Filho	21.09.98
Marcelo Antônio Ribeiro	83.610-9	Bruna Silva Ribeiro	29.09.98
Marcos Aurélio Freire Alves	83.665-6	Marcus Vinícius F. Martins	05.10.98
Maria Gorete Ramos da Silva	83.878-0	Ana Caroline R. Barbosa	17.09.98

JOSÉ EDMILSON AMARO PEIXOTO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 108, DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

O Chefe da Divisão de Pessoal/DAF/SLU/DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução de Serviço nº 19, de 29.08.94, resolve:
CONCEDER LICENÇA NOJO, de acordo com o disposto no artigo 97, item III, letra "b", da Lei nº 8.112/90, aos seguintes servidores:

SERVIDOR	MATRÍCULA	PERÍODO
Daniel Dias Rodrigues	75.618-0	28.09 a 05.10.98
José Isidoro Pereira Filho	80.432-0	02.10 a 09.10.98
Edine Pereira de Araújo	80.538-6	03.10 a 10.10.98
Conceição Ferreira do Nascimento	83.171-9	20.09 a 27.09.98

JOSÉ EDMILSON AMARO PEIXOTO

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DE 20 DE OUTUBROUTUBRO DE 1998
O DIRETOR PRESEIDENTE DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X, do artigo 53, do Decreto nº 15.561 de 12 de abril de 1994, resolve:
Designar a servidora TATIANA CELLIERT OGLIARI, matrícula n.º 85.246-5, como executora do Contrato nº 007/97 – IPDF, que trata sobre serviços técnicos de Levantamento Planialtimétrico Cadastral de toda a ocupação urbana da Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV, bem como a elaboração de plantas no padrão de Projetos de Parcelamento Urbanístico (URB) e Memorial Descritivo, em substituição da servidora MARISE PEREIRA DA ENCARNAÇÃO DE MADEIROS, a partir de 13/10/98.

BENNY SCHVASBERG

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 270, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do artigo 68 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, resolve:
Nomear, nos termos do inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, JULIANA MOREIRA SALES DE MENEZES para exercer o cargo em comissão de Assessor, Código TC-CCA-5, do Gabinete da Procuradora Márcia Ferreira Cunha Farias.

JOSÉ MILTON FERREIRA

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONVITE Nº 28/98

PROCESSO Nº: 030.005.922/98
OBJETO: Aquisição de material de expediente e informática.

A CPL/SEG, torna público para quem possa interessar, o resultado do julgamento da documentação da licitação em epígrafe, informando que todas as empresas foram habilitadas, exceto as firmas "COMERCIAL SECOS E MOLHADOS CELEIRO LTDA.", por deixar de atender as letras "a" e "b" do capítulo IV, item 2.3 e 4.1, letras "a" e "b"; "DISTRIBUIDORA VIA BRASIL LTDA.", por deixar de atender o capítulo IV, item 4.1; "PAPEL ART CAIXAS - ALVARENGA SOLANO - INDUSTRIAL E COMERCIAL DE PAPÉIS LTDA.", por deixar de atender o capítulo II, itens 2.2 e 2.3; "VHM COMERCIAL LTDA. - ME", por deixar de atender o capítulo II, itens 2.2 e 2.3, "DIGIPRINTER - EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA., por não cumprir o item 2.6 do edital; "AUDIO MERCANTIL LTDA.", por deixar de atender o capítulo II, itens 2.2 e 2.3 e capítulo IV, item 4.1, letra "d", "DISTRIBUIDORA ABC DE PAPÉIS LTDA.", por deixar de atender o capítulo II, itens 2.2 e 2.3, "TELETEX COM SUPRIMENTO PARA INFORMÁTICA LTDA.", por deixar de atender o capítulo II, itens 2.2 e 2.3, "WORK DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS.", por deixar de atender o capítulo II, item 2.2, "MICRO'S INFORMÁTICA LTDA.", por não cumprir o Cap.II, itens 2.2 e 2.3 "PAPELARIA EDUARDO ATACADÃO LTDA.", por não cumprir o item 2.6, "JFA - COMERCIAL IMPORTADORA. LTDA.", por não cumprir o item 2.6, do edital.

Brasília-DF, 20 de outubro de 1998
MARIA ALVES DE SOUZA MITO
Presidente Substituta da CPL

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9/98 (*)

PROCESSO N.º 132.000861/98 PARTES: DF/RA-III X BUSINESS INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA OBJETO: Locação de 15 microcomputadores , 14 impressoras LEX 1000, 01 impressora HP 6L , 02 Note Books , 15 estabilizadores, conforme especificação no anexo I do edital de Convite n.º 33/98 CPL/RA-III. PRAZO: 21.05.99 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 03.007.0021.8501.0001 FONTE DE RECURSOS: 100 CÓDIGO U.O: 11.105 SUBELEMENTO DA DESPESA: 349039 NOTA DE EMPENHO: n.º 396/98 emitida em 18/06/98, sob o evento 400091, na modalidade estimativo, no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais). VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigência na data de sua assinatura. Devendo ser publicado no DODF, ás expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA:. 22.06.98 SIGNATÁRIOS: pelo DISTRITO FEDERAL: RONALDO SEGGIARO DE ALMEIDA, na qualidade de Administrador Regional. Pela CONTRATADA: VITOR MARINEU SILVA FIGUEIREDO, na qualidade de procurador

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 165, de 31.8.98, pág. 24.

SUBSECRETARIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAIS DE NOTIFICAÇÕES

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.703/98 empresa GELEIA TUR TURISMO LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 800 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.744/98 da empresa POLO AUTOMÓVEIS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 1.000 UFIR'S por descumprimento ao art. 18 da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.746/98 da empresa JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FLORINDO. Que foi aplicada à esta, multa de 3.000 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.708/98 da empresa GELEIA TUR TURISMO LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 300 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.704/98 da empresa GELEIA TUR TURISMO LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 500 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.859/98 empresa RAIMUNDO MARTINS BARBOSA NETO. Que foi aplicada à esta, multa de 1.700 UFIR'S por descumprimento ao art. 35 da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.836/98 da empresa JC DEDETIZAÇÃO LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 200 UFIR'S por descumprimento ao art. 14 da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.837/98 da empresa ELIANE XAVIER DA SILVA - ME. Que foi aplicada à esta, multa de 800 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso I da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.543/98 empresa FRANCISCO SEVERINO DA SILVA. Que foi aplicada à esta, multa de 300 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso I da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.781/98 da empresa AVELINO DA SILVA FILHO. Que foi aplicada à esta, multa de 300 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso I da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

RALCILENE SANTIAGO DA FROTA
Subsecretário

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº 41/98

O CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL - CDCA/DF, órgão paritário, deliberativo e controlador das ações de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, criado pelo Lei nº 234/92 e alterada pela Lei nº 518/93, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Alterar, excepcionalmente, o prazo fixado no Edital nº 39/98 do CDCA/DF, publicado no DODF de 25/9/98, relativo à inscrição de candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar da Região Administrativa de Santa Maria, que passa a ser do período de 05/10/98 à 21/10/98.

NEIDE VIANA CASTANHA
Presidente

EDITAL Nº 42/98

O CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL - CDCA/DF, órgão paritário, deliberativo e controlador das ações de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, criado pelo Lei nº 234/92 e alterada pela Lei nº 518/93, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Alterar, excepcionalmente, o prazo fixado no Edital nº 38/98 do CDCA/DF, publicado no DODF de 25/9/98, relativo à inscrição de candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar da Região Administrativa de Samambaia, que passa a ser do período de 05/10/98 à 23/10/98.

NEIDE VIANA CASTANHA
Presidente

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A CONTRATO

PROCESSO nº 040.003.049/98. PARTES: DF/SEFP X BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A. OBJETO: Re-ratificar o Contrato celebrado entre esta Secretaria e o Banco Mercantil do Brasil S/A., que tem por objeto a prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do Distrito Federal. DA RETIFICAÇÃO: 1.1 - O Contrato passa a ser denominado "Contrato nº 042/98-SEFP"; 1.2 - A Cláusula Décima Segunda passa a ter a seguinte redação: "DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total do Contrato é de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 19.101; II – Programa de Trabalho: 03007002185010001; III – Natureza de Despesa: 3.4.90.39; IV - Fonte de Recursos: 100. O empenho inicial é de R$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme Nota de Empenho nº 00518/98, emitida em 28/07/98, por estimativa, sob o evento 400091, pela Seção de Execução Orçamentária e Financeira/SEFP". VIGÊNCIA: O presente termo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração. DATA DA ASSINATURA: 25/08/98. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação com fulcro no "caput" do artigo 25 da Lei 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: Mário Tinoco da Silva, na qualidade de Secretário de Fazenda e Planejamento; Pela CONTRATADA: Mílton de Araújo, na qualidade de Diretor Presidente e Marco Antônio Andrade de Araújo, na qualidade de Diretor.

SUBSECRETARIA DA RECEITA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA

EDITAL N.º 14 – DRG-DAT/SUREC/SEFP DE 14 DE OUTOBRO DE 1998

A CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 29, inciso I, alínea "C", item 02, c/c o artigo 383, ambos do decreto n.º 18.955, de 22 de dezembro de 1997, DECLARA SUSPENSAS, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – CF/DF, as inscrições dos contribuintes, abaixo relacionados, por constatar a cessação de suas atividades nos locais para os quais foram inscritos. As suspensões ora declaradas produzirão efeitos a contar do 10º (décimo) dia da publicação do presente EDITAL e cessarão com a regularização da situação que motivou a presente suspensão ou, ainda, com o cancelamento das inscrições após 90 (noventa) dias, conforme art. 29, inciso II, alínea "d" e parágrafo 1º do mencionado Diploma Legal.

RAZÃO SOCIAL	CF/DF	CGC/CPF
ANTONIO CARLOS SANT' ANA DA SILVA ME	07383164/001-08	02418029/0001-13
APOLONIO & NOLASCO LTDA ME	07311018/001-71	00478164/0001-29
AUTO SOCORRO ALLADDIM LTDA ME	07383765/001-76	02448688/0001-00
B J P ALVES ME	07369141/001-79	01577178/0001-62
BEIJA FLOR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	07311015/001-00	37133600/0001-38
BERG COMERCIO DE MÓVEIS LTDA ME	07369794/001-85	01625807/0001-82
BRAZ & CIA LTDA ME	07387361/001-15	02642503/0001-96
C & S MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	07375292/001-08	01686144/0001-06
CLEUDIA INÁCIO DOS SANTOS MEDEIROS ME	07377086/001-51	02038455/0001-21
CONSTRUTORA 2000 LTDA	07387360/001-61	02642506/0001-20
DANIEL ALVES CARDOSO ME	07362435/001-60	01616572/0001-62
DEMETE SILVA DOS REIS GONÇALVES ME	07365156/001-86	01338158/0001-39
DROGARIA CRISTO REI LTDA ME	07358460/001-70	01041831/0001-74
EDSON PEREIRA OLIVEIRA	07355082/001-45	324797511-04
ELIZABETH MARTINS DA COSTA SANTOS	07380461/001-66	02188799/0001-17
ELMA LÚCIA ALVES DE SOUSA DE ANDRADE	07364467/001-64	538188491-53
EMA REGINA RAINHO	07374259/001-70	01948310/0001-03
ESCOLA DE DATILOGRAFIA E INFORMÁTICA FILADELFIA LTDA ME	07375568/001-02	02046624/0001-75
ESSE ENGENHARIA DE SERVIÇOS ENERGÉTICOS IND. E COM. LTDA	07321662/001-00	00520791/0001-80
FRANCINA NOGUEIRA SILVA	07360753/001-04	01172106/0001-35
FRIOCARNE LTDA	07382768/001-00	02399901/0001-23
G P ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	07360244/001-28	01158189/0001-08
ISMAEL C. DE ALMEIDA ME	07327700/001-29	26438283/0001-41
J I P DOS SANTOS AGROPECUÁRIA ME	07380686/001-02	02304997/0001-07
J. V. COMERCIO DE ARTEFATOS E CONCRETOS LTDA	07385256/001-50	02520637/0001-34
JOÃO ANTONIO CARDOSO ROMUALDO ME	07369793/001-21	72596059/0001-03
JOÃO PAULO DE SALES	07349278/001-94	72627425/0001-36
JOSÉ DAMIÃO SOARES DA SILVA ME	07359379/001-06	37054525/0001-10
JOSÉ GERALDO DA S GOMES	07380015/001-06	02277272/0001-69
JOSÉ TOBIAS TEIXEIRA ME	07370455/001-11	01770822/0001-14
L R DA SILVA ME	07371662/001-00	01797781/0001-50
LANA CRISTINA COSTA	07362499/001-52	480222091-04
LILA ROSIGNOLI PEREIRA ME	07380385/001-34	02290601/0001-01
LUCIZILIA MORENO GOMES	07382275/001-07	02373943/0001-95
MARIA ANUNCIADA DE OLIVEIRA MANASEK	07325776/001-10	339421291-91
MARIA DEUSANIRA PEREIRA GASPAR	07344792/001-05	221967651-04
MERCEARIA NAUM LTDA ME	07340923/001-02	38071338/0001-07
MITSU ELETRONICA LTDA ME	07309696/001-40	38010625/0001-07
MOREIRA DE MELO REPRESENTAÇÕES LTDA ME	07381205/001-69	02093921/0001-71
NEWTON BARBOSA DA CONCEIÇÃO	07353698/001-81	00728207/0001-87
OLGA MARIA TEIXEIRA SANTANA ME	07382620/001-58	02393201/0001-21
ÓPITCA ALTERNATIVA COMÉRCIO DE ÓCULOS LTDA	07347890/001-04	38049185/0001-00
PADARIA E LANCHONETE FRI LTDA ME	07343643/001-66	38032405/0001-84
PALIUM VEÍCULOS LTDA	07371878/001-40	01880380/0001-69
PANIFICADORA S & R LTDA	07347335/001-28	72574759/0001-99
PHOENIX DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA ME	07308291/001-01	37140217/0001-07
PIRES ARAÚJO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	07354261/001-47	00771450/0001-88
RAIMUNDO MEIRELES ALVES ME	07371264/001-68	01802323/0001-61
RR MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME	07381988/001-44	02361337/0001-50
SELMA CRISTINA RODRIGUES GALHARDO ME	07384479/001-55	02486367/0001-92
SILVANIRA MOURA	07326263/001-53	296095181-68
STM TINTAS LTDA ME	07385225/001-63	02520024/0001-05
T S RIBEIRO ME	07375727/001-33	01914085/0001-86
TIGRÃO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	07329010/001-78	37053030/0001-76

SISLENE DE SOUZA DIAS

EDITAL Nº 15 – DRG/DAT/SUREC/SEFP, DE 15 DE OUTUBRO 1998

A CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA, DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, fundamentada no art. 29, inciso II alínea "d" e no artigo 383 do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, DECLARA CANCELADAS, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – CF/DF, as inscrições dos contribuintes abaixo relacionados, por constatar a cessação de suas atividades nos locais para os quais foram inscritos, tornando público, em consequência, a inidoneidade das notas fiscais emitidas por esses contribuintes, nos termos do art. 153, parágrafo 1º, inciso VI, alínea 'a' do mencionado Decreto.

RAZÃO SOCIAL: A L RIZZI MERCEARIA ME
CF/DF : 07373128/001-11 CGC: 01860981/0001-00
ENDEREÇO : QDA 113 CONJ. 10 LOTE 01 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. : UNICONT SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA

RAZÃO SOCIAL: ADHEMAR MANGUEIRA SILVA ME
CF/DF : 07351316/001-49 CGC: 72596497/0001-63
ENDEREÇO : QDA 103 CONJ. 21 LOTE 23 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: ANACLETO OLIVEIRA SOARES ME
CF/DF : 07358880/001-00 CGC: 72639024/0001-04
ENDEREÇO : QDA 106 CONJ. 01 LOTE 09 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: ANDRE EDUARDO FELISBINO
CF/DF : 07360331/001-58 CGC: 01088720/0001-13
ENDEREÇO : QDA 15 LOTE 01 SETOR LESTE COMERCIAL GAMA-DF
CONTADOR RESP. : OZIAS VIEIRA DA SILVA

RAZÃO SOCIAL: ASK EMBALAGENS LTDA ME
CF/DF : 07358167/001-49 CGC: 00947964/0001-41
ENDEREÇO : QR 307 CONJ. 04 LOTE 15 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: BESERRA & SARAIVA LTDA ME
CF/DF : 07305940/001-96 CGC: 38007241/0001-35
ENDEREÇO : QDA 38 LOTE 16 ST. LESTE COMERCIAL GAMA-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: CASA DE CARNE J. O . LTDA ME
CF/DF : 07327569/001-18 CGC: 38035614/0001-81
ENDEREÇO : PRAÇA 01 BL. A LT. 07 LJ. B ST. SUL GAMA-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: CASSIA MARIA ALVES DE ARAÚJO ME
CF/DF : 07377761/001-42 CGC: 02028327/0001-05
ENDEREÇO : QDA 38 LOTE 09 ST. LESTE COMERCIAL GAMA-DF
CONTADOR RESP. : MARIA DE FÁTIMA DE JESUS

RAZÃO SOCIAL: CÉLIA XIMENES MELO ME
CF/DF : 07378487/001-83 CGC: 02216180/0001-79
ENDEREÇO : QDA 203 CONJ. 11 LOTE 15 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: CLAUDIA BONFIM ALMEIDA E COMPANHIA LTDA ME
CF/DF : 07358082/001-24 CGC: 72638752/0001-93
ENDEREÇO : QDA 308 CONJ. 13 CASA 04 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: CLUBE MAGNUM DE VÍDEO GAME LTDA ME
CF/DF : 07314478/001-70 CGC: 26976621/0001-07
ENDEREÇO : QDA 39 LOTE 13 SALA 03 ST. CENTRAL COMERCIAL GAMA-DF
CONTADOR RESP. : ALBERTINO SERAFIM DE LIMA

RAZÃO SOCIAL: COMERCIAL DE ALIMENTOS CINCO ESTRELAS LTDA ME
CF/DF : 07349792/001-39 CGC: 38067534/0001-08
ENDEREÇO : QDA 306 CONJ. 08 LOTE 01 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: COMERCIAL MENEZES LTDA
CF/DF : 07322223/001-60 CGC: 24937286/0001-02
ENDEREÇO : QDA 303 CONJ. 02 LOTE 01 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. : AGENDA ASSESSORIA CONTÁBEL LTDA

RAZÃO SOCIAL: EDER LUIZ BERNARDI
CF/DF : 07352020/001-81 CGC: 00604672/0001-06
ENDEREÇO : QI 03 LOTE 260 ST. LESTE INDUSTRIAL GAMA-DF
CONTADOR RESP. : OZIAS VIEIRA DA SILVA

RAZÃO SOCIAL: EMPRESA DE REFORMA DE CONSTRUÇÕES FIEL LTDA
CF/DF : 07314413/001-24 CGC: 00700658/0001-06
ENDEREÇO : QDA 06 LOTE 19 LJ. 03 ST. SUL GAMA-DF
CONTADOR RESP. : RONEY PINTO DE ARAÚJO

RAZÃO SOCIAL: FRIGOESTE COMERCIAL & REPRESENTAÇÃO DE CARNES LTDA
CF/DF : 07320579/001-78 CGC: 63767770/0001-01
ENDEREÇO : ÁREA ESP. 20/21 SL. 138 LD. OESTE ST. CENTRAL GAMA-DF
CONTADOR RESP. : OZIAS VIEIRA DA SILVA

RAZÃO SOCIAL: GAMA BATERIAS LTDA
CF/DF : 07360376/001-04 CGC: 01194907/0001-00
ENDEREÇO : QI 07 LOTE 460 LJ. 01 ST. INDUSTRIAL GAMA-DF
CONTADOR RESP. : D'AVILA ASSESSORIA AUDITORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL S/C LTDA

RAZÃO SOCIAL: GEOVA RIBEIRO DOS SANTOS ME
CF/DF : 07370632/001-32 CGC: 01734717/0001-20
ENDEREÇO : QDA 307 CONJ. 12 LOTE 10 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: H G COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME
CF/DF : 07359848/001-98 CGC: 38057881/0001-50
ENDEREÇO : QR 216 CONJ. B LOTE 22 SANTA MARIA-DF
CONTADOR RESP. : WANDERLEY GOMES DA SILVA

RAZÃO SOCIAL: HIDELGARD ARAGÃO E VASCONCELOS E CIA LTDA ME
CF/DF : 07339054/001-95 CGC: 38066361/0001-03
ENDEREÇO : QDA 105 CONJ. 08 LOTE 05 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: JORGE LUIZ QUEIROZ DOS SANTOS ME
CF/DF : 07301999/001-04 CGC: 01583384/0001-85
ENDEREÇO : QDA 16 LOTE 09 LJ A ST. OESTE GAMA-DF
CONTADOR RESP. : JOÃO NUNES DA SILVA

RAZÃO SOCIAL: LUANA AUTOMÓVEIS LTDA
CF/DF : 07373981/001-05 CGC: 02011797/0001-58
ENDEREÇO : QDA 03 CONJ. A LOTE 02 ST. SUL GAMA-DF
CONTADOR RESP. : STRONGER CONTABILIDADE S.C LTDA

RAZÃO SOCIAL: LUIZ GOMES TEIXEIRA ME
CF/DF : 07371839/001-15 CGC: 01692280/0001-09
ENDEREÇO : QDA 203 CONJ. 03 LOTE 15 RECANTO DAS EMAS
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: LUIS FERNANDO FERREIRA
CF/DF : 07362247/001-41 CGC: 01292031/0001-26
ENDEREÇO : PROJ. 09 SALA 314 ED GAMA OFFICE CENTER ST. CENTRAL GAMA-DF
CONTADOR RESP. : OZIAS VIEIRA DA SILVA

RAZÃO SOCIAL: LUIZ GUERREIRO ME
CF/DF : 07370453/001-04 CGC: 01784392/0001-90
ENDEREÇO : QDA 300 CONJ. 02 LOTE 14 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: M. M. DE SOUSA SILVA MERCADO ME
CF/DF : 07377265/001-80 CGC: 02130116/0001-70
ENDEREÇO : QDA 405 CONJ. 21 LOTE 09 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: MADEIREIRA SALDANHA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CF/DF : 07342378/001-35 CGC: 38041844/0001-53
ENDEREÇO : QDA 115 CONJ. 01 LOTE 06 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. : JOACY ANTONIO VIEIRA

RAZÃO SOCIAL: MANOEL MARIA DE OLIVEIRA ME
CF/DF : 07357848/001-35 CGC: 72581804/0001-32
ENDEREÇO : QDA 32 CONJ. 04 LOTE 17 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SOUZA ME
CF/DF : 07353510/001-40 CGC: 00674033/0001-17
ENDEREÇO : QDA 108 CONJ. 08 LOTE 03 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA SILVA ME
CF/DF : 07347534/001-45 CGC: 72603020/0001-68
ENDEREÇO : QDA 08 LOTE 09 LOJA A ST OESTE GAMA-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: MARIA LUCIA SIQUEIRA BRAS ME
CF/DF : 07336508/001-85 CGC: 24934713/0001-90
ENDEREÇO : QDA 09 LOTE 32 ST. LESTE GAMA-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: MASSAS ALIMENTÍCIAS CAICO LTDA
CF/DF : 07366580/00166 CGC: 01404019/0001-66
ENDEREÇO : QDA 104 CONJ. 01 LOTE 17 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. : JOSÉ PEREIRA FILHO

RAZÃO SOCIAL: MERCADINHO J C LTDA ME
CF/DF : 07353125/001-11 CGC: 72625866/0001-07
ENDEREÇO : QDA 111 CONJ. 01 LOTE 07 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: MERCEARIA BOM GOSTO LTDA ME
CF/DF : 07351571/001-19 CGC: 38070421/0001-61
ENDEREÇO : QDA 110 CONJ. 03 LOTE 06 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: PANIFICADORA & MERCADO TORRES E OLIVEIRA LTDA ME
CF/DF : 07367799/001-09 CGC: 01648214/0001-31
ENDEREÇO : QDA 38 LOJA 09 ST. LESTE GAMA-DF
CONTADOR RESP. : MARIA DE FÁTIMA DE JESUS

RAZÃO SOCIAL: PRADO VEÍCULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
CF/DF : 07308287/001-80 CGC: 37169695/0001-40
ENDEREÇO : QI 05 LTS 540/560 ST. LESTE INDUSTRIAL GAMA-DF
CONTADOR RESP. : MURILO VIEIRA DA COSTA

RAZÃO SOCIAL: RABELO REFORMAS E REVESTIMENTOS DE PISOS E PAREDES LTDA
CF/DF : 07310906/001-12 CGC: 37145257/0001-41
ENDEREÇO : QDA 06 LOTE 09 SALA 06 ST. OESTE GAMA-DF
CONTADOR RESP. : ROSLEI PROCESSAMENTOS TÉCNICOS CONTÁBEIS LTDA

RAZÃO SOCIAL: REALEZA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA ME
CF/DF : 07343978/001-84 CGC: 72597917/0001-26
ENDEREÇO : QDA 303 CONJ. 09 LOTE 03 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. : UNICONT SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA

RAZÃO SOCIAL: REINALDINA RODRIGUES PAIXÃO ME
CF/DF: 07363860/001-02 CGC: 38063111/0001-10
ENDEREÇO : QDA 103 CONJ. 10 LOTE 22 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: SAULO SANTOS COELHO ME
CF/DF : 07358381/001-87 CGC: 01052522/0001-08
ENDEREÇO : QDA 102 CONJ. 17 CASA 17 PARTE RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: SERGIO DOS SANTOS
CF/DF : 07360808/001-87 CGC: 01026971/0001-73
ENDEREÇO : QI 04 LOTE 1160 ST. INDUSTRIAL GAMA-DF
CONTADOR RESP. : OZIAS VIEIRA DA SILVA

RAZÃO SOCIAL: SUPERMERCADO GUEDES LTDA
CF/DF : 07353703/001-38 CGC: 72640709/0001-62
ENDEREÇO : QDA 302 CONJ . 09 LOTE 03 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. : EDER RAUL GOMES DE SOUSA

RAZÃO SOCIAL: SUPERMERCADO REIS LTDA ME
CF/DF : 07353496/001-01 CGC: 00578201/0001-70
ENDEREÇO : QDA 104 CONJ. 15 LOTE 04 RECANTO DAS EMAS-DF
CONTADOR RESP. :

RAZÃO SOCIAL: UNIPORT COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CF/DF : 07353066/001-18 CGC: 24908436/0001-41
ENDEREÇO : BR 060 KM 25,6 GAMA-DF
CONTADOR RESP. : D M CONTADORES E AUDITORES ASSOCIADOS LTDA

SISLENE DE SOUZA DIAS

DIVISÃO DA RECEITA DE TAGUATINGA

EDITAL Nº 50-DRT/DAT/SUREC/SEFP, DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

A CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DE TAGUATINGA, DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇAO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista as atribuições que lhe confere o disposto nos art. 29, inciso II, alínea "d" e art. 32, ambos do Decreto n° 18.955 de 22 de dezembro de 1997, TORNA SEM EFEITO a parte do EDITAL N° 14-DRT/DAT/SUREC/SEFP, de 13 de abril de 1998, publicado no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL N° 075 de 23 de abril de 1998, em que DECLARAVA CANCELADA a inscrição no CF/DF da empresa abaixo relacionada:

RAZÃO SOCIAL: *JJS REPRESENTAÇÃO LTDA*
CF/DF: 07.370.128/001-32 CGC/MF: 01.663.253/0001-08
ENDEREÇO: QR 415 CONJ 06 CASA 16 SAMAMBAIA
CONTADOR RESP.: ELIO ALVES MELO

JAMIRA LIMA BARBOSA BRANDÃO

EDITAL Nº 51-DRT/DAT/SUREC/SEFP, DE 15 DE OUTUBRO DE 1998

A CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DE TAGUATINGA, DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 29, inciso II, alínea "e" e no art. 383 , do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, DECLARA CANCELADA, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF, a inscrição do contribuinte abaixo relacionado, por haver transitado em julgado a sentença declaratória de sua FALÊNCIA, tornando público, em conseqüência, a inidoneidade das notas fiscais emitidas por este contribuinte, nos termos do art. 153, § 1º, Inciso VI, alínea "a" do mencionado Decreto.

RAZÃO SOCIAL: CENTRO DE ENSINO SILVEIRA CRUZ LTDA
CF/DF: 07.313.923/001-20 CGC/MF: 26.985.093/0001-44
ENDEREÇO: C 08 LOTE 21 LOJAS 01 E 02 E SOBRELOJA TAGUATINGA
CONTADOR RESP.: ROSLEI PROCESSAMENTOS TÉCNICOS CONTÁBEIS LTDA

JAMIRA LIMA BARBOSA BRANDÃO

BANCO DE BRASÍLIA S.A
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Contratada: BOLONINI SEGURANÇA LTDA. Objeto: Prestação de Serviços de vigilância armada para a Agência São Paulo. Contrato: DIRAD/DESEG-96/088 - II TERMO ADITIVO. Vigência: 12(doze) meses a partir de 03.01.99. Assinatura: 19.10.98. Valor: R$ 85.049,16 (oitenta e cinco mil quarenta e nove reais e dezesseis centavos). Licitação: Convite DIRAD/CPLIC 96/037. Processo: 443/96.

Contratada: AMERICAN BANK NOTE COMPANY GRÁFICA E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Prestação de serviços de confecção, magnetização, embossamento, envelopamento, produção de encarte e expedição do cartão BRB-Rapidinho. Contrato: DIRAD/DESEG-96/086 - II TERMO ADITIVO. Vigência: 12 (doze) meses a partir de 15.01.99. Assinatura: 16.10.98. Licitação: Tomada de Preços DIRAD/DESEG 96/032. Processo: 433/96.

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 23/98

A Comissão Permanente de Licitação do BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público o resultado do julgamento da habilitação da Tomada de Preços DIRAD/CPLIC nº 023/98 - Empresas habilitadas: VAF CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA., L/BRASIL CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA., DIÂMETRO CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA., CONSTRUTORA ATLANTA LTDA. e ENGECOL PROJETOS E EDIFICAÇÕES LTDA. Empresas inabilitadas: PLANAIR COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA., PW ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA, ENGEMAXI ENGENHARIA LTDA. MN ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., CONSTRUTORA MONTE EVEREST LTDA., ALMEIDA FRANÇA ENGENHARIA LTDA., ROCHA BRESSAN ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Os autos do Processo 041.000.366/98 encontram-se com vista franqueada no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 14º andar, Brasília/DF, no horário de 10 às 16 horas,

WASHINGTON PAULO DE JESUS
Presidente da CPLIC

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7/98

A Comissão Permanente de Licitação do BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público o julgamento da Tomada de Preços DIRAD/CPLIC nº 007/98. Empresa vencedora: OMNI EMPRESA DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E DESCARTÁVEIS LTDA. Os autos do Processo 041.000.143/98 encontram-se com vista franqueada no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 14º andar, Brasília/DF, no horário de 10 às 16 horas,

WASHINGTON PAULO DE JESUS
Presidente da CPLIC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 5/98
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 2/96

PROCESSO: 030.006488/98 PARTES: DF/SE X FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. OBJETO: Prestação de Serviços de Aplicação do Curso de Especialização em Informática na Educação, nível "lato sensu", com 360 horas, para 30 professores da FEDF. DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato é de 80 dias, a partir da data da assinatura, até 31.12.98. DATA DE ASSINATURA: 13/10/98. DO VALOR: O valor global do contrato é de R$ 79.300,00 (setenta e nove mil e trezentos reais). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: U.O.: 18.901; Programa de Trabalho: 08.042.0188.2232-0001; Natureza da Despesa: 3.4.90.39-28; Fonte de Recursos: 132. Nota de Empenho nº 518/98, no valor de R$ 79.300,00 (setenta e nove mil e trezentos reais), emitida em 02/10/98, na modalidade Global, sob o evento nº 40.00.91. DO REGISTRO: Para eficácia do contrato, deverá o mesmo ser registrado pela Procuradoria Geral do Distrito Federal e Publicado no Diário Oficial do Distrito Federal. FUNDAMENTO LEGAL: Conforme Dispensa de Licitação, baseada no Inciso V do Art. 24, c/c o Art. 26, da Lei nº 8.666, de 21.06.93. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTONIO IBAÑEZ RUIZ, na qualidade de Secretário de Educação, pela Contratada: LAURO MORHY, na qualidade de Presidente da Fundação.

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

RESULTADO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 216/98

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que foi **negado provimento** aos recursos interpostos pelas empresas FRANCISCO ALVES DE MOURA LTDA; CLIMÁTICA ENGENHARIA LTDA e IMOSA LTDA contra suas inabilitações referente a licitação aberta na modalidade de Tomada de Preços 216/98, proc. 061.004451/98. Comunica ainda que a presente licitação foi **revogada** por determinação do Senhor Presidente da FHDF.

Brasília, 20 de outubro de 1998
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

RESULTADO DE JULGAMENTO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público o resultado de julgamento da licitação em epígrafe:

CONVITE

EDITAL Nº 423/98

Vencedora/Item

BAUMER S/A - 01

Brasília, 20 de outubro de 1998
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO
CARTA-CONVITE Nº 9/98

PROCESSO: 030.007.665/98 – SECRAS
OBJETO: Aquisição de material de expediente (toner, fita adesiva, corretor líquido, papel adesivo) para a Secretaria da Criança e Assistência Social.
DATA: 30/10/98 HORÁRIO: 10:00 horas

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, comunica a quem interessar que estará realizando licitação na modalidade Convite, para a aquisição dos materiais supracitados, na data e horário acima referidos. Os editais estarão à disposição dos interessados no 4º andar do Anexo do Palácio do Buriti, na sala 425, no horário de 09:30 às 12:30 e de 14:30 às 18:30 horas. Para retirar o edital é necessário o Carimbo da Empresa, e a apresentação de cópia do Certificado de Registro Cadastral emitido por órgão ou entidade pública, devendo o mesmo conter em seu corpo, dados que permitam a identificação do ramo de atividade da empresa.

Brasília, 16 de outubro de 1998

EDNETE RODRIGUES BEZERRA
Presidente da CPL/

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 16/98

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

COMISSÃO, torna público aos interessados o resultado da licitação em epígrafe, ficando vencedora a empresa TH ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/98

A COMISSÃO, torna público aos interessados o resultado da licitação em epígrafe, ficando vencedora a empresa CONAN CONSTRUTORA AMÉRICA LTDA.

Brasília, 19 de outubro de 1998
ITIBERÊ ERNESTO O. RIBEIRO JUNIOR
Presidente da CPL

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA

Torna Público que requereu ao IEMA/SEMATEC a renovação da sua Licença de Operação, por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, para a atividade de captação de água no Córrego Riacho Fundo, na altura da ponte do Zoológico, para irrigação do balão do Aeroporto, em Brasília/DF.

Brasília, 19 de outubro de 1998

OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR
Presidente

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 24/98

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB, através da Comissão de Licitação de Serviços-CLS, situada no Setor de Grandes Áreas Sul - SGAS - Q.904 - Bl. "A" - Sala 21, torna público o resultado do julgamento da habilitação da Concorrência nº 024/98-CEB, para contratação de serviços de manutenção de emergência em redes de distribuição rural e urbana, onde foram consideradas **HABILITADAS** as empresas ENGELUX ENGENHARIA LTDA., ETE – ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE S/A., AGETEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., ENCOM ENGENHARIA LTDA., DELTA ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., COMAR CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA., CALE ENGENHARIA LTDA., DANLUZ ELETRICIDADE E CONSTRUÇÕES LTDA., e **INABILITADA** a empresa ARCA ELETRON E ELETRIFICAÇÃC LTDA., conforme Relatório de Julgamento de Habilitação, constante do Processo, que se encontra a disposição dos interessados em poder da Comissão de Licitação de Serviços-CLS, durante o horário comercial.

Brasília, 19 de outubro de 1998
JOSÉ CARLOS ERVILHA RODRIGUES
Presidente da Comissão

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que REQUEREU do IEMA/SEMATEC a Licença Prévia, para a atividade de perfuração e instalação de poço tubular profundo na localidade de: Condomínio Residencial Santa Maria - RA de Santa Maria-DF.

Brasília, 21 de outubro de 1998.
MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO
Presidente

EDITAL Nº 11-CAESB/2, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998
CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE ANALISTA OPERACIONAL

O Diretor Administrativo da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - Caesb torna pública a convocação para avaliação médica pré-admissional, em obediência aos subitens 11.13 e 11.15 do Edital nº 1/97-Caesb/2, publicado no DODF de 17/07/97, dos candidatos ao cargo de Analista Operacional/Atividade: Engenharia Civil ou Sanitária (opção 209).

1. Convocação dos candidatos ao cargo de Analista Operacional na seguinte ordem: local, período, horário, número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação.
Local: Companhia de Água e Esgotos de Brasília – Caesb, Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SCS Quadra 4, Bloco "A", números 67/97, Ed. Caesb, 1º andar – Brasília – DF.
Período: 21 a 27 de outubro de 1998 (dias úteis).
Horário: das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.
00144. Viviane Azzolin de Carvalho Pires / 00040, Alan de Oliveira Lopes.

FÁBIO RESENDE DA SILVA

EDITAL Nº 13-CAESB/3, DE 20 DE OUTUBRO DE 1998
CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE TÉCNICO OPERACIONAL

O Diretor Administrativo da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - Caesb torna pública a convocação para avaliação médica pré-admissional, em obediência aos subitens 9.14 e 9.16 do Edital nº 1/97-Caesb/3, publicado no DODF de 17/07/97, do candidato ao cargo de Técnico Operacional/Atividade: Saneamento (opção 303).
1. Convocação do candidato ao cargo de Técnico Operacional/Atividade: Saneamento (opção 303) na seguinte ordem: local, período, horário, número de inscrição e nome do candidato.
Local: Companhia de Água e Esgotos de Brasília – Caesb, Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SCS Quadra 4, Bloco "A", números 67/97, Ed. Caesb, 1º andar – Brasília – DF.
Período: 21 a 27 de outubro de 1998 (dias úteis).
Horário: das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h
00100, Iodesvaldo Garcia da Silva.

FÁBIO RESENDE DA SILVA

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 16/98.

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que realizará o Convite nº CVO - 016/98-CAESB para implantação de redes de água na QS 05 de Águas Claras (2ª etapa), em Taguatinga, Distrito Federal.
Data de realização: 29 de outubro de 1998, às 15:00 horas.
Os editais poderão ser consultados na Tesouraria da CAESB, no Térreo do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºS 67/97, em Brasília - Distrito Federal, e adquiridos mediante apresentação do CRC da NOVACAP e recolhimento prévio de R$ 65,00 para cada edital, na mesma Tesouraria. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (061) 325-7122 e do fax (061) 325-7340.

Brasília, 19 de outubro de 1998.

TOMADA DE PREÇOS Nº 91/98

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que realizará a Tomada de Preços nº TP - 091/98-CAESB para execução de obras de implantação de rede de distribuição de água potável no Guará II QE 36, Conjunto B/C e Conjunto D/E; Setor Policial Sul; SMPW Quadra 17 Conjuntos 15 e 16 e Taguatinga Sul QSC 13 e 15, no Distrito Federal.
Data de realização: 05 de novembro de 1998, às 15:00 horas.
Os editais poderão ser consultados na Tesouraria da CAESB, no Térreo do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºS 67/97, em Brasília - Distrito Federal, e adquiridos mediante o recolhimento prévio de R$ 100,00 para cada edital, na mesma Tesouraria. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (061) 325-7122 e do fax (061) 325-7340.

Brasília, 16 de outubro de 1998.

TOMADA DE PREÇOS Nº 92/98

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que realizará as Tomadas de Preços nºs TP - 092/98 e 093/98-CAESB, como segue:
Tomada de Preços nº TP - 092/98 para contratação de empresa para encaminhamento à CAESB, de estagiários (estudantes de formação profissional de estabelecimento de ensino superior).
Data de realização: 10 de novembro de 1998, às 09:00 horas.
Tomada de Preços nº TP - 093/98 para aquisição de peças e acessórios para caminhões Volkswagen, para veículos leves Volkswagen e para veículos Fiat.
Data de realização: 10 de novembro de 1998, às 15:00 horas.
Os editais poderão ser consultados na Tesouraria da CAESB, no Térreo do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºS 67/97, em Brasília - Distrito Federal, e adquiridos mediante o recolhimento prévio de R$ 10,00 para cada edital, na mesma Tesouraria. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (061) 325-7122 e do fax (061) 325-7340.

Brasília, 19 de outubro de 1998.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 87/98

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que a Tomada de Preços nº TP - 087/98-CAESB , para execução de uma estação compacta de tratamento de esgotos sanitários na cidade de Águas Claras - RA III, no Distrito Federal, marcada anteriormente para o dia 06 de novembro de 1998, às 09:00 horas, foi prorrogada para o dia 23 de novembro de 1998, no mesmo horário e local, por razões de alterações procedidas no Edital, as quais se encontram a disposição dos interessados na Assessoria de Licitações da CAESB.

Brasília, 20 de outubro de 1998
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE TRANSPORTES

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 2/98

Objeto: Concessão de Obra Pública, Consistente no Planejamento, Elaboração do Projeto Executivo, Implantação, Construção e Operação de Um Sistema Integrado de Estacionamentos Rotativos de Superfície e Subterrâneos, no Setor Comercial Sul, com Exploração Comercial dos Referidos Estacionamentos Mediante Cobrança de Tarifa.

Recebimento das Propostas: Dia 09 de dezembro de 1.998, das 15 às 16 horas.
OBS.: Deverá ser recolhido na Tesouraria/DER/DF, valor referente a aquisição do edital.
Local de obtenção do edital: Núcleo de Compras/DMS, Edifício Sede do DER/DF, 1º andar, localizado no SAIN, Lote "C", em Brasília - DF.
O aviso deste edital será publicado na edição do "Diário Oficial do Distrito Federal a partir do dia 20-10-1998".

Brasília, 19 de outubro de 1998
SAMUEL DIAS JÚNIOR
Presidente da Comissão Especial de Licitação

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DA SEGUNDA APOSTILA AO CONTRATO Nº 56/97

PROCESSO Nº 113.002.593/97 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e TRANSTERRA DE BRASÍLIA LTDA. - OBJETO: Prorroga o prazo de execução por 30 (trinta) dias e estende a vigência contratual para 30.11.98. - DATA DA ASSINATURA: 18.09.98.

EXTRATO DA QUINTA APOSTILA AO CONTRATO Nº 54/97

PROCESSO Nº 113.002.763/97 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e EWEC CONSTRUÇÕES LTDA. - OBJETO: Prorroga o prazo de execução por 40 (quarenta) dias devendo encerrar-se em 08.11.98, consoante pedido expresso do Executor do Contrato e estende a vigência contratual para 31.12.98. - DATA DA ASSINATURA: 28.09.98.

EXTRATO DA SEXTA APOSTILA AO CONTRATO Nº 9/98

PROCESSO Nº 113.003.985/97 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e URBRÁS - URBANIZAÇÃO E PREMOLDADOS LTDA. - OBJETO: Prorroga o prazo de execução por 20 (vinte) dias, com encerramento previsto para 04.11.98, estendendo em consequência a vigência contratual para 31.12.98, consoante pedido do Executor do contrato. - DATA DA ASSINATURA: 14.10.98.

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 117/98

Tornamos público o resultado do julgamento das propostas referente ao Convite supracitado. Empresas vencedoras: - *INFORMATIC COMÉRCIO E RREPRESENTAÇÕES LTDA* - itens: 01, 02, 04, 06 a 09 e 15 a 19, no valor de R$ 10.807,10 (dez mil, oitocentos e sete reais e dez centavos); *DAHER INFORMÁTICA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA* - itens: 05, 10 a 14, no valor de R$ 3.684,00 (dez mil, sseiscentos e oitenta e quatro reais); *PHELIPE INFORMÁTICA LTDA* - itens: 03 e 20, no valor de R$ 5.188,00 (cinco mil, cento e oitenta e oito reais).

Brasília, 19 de outubro de 1998.
CLAUBER SANTOS CAMPELLO
Comissão Julgadora Permanente
Presidente

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DIVISÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS

AVISO DE ADIAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 40/98

Objeto: DF-035(EPCV): Duplicação da Rodovia
Informamos que por conveniência administrativa fica adiada a data de abertura para o dia 27 de outubro de 1.998, às 09:00 horas.
Este aviso será publicado na edição do "Diário Oficial do Distrito Federal a partir do dia 21-10-1998".

Brasília, 20 de outubro de 1998
CÉLIA MARIA SIQUEIRA LEAL
Chefe da Divisão

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 38/98-CPL (*)

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL - DMTU/DF, torna público o resultado do procedimento licitatório da Convite n.º 38/98, objetivando prestação de serviços de manutenção, preventiva e corretiva de máquina de Chanceladora de propriedade do DMTU/DF, declarando vencedora a empresa CENTERMAQ - SERVIÇOS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.. Valor total a ser adjudicado é de R$ 5.520,00 (Cinco mil quinhentos e vinte reais). O processo nº 096/004.782/98 está à disposição dos interessados para vistas, na Comissão Permanente de Licitação - CPL, no horário de 09:00 às 12:00 horas e de 14:30 às 17:00 horas no endereço: SCS, Quadra 04, Bloco "A", lotes nº 106/136, Edifício FACEB II, 3º andar, sala 310, Brasília-DF.

Brasília, 15 de outubro de 1998
ANA CRISTINA AFONSO LOPES
Presidente da CPL.

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 198, de 19.10.98, pág. 21.

SECRETARIA DE AGRICULTURA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº11/98

PROCESSO:0030-007897/98
TIPO: Menor Preço
OBJETO: Locação de 01(uma) máquina copiadora.
DATA DA ABERTURA: 29/10/98 HORÁRIO: 16:00 hS.
LOCAL: Edifício Anexo do Palácio do Buriti 14º andar sala 1414.
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, à abertura do Convite em epígrafe, na data, horário e local indicados no preâmbulo. O edital poderá ser obtido na Secretaria de Agricultura. no Edifício Anexo do Palácio do Buriti 14º andar sala 1418, nos dias úteis, das 09:00 as 12:30 Hs e 14:30 as 18:00 Hs. Outras informações pelos telefones 061-226-8775 e 213-6474.

Brasília, 20 de outubro 1998.
EDENIA LUCAS DE PAIVA
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONVITE Nº 47/98

PROCESSO Nº: 056.000.451/98

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR PARA O CURSO DE OPERADOR DE MICRO (WINDOWS 95/WORD/EXCEL)

À CPL torna público aos interessados o resultado de julgamento das propostas referente ao Convite supramencionado, sagrando-se vencedor(es) o(s) licitante(s):
- VILDEMAR ALVES DOS SANTOS

CONVITE Nº 44/98

PROCESSO Nº: 056.000.447/98

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR PARA O CURSO DE PINTOR DE OBRAS

À CPL torna público aos interessados o resultado de julgamento das propostas referente ao Convite supramencionado, sagrando-se vencedor(es) o(s) licitante(s):
- MILTON GONÇALVES DOS SANTOS

Brasília, 19 de outubro de 1998

DÊNIA VIEIRA VALÉRIO
Presidente em exercício da CPL

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/98

Objeto: Locação de um sistema reprográfico, com máquinas novas, para fornecimento de cópias de documentos dc CBMDF.
A CPL/98 – CBMDF, informa o resultado da licitação em epígrafe, conforme tabela abaixo:

FIRMA VENCEDORA	ITENS	VALOR
DANKA DO BRASIL LTDA	01 a 04	9.245,00
XEROX DO BRASIL LTDA	05	1.331,00

Brasília-DF, 19 DE OUTUBRO DE 1998
RICARDO TELMO SIEIRO SOARES - TC QOMB/Comb
Diretor

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/98
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 4/96
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO N.º 054.000.153/98 – PARTES: DF/PMDF x HELICÓPTEROS DO BRASIL S/A - HELIBRAS. OBJETO: A prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondente a manutenção de 2º e 3º escalão para o helicóptero "Esquilo HB-350B" prefixo PP-FSP, tombamento nº GDF/SEP 37-56003, pertencente a Corporação, conforme a seguir: Inspeção de 100, 500 e 2500 horas, célula e motor (mão-de-obra e vôo teste); inspeção de 03 (três) e 12 (doze) meses de bateria (calendárica); de transponder (calendárica); de arranque gerador (hora, revisão geral); do estojo de primeiros socorros (calendárica); manual de manutenção (IAM, calendárica); de extintor de incêndio (pesagem, calendárica); troca de parafusos de fixação da estrela por TLV (tempo limite de vida); da correia da bomba hidráulica por TLV; das escovas do arranque gerador (on condition); da estrela por TLV; da proteção de inox do bordo de ataque das pás do rotor principal (on condition); do platô do rotor de cauda (cumprimento de boletim de serviço); cadmiação dos parafusos do mancal esférico (on condition); aplicação da TU-183 no FCU (cumprimento de boletim de serviço); transformação do helicóptero do modelo "B" para "BA" (melhoramento) e homem hora de mecânico para correção de discrepâncias não previstas nas inspeções programadas (a serem orçadas e faturados caso a caso, com a prévia aprovação da contratante). VALOR TOTAL: R$ 616.000,00 (seiscentos e dezesseis mil reais). PROGRAMA DE TRABALHO: 6007002185010001. FONTE DE RECURSOS: 130000004. U.O.: 24103. NATUREZA DA DESPESA: 349039. NOTA DE EMPENHO Nº 0331/98, emitida em 03.04.98, sob o evento 400091, por estimativa, no valor de R$ 100,00 (cem reais). BASE LEGAL: Tomada de Preços nº 024/98-CPL/PMDF. VIGÊNCIA: a partir da assinatura até 31.12.98, permitida a prorrogação. ASSINATURA: 09.04.98. SIGNATÁRIOS: ANÍBAL PERSON NETO - CEL QOPM, Comandante-Geral da PMDF e MICHEL YVES JEAN-PIERRE MEYLAN, LUIZ EDUARDO GURGEL MAUAD, Diretor Superintendente e Diretor de Apoio ao Cliente, respectivamente.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/98
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 9/96
AQUISIÇÃO DE BENS

PROCESSO N.º 054.000.386/98 – PARTES: DF/PMDF x HELICÓPTEROS DO BRASIL S/A - HELIBRAS. OBJETO: Aquisição de peças e acessórios para o helicóptero "Esquilo HB-350B", prefixo PP-FSP, tombamento nº GDF/SEP 37-56003, pertencente a Corporação, que necessitem ser substituídas, por ocasião das inspeções programadas, por vencimento de TBO/TLV ou por discrepâncias surgidas ao longo do ano. VALOR TOTAL: R$ 616.000,00 (seiscentos e dezesseis mil reais). PROGRAMA DE TRABALHO: 6007002185010001. FONTE DE RECURSOS: 130000004. U.O.: 24103. NATUREZA DA DESPESA: 349030. NOTA DE EMPENHO Nº 0313/98, emitida em 02.04.98, sob o evento 400091, por estimativa, no valor de R$ 100,00 (cem reais). BASE LEGAL: Licitação Inexigível, Inciso II, do art. 25 da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: a partir da assinatura até 31.12.98, permitida a prorrogação. ASSINATURA: 09.04.98. SIGNATÁRIOS: ANÍBAL PERSON NETO - CEL QOPM, Comandante-Geral da PMDF e MICHEL YVES JEAN-PIERRE MEYLAN, LUIZ EDUARDO GURGEL MAUAD, Diretor Superintendente e Diretor de Apoio ao Cliente, respectivamente.

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 510/98-FCDF (Padrão III)(*)CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a empresa Alexandre Dumas Valadares Ribondi-ME; PROCESSO: 081.000872/98; OBJETO: Cessão e uso do Teatro da Praça, para a realização do espetáculo "O JEGUE BONECO E O JEGUE SUSPIRO", programado para os dias 23, 24 E 25/10/98, às 20:00 horas, tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 005/97-DEPROM-DE-FCDF; VALOR DO CONTRATO: R$339,67(trezentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos); DATA DA ASSINATURA: 09 de setembro de 1998; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: RUI MIGUEL ROCHA MIRANDA; TESTEMUNHAS: NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO e TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO.

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 174, de 14.9.98, pág. 49.

ESPÉCIE: Termo de Contrato Nº402/98FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a empresa Brasília Squema Seis. PROCESSO: 081.000802/98; OBJETO: Realização de 02 (dois) espetáculos, com "TERMINAL ZERO", a realizar-se nos dias 19 e 25/07/98, às 20 horas, em Samambaia e Brazlândia, localizado em Brasília/DF, dispensada a licitação com fulcro no Inciso III, do Art. 25, da Lei 8.666/93; tudo de acordo com o processo acima mencionado; VALOR DO PRESENTE CONTRATO: R$4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), recursos procedentes do orçamento da FCDF, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária, Classificação Funcional Programática 08.048.0247.2098.0001, sendo a despesa corrente, elemento 34.90.39, inicialmente na fonte 220; DATA DA ASSINATURA: 16 de julho de 1998; NOME DO EXECUTOR: MIRTA EUGÊNIA VARELLA ESCOTEGUY; ASSINATURA

p/CONTRATANTE:NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CONTRATADA: P/PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA; TESTEMUNHAS: TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO e EMERSON BENEDITO VIDAL.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato nº 510/98-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a empresa Alexandre Dumas Valadares Ribondi-ME; PROCESSO: 081.000872/98; OBJETO: 1) O presente Termo tem por objeto alterar a Clausula Primeira Caput, que passa a ter a seguinte redação: CLAUSULA PRIMEIRA - CAPUT: O presente Contrato tem por objeto a cessão e uso do Teatro da Praça, localizado em Taguatinga/DF, destinada exclusivamente para a realização do espetáculo "JEGUE", conforme consta no processo nº 081.000872/98, que passa a integrar o presente para todos os efeitos legais..2) Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais Cláusulas e respectivos itens do Termo de Contrato acima mencionado. DATA DA ASSINATURA: 09 de outubro de 1998; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: RUI MIGUEL ROCHA MIRANDA, TESTEMUNHAS: NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO e TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO.

ESPÉCIE: Terceiro Aditivo ao Termo de Contrato nº 47-043-3-ECT; CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos; PROCESSO: 081.000032/96; OBJETO: 1) Por este Termo fica aditivado o Termo de Contrato nº47-043-3-ECT, celebrado entre a Fundação Cultural do Distrito Federal e a Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos, visando a suplementação de seus recursos em mais R$9.300,00(NOVE MIL E TREZENTOS REAIS), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária da FCDF, especificada, inicialmente, nas Notas de Emnpenhos nº 0780/98-FCDF, no valor de R$8.300,00(OITO MIL E TREZENTOS REAIS) e 787/98-FCDF, no valor de R$1.000,00(HUM MIL REAIS), Fonte 100, Atividade 8501-0001, Elemento 34.90.39., perfazendo o valor total de r$ 9.300,00(NOVE MIL E TREZENTOS REAIS).2) Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais Cláusulas e respectivos itens do Termo de Contrato acima mencionado. DATA DA ASSINATURA: 30 de setembro de 1998; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: FERNANDO LEITE GODOY, TESTEMUNHAS: TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO e EMERSON BENEDITO VIDAL.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

EDITAL Nº 122, DE 19 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO no uso de suas atribuições, cumprindo o disposto do artigo 7º da Portaria nº. 143/98 - SIC, de 03 de agosto de 1998, torna público a "Lista Preliminar de Firmas e Empresas Habilitadas" anexos I e II, que cumpriram os requisitos previstos nos artigos 1º, 4º e 5º da Portaria nº 143/98 – SIC de 03 de agosto de 1998, que estabeleceu normas e fixou os prazos para o Polo de Moda no Setor Residencial, Industrial e de Abastecimento:

I - As Firmas e Empresas que figurarem esta lista, anexo II, estão com pendência junto a este Órgão, por terem apresentado a Declaração da Junta Comercial

II - As Firmas e Empresas que não vierem a figurar na "Lista Preliminar de Firmas e Empresas Habilitadas", poderão protocolar recursos até às 18:00hs do dia 27 de outubro de 1998, dirigido ao Secretário de Indústria e Comércio.

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

ANEXO I.

PROCESSO	EMPRESA
16000049498	A.B. SIQUEIRA FEITOSA ME
16000043598	ALESSANDRO MARCELO M.DA SILVA ME
16000054398	AMUJACY PIMENTEL ANTUNES ME
16000047598	APARECIDA GUIMARAES DA SILVA ME
16000043798	ARENITA ANA DA SILVA ME
16000046098	ART ABATJOURS DECORACOES LTDA ME
16000054598	ATACADAO DE MALHAS JULIANA LTDA
16000043498	BAZAR SOUSA FONSECA LTDA ME
16000047198	BETHS CONFEC.LTDA ME
16000045298	CARLOS CLEBER SOUSA SOARES
16000051298	CAROLINE CAMISARIA LTDA ME
16000052598	CCL COM CALCADOS LTDA ME
16000053198	CHAGAS E MOTA CONFEC LTDA ME
16000056798	CITRINO REPRES.LTDA
16000045098	CONFEC VIEIRA LTDA ME
16000021395	CONFEC.AGULHA DE OURO LTDA ME
16000049798	CONFECCOES GREEN HILLS LTDA
16000042798	COSTURA FINA CONFEC LTDA ME
16000044198	CRONICAS SERV.SERIGRAF.LTDA
16000046998	D E A IND COM DE BOLSAS E ACES.LTDA ME
16000043298	D MIRIAN MALHARIA E ESTAMPARIA LTDA
16000264294	DANIAN CONFECCOES LTDA
16000054098	EDNA T.DA SILVA QUIXABEIRA ME
16000048298	ELEGANCIA FEM.CRIACOES E CONFEC LTDA ME
16000092594	ELIANE LAURA B. DE OLIVEIRA - ME
16000040698	ELIENE ALVES ARANTES ME
16000051998	ELIU CONFECCOES LTDA
16000044898	ELIZABETH NEVES DE OLIVEIRA ME
16000043198	ELO COM CONFEC CALCADOS LTDA ME
16000054498	EURIDES MARIA DOS REIS ME
16000049198	EVA MARIA RODRIGUES DE ANDRADE ME
16000057398	FRAG CONFEC DE FRALDAS LTDA ME
16000041898	FREDERICO FARIAS DE MELO
16000046298	GERHEIM MAQUINAS DE COSTURA LTDA
16000049398	GLS CALCADOS LTDA ME
16000042598	IRAMIL LEMOS DA SILVA ME
16000049898	JAK COMERCIAL DE CORTINAS LTDA ME
16000050198	JEVALA MODAS LTDA ME
16000045198	JOAO MOREIRA DE SA
16000052498	JULIANA MACIEL LUCAS MATOS JARDIM ME
16000056098	KIGRACA IND.COM.LTDA
16000051798	KPR CONFECCOES LTDA ME
16000048198	LECAS COM DE ARTIGOS DE PAP.E ARMAR.LTDA ME
16000051198	LUCIA BENFICA DA COSTA ME
16000013195	M.M.S SILVEIRA CONFECCOES-ME
16000051498	MAGAZINE GIRASSOL LTDA ME
16000051698	MAGAZINE VERAVERONICA LTDA ME
16000050998	MAKKRON IND DE CONFECCOES LTDA ME
16000044398	MALHARIA FABIANA LTDA
16000074694	MARCA CONFECCOES LTDA-ME.
16000046198	MARIA APARECIDA CORDEIRO ME
16000046798	MARIA APARECIDA NUNES VASCONCELOS
16000041498	MARIA DAS GRACAS MARANHAO ME
16000046398	MARIA DIVALDIRA SIQUEIRA ME
16000048598	MARIA DOS MILAGRES ARAUJO FORTES ME
16000048498	MARIA DOS SANTOS CHAGAS DE CASTRO
16000053898	MARIA EUNICE DE SOUSA COSTA ME
16000041398	MARIA FERNANDES MONTE
16000040898	MARIA HELENA DE MENDONCA ME
16000045998	MARIA JOSE SIQUEIRA ME
16000054298	MARIA OLIVEIRA LIMA FERREIRA ME
16000043398	MARILENE GOMES MARANHAO BRITO
16000047398	MARLENE VERISSIMO AZEREDO ME
16000040798	MILLA CONFEC LTDA ME
16000055498	MILUZ CONFEC LTDA
16000040598	MODAMINAS COM REPRES.LTDA ME
16000042898	NAIZZA FABRICACAO ARTESANAL CONFEC LTDA ME
16000047698	NALZIRA MONTEIRO MADEIRA ME
16000053098	NEGUI ARMARINHOS CONFEC LTDA
16000001895	NELIANE GOMES ALVES - ME
16000043998	NORMANDY CONFEC COM LTDA ME
16000052398	NOVAPELE COM REPRES.LTDA
16000054898	NYLLIND DE CONFEC LTDA ME
16000050498	ODETINA MARIA ANJOS DE ARAUJO ME
16000241794	PAULA ROCHA CONFECCOES LTDA - ME
16000044998	PHAGUIANNY CONFEC LTDA
16000053598	ROMULO NASCIMENTO DE ARAUJO ME
16000055198	SANTANA E SILVA CONFEC.
16000045698	SIAPEL PAPELARIA E SERV LTDA
16000057198	SIDNEY MORA LUCIANO
16000053298	SINGIR MAQ LTDA
16000056598	SOCIETY COLLECTION CONFEC LTDA ME
16000010095	SONIA DE BARROS GARCAO-ME
16000041298	TEMPO LIVRE COM MODAS FEM. LTDA ME
16000036998	TENTAÇÃO ÍNTIMA CONFECÇÕES LTDA
16000052698	TERRA E TRAJE ARTIGOS DO VEST.LTDA
16000049098	TOLDOS SOL DE VERAO LTDA
16000047798	VANI DOS SANTOS SOUSA ME
16000042298	WJ MALHAS CONFEC COM LTDA

ANEXO II.

PROCESSO	EMPRESA
16000055598	ARTES DECORACAO LTDA ME
16000051598	AUGEMODAS ALFAIATARIA E CONFEC LTDA
16000041798	DINE COM DE VEST LTDA ME

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 9/98

PROCESSO Nº: 190.000.173/98
CONVITE Nº: 009/98-CPL/SEMATEC
ABERTURA : 29/10/98 às 16:30 horas.
OBJETO :Contratação de empresa para a REMOÇÃO DE BARREIRAS ARQUITETÔNICAS NO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA, conforme especificações contidas nos Anexos do referido convite. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no SEPN, 511 BL. "A" Ed. BITTAR II. 2º andar CPL/SEMATEC, de 10 às 18 horas de segunda a sexta-feira, e sua distribuição obedecerá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao início da licitação.

CATARINA FÁTIMA ÁLVARES FERREIRA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Nº DO PROCESSO: 160.000.071/95. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 330/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliaria de Brasília - Terracap e Fernando de Paula Carneiro - ME. OBJETO: Lote 6 (seis), Conjunto "C", da Quadra 02(dois), do Setor de Desenvolvimento Econômico "M" Norte, de Taguatinga/DF. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$333,00 (trezentos e trinta e três reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 30.9.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Fernando de Paula Carneiro. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Carvílio Pereira Gomes.

AVISO Nº 36/98
CONCESSÃO DE INCENTIVO ECONÔMICO – PRODECON/DF

Consoante as Leis nºs 289/92 e 409/93 e o Parecer nº 28/95 - GAB/PRG, que regulam a concessão de incentivos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PRODECON), a Diretoria Colegiada da TERRACAP autorizou a celebração de contratos de concessão de direito real de uso com opção de compra de terrenos em favor das seguintes empresas:

SETOR HABITACIONAL DO RIACHO FUNDO - DF:

PORTUGAL FERRAGENS LTDA - ME, CGC 38.075.263/0001-32, Lote 03, CLN 07-I, QN 07, Processo nº 160.002.650/94, Decisão nº 569.

MÔNICA CRISTINA ARRUDA - ME, CGC 37.087.012/0001-05, Lote 02, CLS 08-A, QS 08, Processo nº 160.002.745/94, Decisão nº 570.

DIMY - LANCHONETE E PIZZARIA LTDA - ME, CGC 38.035.853/0001-31, Lote 05, CLS 04-B, QS 04, Processo nº 160.002.226/94, Decisão nº 574.

SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO "M" NORTE DE TAGUATINGA - DF:

JOSÉ DE RIBAMAR SOUSA LANTERNAGEM - ME, CGC 72.621.691/0001-51, Lote 04, Conjunto "A", Quadra 03, Processo nº 160.002.519/94, Decisão nº 571.

PRIMOS AUTO PEÇAS LTDA - ME, CGC 37.066.875/0001-04, Lote 33, Conjunto "B", Quadra 02, Processo nº 160.000.387/96, Decisão nº 572.

F. F. DO NASCIMENTO NETO - ME, CGC 72.599.319/0001-96, Lote 10, Conjunto "B", Quadra 02, Processo nº 160.002.514/94, Decisão nº 573.

L. F. SERRALHERIA LTDA - ME, CGC 70.596.697/0001-90, Lote 21, Conjunto "B", Quadra 02, Processo nº 160.001.893/94, Decisão nº 576.

Esta publicação se faz em cumprimento à Lei nº 8.666/93, relativamente à inexigibilidade de licitação.

Brasília, 19 de outubro de 1998.

JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS
Presidente

AVISO Nº 37/98
CONCESSÃO DE INCENTIVO ECONÔMICO – PRODECON

Consoante as Leis nºs 289/92 e 409/93 e o Parecer nº 28/95 - GAB/PRG, que regulam a concessão de incentivos, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PRODECON), a Diretoria Colegiada da TERRACAP autorizou a celebração de contratos de concessão de direito real de uso, com opção de compra, de terrenos em favor da seguinte empresa:

SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO "M" NORTE DE TAGUATINGA - DF:

NICODEMOS DOS SANTOS - ME, CGC 72.601.966/0001-95, Lote 12, Conjunto "D", Quadra 02, Processo nº 160.002.262/94, Decisão nº 575.

Esta publicação se faz em cumprimento à Lei nº 8.666/93, relativamente à inexigibilidade de licitação e, também, por não ter constado todas as decisões da Diretoria Colegiada no Aviso nº 30/98, de 04/09/98 (DODF 10/09/98).

Brasília, 19 de outubro de 1998.

JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS
Presidente

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ADIT/CONT/IDHAB-DF/GAPRE/ASJUR/Nº 021/98. PROCESSO Nº: 102-126521/97. PARTES: Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB-DF e a Empresa HBL – Carimbos Placas Indústrias e Comércio Ltda. OBJETO: Fica alterado o parágrafo primeiro do Contrato para agregar ao valor primitivo de R$ 3.422,00, a quantia de R$ 885,50 correspondente a ampliação contratual de 25%, totalizando o valor integral de R$ 4.307,50, conforme permissivo legal contido no parágrafo 1º do Art. 65 da Lei 8.666/98. CONDIÇÕES: Mantidas inalteradas as demais cláusulas e condições do Instrumento ora aditado. DESPESA DE PUBLICAÇÃO: IDHAB-DF. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 34.90.39, Fonte 220. DATA DA ASSINATURA: 30.09.98. ASSINATURAS: P/IDHAB-DF: Alexandra Reschke Stanislau Affonso e Louise Henriques Ritzel, assistidos por Nazareno Alves Sobrinho. P/CONTRATADA: José Vieira da Silva.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEÇÃO DE COMPRAS

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONVITE Nº 35/98

Para efeito do que estabelece o art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, c/c o art. 5º da Lei nº 938/95, informamos o resultado do julgamento das propostas de preços do Convite em epígrafe, indicando o licitante vencedor:

Item	Empresa Vencedora	Especificação Resumida do Objeto	Prazo para Entrega	Preço Unitário (R$)
01	Nana's Rep. Com. Ltda.	Camisa social lisa, cor branca, mangas compridas, em tergal, para garçom.	30 dias corridos	18,90

Brasília, 19 de outubro de 1998
HENRIQUE DE FREITAS SOARES
Chefe da Seção

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/98

Tomada de Preços nº 10/98

Para efeito do que estabelece o art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, informamos o resultado do julgamento das propostas de preços da licitação em epígrafe, objetivando a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais e equipamentos instalados nos Edifícios Sede, Anexo e Garagem deste Tribunal, indicando a licitante vencedora: Minastec - Engenharia Ltda.

Brasília, 19 de outubro de 1998
HENRIQUE DE FREITAS SOARES
Presidente da Comissão Especial de Licitações

INEDITORIAIS

PESQUE PAGUE PEGA-PEGA
CONCESSÃO DE LICENÇA
AVISO DE CONCESSÃO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a Licença Prévia para a Atividade de Psicultura/Centro/Lazer/Parque Ecológico, no local: DF 345 – KM 3,5 – Planaltina/DF.

Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

.DAR 2653/98

SINDIVAREJISTA – SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DO DISTRITO FEDERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ELEIÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DE LISTA TRÍPLICE

De acordo com o Edital de Convocação, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, publicado no Diário da Justiça, nº 198, de 16 de outubro de 1998, Seção 3 págs. 1 e 2, fica designado o dia 13 de novembro de 1998, das 14:00 às 17:00 horas, na Sede desta Entidade, situada no SCS, Edifício Federação do Comércio, 4º andar, nesta Capital, para eleição de associados que atendam ao Capítulo II, art. 9º do Estatuto Social desta Entidade, previamente inscritos, visando a composição da Lista Tríplice a ser enviada ao Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região, para nomeação de Juízes Classistas Temporários e respectivos Suplentes, na forma do artigo 116, Parágrafo Único, da Constituição da República, e do art. 1º da Resolução nº 073/97, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, publicada no Diário da Justiça de 03/07/97, representantes das classe de empregadores nas Egs. 9ª, 10ª, Juntas de Conciliação e Julgamento de Brasília-DF, e Egs. 1ª e 2ª, Juntas de Conciliação e Julgamento de Taguatinga-DF, para o triênio de 1999/2002. As inscrições deverão ser feitas na sede do Sindicato, de 21 a 26 de outubro de 1998, no horário das 9:00 às 11:30 horas

Brasília-DF, 20 de outubro de 1998
LAZARO MARQUES NETO
Presidente

DAR 2640/98

ÍNDICE

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECRETO EXECUTIVO 19655-*, 01-10-98 1
.DECRETO EXECUTIVO 19692, 20-10-98 2
.DECRETO EXECUTIVO 19693, 20-10-98 2
.DECRETO EXECUTIVO 19694, 20-10-98 2
.DECRETO EXECUTIVO 19695, 20-10-98 3
.DECRETO EXECUTIVO 19696, 20-10-98 3
.DECRETO EXECUTIVO 19697, 20-10-98 3
.DECRETO EXECUTIVO 19698, 20-10-98 4
.DECRETO EXECUTIVO 19699, 20-10-98 4
.DECRETO EXECUTIVO 19700, 20-10-98 4
.DECRETO EXECUTIVO 19702, 20-10-98 7
.DECRETO EXECUTIVO 19703, 20-10-98 7
.DECRETO EXECUTIVO 19704, 20-10-98 8
.DECRETO EXECUTIVO 19705, 20-10-98 8
.DECRETO EXECUTIVO 19706, 20-10-98 9

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

.ATO , SUREC/DAT, 15-10-98 12
.ATO , SUREC/DAT, 16-10-98 12
.ATO DECLARATÓRIO 484, SUREC/DAT, 07-10-98 11
.ATO DECLARATÓRIO 485, SUREC/DAT, 13-10-98 11
.ATOS DECLARATÓRIOS 490, 491 E 498, SUREC/DAT, 15-10-98 12
.DESPACHO, SECRETÁRIO, 20-10-98 11
.DESPACHOS, SUREC/DAT-DT, 16-10-98 12
.PORTARIAS 1120 A 1133, SECRETÁRIO, 20-10-98 9

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

.DESPACHOS, CHEFE DE GABINETE, 16-10-98 16
.PORTARIAS 222 A 225, SECRETÁRIO, 19-10-98 16

SECRETARIA DE OBRAS

.ATA, CAESB, 22-09-98 16

SECRETARIA DE TRANSPORTES

.DESPACHO, SECRETÁRIO, 05-10-98 17
.DESPACHO, SECRETÁRIO, 15-10-98 17
.DESPACHO, DER/DG, 19-10-98 17
.PORTARIA 42, SECRETÁRIO, 20-10-98 17

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

.ATA 2269, CPDF, 01-10-98 18
.ATA 2270, CPDF, 06-10-98 18
.INSTRUÇÕES DE SERVIÇOS 570 E 572, DETRAN/DHCC, 15-10-98 18
.INSTRUÇÕES DE SERVIÇOS 571, 573, 574, 576 E 577, DETRAN/DG, 14-10-98 17

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

.DESPACHO, FCDF, 16-10-98 19
.DESPACHOS, SECRETÁRIO, 16-10-98 19

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

.DELIBERAÇÃO, FUNSOL/DF, 02-10-98 20
.RESOLUÇÕES 66, 68 E 69, CTDF, 15-10-98 19

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

.DESPACHO, SECRETÁRIO, 10-09-98 20
.DESPACHO, SECRETÁRIO, 20-10-98 20
.DESPACHO, FAPDF, 20-10-98 20
.DESPACHOS, SECRETÁRIO, 09-10-98 20

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

.DESPACHO, IPDF, 19-10-98 20

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

.DESPACHO, PRESI, 20-10-98 20

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS